

Relatório de  
Atividades  
e Contas  
2025



Cruz Vermelha  
Portuguesa

A fazer a diferença.  
Todos os dias.



# 01.

## Mensagem do Presidente

É com sentido de responsabilidade, mas também com fundada confiança, que apresento o Relatório de Atividades e Contas da Cruz Vermelha Portuguesa relativo ao exercício de 2025, o segundo ano completo de atividade da atual Direção Nacional.

Este Relatório testemunha um ano de trabalho intenso, exigente e transformador. Um ano em que a Cruz Vermelha Portuguesa continuou a responder, com presença efetiva e compromisso humanitário, a necessidades sociais cada vez mais complexas, a situações de emergência de elevada exigência e a desafios institucionais que reclamam visão, rigor e capacidade de decisão. Vivemos num tempo marcado pela incerteza.

As alterações climáticas, a instabilidade geopolítica, o agravamento das desigualdades, o envelhecimento demográfico, as novas expressões de pobreza e a crescente pressão sobre as respostas sociais e de saúde impõem às instituições humanitárias uma responsabilidade acrescida.

À Cruz Vermelha Portuguesa cabe, por isso, estar presente onde a vulnerabilidade emerge, antecipar riscos, apoiar quem mais precisa e contribuir para soluções que não sejam apenas imediatas, mas também sustentáveis.

**Foi esse o caminho que prosseguimos em 2025.**

Ao longo do ano, a CVP reforçou a sua intervenção nas suas diferentes áreas de missão. Na Emergência, respondeu com prontidão a ocorrências diárias e a operações de particular complexidade, demonstrando a robustez da sua capacidade nacional de socorro, coordenação e apoio logístico. Na Ação Social, na Saúde e na Saúde Mental, continuou a aprofundar respostas de proximidade, dirigidas a pessoas idosas, famílias em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência doméstica, migrantes, refugiados e pessoas em situação de sem-abrigo. No Ensino, na Formação, no Voluntariado e na Juventude, investiu na capacitação, na qualificação e no envolvimento cívico. No plano internacional, manteve uma presença ativa no Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e reforçou o seu contributo em mecanismos de cooperação, preparação e resposta humanitária.

Este foi também um ano de consolidação da nossa rede nacional. A Cruz Vermelha Portuguesa é uma instituição única, mas profundamente enraizada no território, com uma presença que se concretiza, todos os dias, através das suas Estruturas Locais, Centros Humanitários, organismos autónomos, colaboradores e voluntários. O reforço da coesão interna, a aproximação entre a Sede Nacional e a rede, a capacitação das equipas e a procura de maior harmonização de procedimentos mantiveram-se como prioridades. Algumas estruturas continuam a exigir acompanhamento particularmente próximo e processos de reestruturação mais exigentes, mas o percurso realizado permite-nos afirmar que a Instituição se encontra hoje mais organizada, mais acompanhada e mais preparada para enfrentar o futuro.

A modernização da CVP prosseguiu, igualmente, de forma consistente. A integração de sistemas de gestão, a expansão do ERP financeiro, o reforço do controlo e da qualidade da informação, bem como a melhoria dos processos de reporte e acompanhamento da atividade, representam avanços estruturais na governação da Instituição. São transformações nem sempre visíveis para o exterior, mas decisivas para assegurar transparência, responsabilidade e capacidade de gestão num universo organizacional da dimensão e complexidade da Cruz Vermelha Portuguesa.

Também na forma como nos apresentamos à sociedade foi dado um passo importante. Em 2025 consolidámos o reposicionamento da marca Cruz Vermelha Portuguesa, procurando aproximá-la ainda mais das pessoas e traduzir, com maior clareza, a força e atualidade da nossa missão.

A assinatura **"Todos os dias."** exprime precisamente essa presença contínua: junto de quem precisa, de quem cuida, de quem serve, de quem acredita que a humanidade se constrói em atos concretos.

A sustentabilidade financeira continua a ser uma prioridade essencial. A crescente exigência das necessidades sociais e humanitárias obriga-nos a reforçar a nossa autonomia, a diversificar fontes de financiamento e a assegurar que cada decisão de investimento é ponderada com prudência e sentido de futuro. Os resultados económico-financeiros de 2025 revelam uma evolução favorável, assente no crescimento da atividade, na melhoria do equilíbrio entre rendimentos e gastos e no efeito das medidas de racionalização e reorganização já iniciadas. Estes resultados não devem ser lidos como ponto de chegada, mas como sinal de que o caminho de rigor, eficiência e responsabilidade deve prosseguir com determinação.



A Cruz Vermelha Portuguesa tem uma história longa, mas não vive da história. Vive da confiança que merece no presente e da capacidade que demonstra para se preparar para o futuro. Em 2025, investimos em respostas, em equipamentos, em conhecimento, em sistemas, em pessoas e em parcerias. Fizemo-lo porque compreendemos que a humanidade exige proximidade, mas também organização; exige generosidade, mas também competência; exige resposta imediata, mas também visão de longo prazo.

Quero, por isso, expressar o meu profundo reconhecimento a todos os que tornaram possível o trabalho que este Relatório descreve: aos voluntários e Juventude, que representam a essência do nosso compromisso humanitário; aos trabalhadores, cuja dedicação sustenta diariamente a Instituição; às Equipas Diretivas das Estruturas Locais e regionais e aos Delegados Regionais, pelo serviço prestado às comunidades; aos parceiros institucionais, empresas, mecenas e doadores, pela confiança depositada na Cruz Vermelha Portuguesa; e a todos os que, de múltiplas formas, se associam à nossa missão.

O futuro continuará a colocar-nos desafios exigentes. Mas a Cruz Vermelha Portuguesa está mais preparada para os enfrentar: mais coesa, mais moderna, mais rigorosa e mais próxima das pessoas. Continuaremos a estar onde a dignidade humana precise de ser protegida, onde a emergência reclame resposta, onde a vulnerabilidade exija presença e onde a esperança precise de ser reconstruída.

Porque cuidar não é um ato circunstancial.  
É uma responsabilidade permanente.

## Todos os dias.

António Manuel Frade Saraiva  
Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa

Lisboa, 18 de maio de 2026



# Lançamento do novo Cartão de Saúde CVP

Em 2025, a Cruz Vermelha Portuguesa procedeu ao lançamento do novo Cartão de Saúde CVP, reforçando uma solução de proximidade orientada para facilitar o acesso a cuidados de saúde de qualidade, a preços mais acessíveis, e simultaneamente contribuir para a missão humanitária da Instituição.



O novo Cartão Saúde foi apresentado publicamente numa cerimónia com representantes do setor público e privado, parceiros institucionais, autarcas e personalidades da sociedade civil, contando ainda com uma Comissão de Honra de reconhecido mérito, reforçando a visibilidade institucional e a dimensão social, solidária e mobilizadora do projeto.

O Cartão Saúde CVP foi relançado com um duplo propósito: por um lado, tornar os cuidados de saúde mais simples, próximos e acessíveis para particulares, famílias e empresas; por outro, reforçar a capacidade solidária da Cruz Vermelha Portuguesa, canalizando parte do valor das adesões para apoiar pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Esta dimensão é particularmente expressiva na modalidade Cartão Saúde Humanidade, através da qual empresas ou particulares podem oferecer um ano de cuidados de saúde a quem mais precisa.

**A solução passou a organizar-se em três modalidades complementares:**

**Cartão Saúde Universal**

Dirigido a particulares e famílias;

**Cartão Saúde Empresas**

Vocacionado para organizações que pretendem promover o bem-estar dos seus colaboradores e associar-se à missão humanitária da CVP;

**Cartão Saúde Humanidade,**

Orientado para a atribuição solidária de cuidados a pessoas em situação de vulnerabilidade.

**Esta arquitetura permite responder de forma mais clara e ajustada a diferentes perfis de adesão e necessidades.**



# Lançamento do novo Cartão de Saúde CVP

Entre os principais benefícios disponibilizados destacam-se o médico ao domicílio 24 horas, a linha médica permanente, as teleconsultas, o acesso a consultas presenciais em várias especialidades, bem como opções adicionais nas áreas da saúde mental, saúde oral e saúde da mulher.

A estas valências acresce uma rede alargada de parceiros nacionais, com vantagens em setores como energia, telecomunicações, combustíveis, seguros, apoio domiciliário e outros serviços relevantes para o quotidiano.

Na vertente empresarial, o cartão constitui também uma ferramenta de valorização das políticas de bem-estar organizacional e de responsabilidade social, permitindo às empresas integrar uma resposta concreta de apoio aos seus colaboradores, ao mesmo tempo que se associam a uma causa solidária de reconhecida credibilidade.

O relançamento foi acompanhado por uma estratégia de comunicação e presença digital próprias, com plataforma dedicada, apresentação segmentada das modalidades de adesão e maior valorização da ligação entre cuidado individual, prevenção, bem-estar e solidariedade coletiva.



Com esta iniciativa, a Cruz Vermelha Portuguesa reforçou a sua capacidade de desenvolver soluções inovadoras e socialmente relevantes, alinhadas com a sua missão de promover saúde, dignidade e proximidade junto das pessoas e comunidades.

# Índice

## **Princípios Fundamentais**

Página 8

## **Organização e Estrutura**

Página 10

## **Missão**

Página 14

## **Valores**

Página 15

## **Pilares Diferenciadores**

Página 19

## **Linhas de orientação da CVP**

Página 26

## **Relatório de atividades 2025**

Página 38

## **Análise Económica e Financeira**

Página 125

## **Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro**

Página 129

## **Anexos**

Página 134

## **Certificação Legal de Contas**

Página 167

## **Parecer do Conselho Fiscal**

Página 172



# Princípios Fundamentais da Cruz Vermelha

## 01. Humanidade

A Cruz Vermelha nasce da preocupação de prestar auxílio a todos os feridos, dentro e fora dos campos de batalha; de prevenir e aliviar o sofrimento humano, em todas as circunstâncias; de proteger a vida e a saúde; de promover o respeito pela pessoa humana; de favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.

## 02. Imparcialidade

A Cruz Vermelha não distingue nacionalidades, raças, condições sociais, credos religiosos ou políticos, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, sem qualquer espécie de discriminação.

## 03. Neutralidade

A Cruz Vermelha, a fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, filosófica ou religiosa.

# Princípios Fundamentais da Cruz Vermelha

## 04.

### Independência

A Cruz Vermelha é independente e, no exercício das suas atividades como auxiliar dos poderes políticos, conserva autonomia que lhe permite agir sempre segundo os princípios do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

## 05.

### Voluntariado

A Cruz Vermelha é uma instituição de socorro voluntária e desinteressada.

## 06.

### Unidade

A Cruz Vermelha é uma só. Em cada país só pode existir uma Sociedade, que está aberta a todos e estende a sua ação humanitária a todo o território nacional.

## 07.

### Universalidade

A Cruz Vermelha é uma instituição universal, no seio da qual todas as Sociedades Nacionais têm direitos iguais e o dever de entreatajuda.

# Organização e Estrutura

## Presidente de Honra



Dr. António José Seguro  
Presidente de Honra

## Presidente Nacional



Dr. António Saraiva  
Presidente Nacional

# Direção Nacional

## Vice-Presidentes



**Eng.º Fernando Santo**  
Vice-Presidente e  
Secretário Geral



**Eng.º José Miguel Leonardo**  
Vice-Presidente



**Dr.ª Madalena Ramalho**  
Vice-Presidente



**Tenente-General  
Marco Serronha**  
Vice-Presidente

## Vogais



**Dra. Cristina Siza Vieira**  
Vogal



**Dr. João Varandas Fernandes**  
Vogal



**Dra. Maria do Carmo Neves**  
Vogal

## Assembleia Geral



**Dr.ª Manuela Filipe**

Presidente da  
Assembleia Geral



**Dr. António Pimenta de Castro**

Secretário da  
Assembleia Geral



**Tenente Coronel Rui Nunes**

Secretário da  
Assembleia Geral

## Conselho Supremo



**Dr. António Saraiva**

Presidente do  
Conselho Supremo

## Conselho Fiscal



**Dr. Francisco Soares**

Presidente do  
Conselho Fiscal



**Dr. Ernesto Ribeiro**

Conselho Fiscal



**Dr. Vítor Almeida**

Conselho Fiscal

# Organização e Estrutura

## PRESIDENTE DE HONRA

## ÓRGÃOS NACIONAIS

Presidente Nacional

Direção Nacional

Assembleia Geral

Conselho Supremo

Conselho Fiscal

## ÓRGÃOS REGIONAIS E LOCAIS

Delegado Regional

Direção da Delegação Local

Assembleia da Delegação Local

Conselho de Curadores da Delegação Local

## MEMBROS ASSOCIADOS

Membros Ativos (Voluntários)

Membros Ativos Contribuintes (Sócios)

Beneméritos

Grandes Beneméritos

Membros

Honorários

## REDE CVP

## DIRETOR GERAL

## ESTRUTURAS LOCAIS

**120**  
Delegações Locais

**18**  
Centros Humanitários

**21**  
Extensões das Delegações Locais

## SERVIÇOS AUTÓNOMOS

Escola Superior de Saúde, Lisboa  
Escola Superior de Saúde, Norte  
Escola Superior de Saúde, Alto Tâmega  
Escola de Socorrismo  
Escola de Formação Profissional Lar Militar  
Complexo de Neurointervenção  
Clínica CVP Vila Viçosa

## ENTIDADES SUBSIDIÁRIAS

Parfisi, Lda.  
Clínica Social Rainha Santa  
Isabel de Estremoz, ACE

## ÁREAS DE APOIO À GESTÃO

Assessoria da Direção Nacional  
Gabinete de Proteção de Dados  
Gabinete de Ética e Disciplina  
Secretariado da Direção Nacional  
Compras e Contratação Pública  
Comunicação, Marketing, Eventos e Fundraising  
Coordenação Nacional de Emergência  
Delegações, Centros Humanitários e Membros  
Estudos e Planeamento  
Financeira  
Jurídica  
Património, Serviços Gerais e Secretaria  
Recursos Humanos  
Relações Internacionais  
Sistemas de Informação Social  
Teleassistência  
Voluntariado e Juventude



## Missão

# Por um mundo mais humano.

A Cruz Vermelha Portuguesa esforça-se para prevenir e aliviar o sofrimento humano, em Portugal e no mundo. Constitui missão da CVP prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana. [Artigo 5º, Decreto-Lei nº 281/2007, 7 de agosto]. Para o desenvolvimento da nossa atividade, mobilizamos o "Poder da Humanidade", bem como a generosidade dos doadores e parceiros por todo o país.

Na qualidade de Sociedade Nacional do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, agimos no respeito pelos princípios fundamentais da Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade.

# Os nossos valores permanecem intactos. Todos os dias.



A Cruz Vermelha, enquanto movimento global, contribui para o bem-estar e aspirações das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão.

Capacitamos comunidades saudáveis e seguras, reduzimos vulnerabilidades, fortalecemos a resiliência e promovemos uma cultura de paz ao redor do mundo.

Reunimos pessoas para o bem da humanidade, impulsionando as mudanças que criarão um futuro melhor para todos, centrando a nossa intervenção nos seguintes valores fundamentais:

## Ação Local, Alcance Global

A nível Internacional: através do amplo e profundo alcance das Sociedades Nacionais estamos em posição de apoiar pessoas e a comunidade, antes, durante e depois de situações de emergência e conflito. Fazemo-lo através da presença permanente das Sociedades Nacionais nas comunidades, através do auxílio às autoridades públicas no campo humanitário e da nossa extensa rede de estruturas e voluntários locais em quase todos os países do mundo.

A nível Nacional: a implantação em todo o território, permite à CVP atuar a um nível central, dando respostas de abrangência nacional às solicitações, fortalecendo esta sua ação com as 159 Estruturas Locais, que identificam e dão resposta às necessidades em cada território.



## Colocação das comunidades locais no centro da mudança

Reconhecemos a importância de uma mudança de liderança e decisão para o nível mais local. O envolvimento das comunidades com estruturas locais, nacionais e internacionais deve reforçar a sua dignidade e autonomia, de forma a garantir que as pessoas e as comunidades possam prosperar num ambiente de paz.

Defendemos o direito e a ação das pessoas para conduzir mudanças para si mesmas, para as suas comunidades e para o mundo. Realizamos uma abordagem sistémica, reconhecendo a interconexão de todos os aspetos do nosso trabalho, dedicando especial atenção às pessoas vulneráveis, excluídas ou marginalizadas.

## Rede de organizações independentes, mas dinamicamente conectadas

Atuar como uma rede de organizações independentes, mas dinamicamente conectadas, que podem colaborar, aprender e funcionar juntas de forma altamente eficaz.

## Parcerias

Cooperamos com todos, sem comprometer os nossos princípios fundamentais: independência, imparcialidade e neutralidade.

## Diversidade e Inclusão

Respeitamos a diversidade da comunidade e promovemos a inclusão de todos aqueles que se reconheçam nos valores da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho.

## Integridade

Agimos de acordo com os nossos princípios fundamentais, de forma transparente e responsável em tudo o que fazemos, com comunidades, parceiros, autoridades, doadores e entre nós mesmos.

## Liderança

Procuramos uma liderança visionária, eficaz e fundamentada, chamando a atenção dos direitos, necessidades e vulnerabilidade da comunidade, de acordo com os nossos princípios e valores humanitários.

## Inovação

Comprometemo-nos com uma transformação digital contínua de forma a facilitar a aprendizagem coletiva e a ação. Procuramos encontrar soluções criativas e sustentáveis para os problemas que ameaçam o bem-estar humano e a dignidade num mundo em mudança.

**Impulsionamos o bem-estar e a autonomia de comunidades vulneráveis ao redor do mundo, fortalecendo a resiliência local e promovendo a paz global.**

## Esperança na capacidade da humanidade de mobilização para o bem e na criação de um mundo melhor

A nossa inigualável base de voluntários está comprometida em impulsionar mudanças positivas, de forma a garantir que, coletivamente, estejamos prontos e dispostos a fazer as mudanças necessárias para que todos possamos ter oportunidades de prosperar.

(de acordo com a Estratégia 2030: Global Reach, Local Action da Federação Internacional das sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho).



# A promover dignidade. Todos os dias.

A estratégia da Cruz Vermelha Portuguesa passa por desenvolver planos de intervenção individualizados que não apenas aliviam as condições imediatas de precariedade, mas que capacitam para a construção de uma vida autónoma e digna.

Isto é alcançado através de um cuidadoso balanço entre o atendimento das necessidades e a valorização dos recursos que cada pessoa traz consigo.

Desta forma, não só atendemos às suas necessidades imediatas, mas também promovemos um impacto duradouro nas suas vidas, ajudando-as a prosperar e a reintegrar-se na sociedade.

As histórias de dedicação e altruísmo que emergem diariamente, são fontes inesgotáveis de inspiração. Não se trata apenas de narrativas isoladas, mas da soma de todos os momentos em que o espírito humano de empatia e dedicação se manifesta em prol da humanidade.

# Pilares Diferenciadores da CVP

## 01

### A Unidade da Ação na Dispersão e Proximidade Territorial

À semelhança do que acontece nas restantes Sociedades Nacionais, a CVP tem presença em todo o território nacional, através das 159 Estruturas Locais e dos 8 Organismos Autónomos que prestam serviço a mais de um milhão de pessoas, aliviando o sofrimento humano e promovendo o desenvolvimento das comunidades.

Toda a nossa intervenção é realizada com imparcialidade face à nacionalidade, raça, género, crença religiosa, estatuto social e opinião política. Estamos comprometidos em salvar vidas e mudar mentalidades, advogando causas e influenciando os decisores a agir sempre no melhor interesse das pessoas em situação de vulnerabilidade.



É desta forma que potenciamos comunidades saudáveis e seguras, reduzimos vulnerabilidades, fortalecemos a resiliência e promovemos uma cultura de paz. Estamos onde somos precisos e acompanhamos o ciclo de vida das pessoas que servimos.

Tudo o que fazemos é sustentado na premissa de que "Somos Mais", construindo boas (rel)ações.

A dispersão territorial da CVP, assim como a diversidade de serviços e atividades desenvolvidos pelas diferentes estruturas que compõem a sua rede, exigem uma organização séria e responsável que devolve resultados à comunidade.



# Pilares Diferenciadores da CVP

## 02

### Voluntariado

A CVP é uma das 191 Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, fazendo parte da maior rede humanitária de voluntariado do Mundo. O Voluntariado, sendo um dos 7 Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, torna-se um dos pilares mais estruturantes da CVP, transversal a todas as atividades desenvolvidas. O trabalho humanitário da Cruz Vermelha não seria possível sem os seus voluntários, por isso se diz que são o "Poder da Humanidade".

O Voluntariado da CVP encontra, também, expressão no seio dos corpos sociais da instituição, uma vez que, quer os membros da Direção Nacional, quer os membros das Direções Locais são voluntários.

Que sejamos  
a voz da  
Humanidade  
quando ela  
mais precisa.



### Existem 4 grandes áreas de Voluntariado

Emergência, Juventude, Social e Voluntariado Geral, no seio das quais os voluntários podem ser integrados e colaborar em diversos projetos, ações e atividades.

A missão da área de Voluntariado consiste em proporcionar um ambiente favorável que promove, recruta, mantém, inova, motiva e reconhece a ação voluntária, inspirada na Missão da Instituição. É igualmente missão da área de Voluntariado providenciar ferramentas, recursos, formação e informação às Estruturas Locais da CVP com o intuito de dotar a gestão de Voluntariado na Instituição de maior rigor, qualidade e eficácia. No âmbito da gestão da formação institucional da CVP é missão da área de Voluntariado promover a identificação com a missão, princípios fundamentais, valores humanitários e identidade institucional de todos os novos colaboradores, voluntários ou dirigentes da instituição.

# Pilares Diferenciadores da CVP

## 03

### Direito Internacional Humanitário/ Convenções de Genebra

As Convenções de Genebra e os seus Protocolos Adicionais constituem o núcleo do Direito Humanitário Internacional, que regula a condução dos conflitos armados e procura limitar os seus efeitos. Protegem as pessoas que não participam dos combates (civis, médicos, trabalhadores humanitários) e aqueles que não podem mais lutar (militares feridos, doentes, náufragos e prisioneiros de guerra).

As Convenções e os seus Protocolos apelam à tomada de medidas para prevenir ou pôr fim a todas as violações. Os Estados e outras partes num conflito armado têm a obrigação de "respeitar e garantir o respeito pelo Direito Internacional Humanitário (DIH) "em todas as circunstâncias" (Art. 1º comum às Convenções de Genebra) e devem usar a sua influência para prevenir e acabar com as violações do DIH e abster-se de encorajar violações por outras partes.

A CVP tem a responsabilidade de desenvolver conteúdos de formação em DIH e ministrar formação interna e externa neste âmbito, nomeadamente, para as Forças Armadas.



# Pilares Diferenciadores da CVP

## 04

### Restabelecimento de Laços Familiares

Em todo o mundo, mais de 100.000 pessoas foram comunicadas como desaparecidas pelas suas famílias à rede da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Esta é apenas uma fração de todas as pessoas que se creem desaparecidas devido a conflitos passados e atuais, outras situações de violência, catástrofes naturais ou migração. Por detrás de cada pessoa desaparecida existem inúmeras outras afetadas, nomeadamente os seus familiares.

Na Europa, além dos desaparecimentos ligados a conflitos e desastres, dezenas de milhares de migrantes foram dados como desaparecidos pelos seus familiares à rede da Cruz Vermelha.

A CVP, as restantes Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e o Comité Internacional da Cruz Vermelha trabalham conjuntamente, no mundo inteiro, para tentar localizar e colocar novamente em contacto os membros das famílias separadas. Este trabalho inclui procurar familiares, clarificar o destino dos desaparecidos, restabelecer o contacto e, em alguns casos, reuni-los com as suas famílias.

O serviço de Restabelecimento de Laços Familiares da CVP rege-se pelos princípios definidos pela Rede de Laços Familiares do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, salientando-se a confidencialidade da informação prestada, a proteção de dados e a gratuidade deste serviço.



# Pilares Diferenciadores da CVP

## 05

### Resposta de Emergência

Durante crises e ocorrências de grande escala, ou em contextos de extrema vulnerabilidade, é missão da CVP apresentar-se como resposta estratégica e operacional, potenciando os recursos da rede, ajudando a aumentar a eficiência de toda a intervenção, para que o resultado no apoio às comunidades afetadas seja maximizado.



Os recursos humanos devidamente capacitados e treinados são um dos componentes mais cruciais da preparação para catástrofes e da resposta a emergências. Através da sua rede, a CVP pode mobilizar pessoal especializado em resposta de emergência, a curto prazo, para apoiar operações humanitárias de emergência em todo o território.

# Pilares Diferenciadores da CVP

## 06

### Advocacia e Responsabilidade

Em nome dos nossos membros e das comunidades que servimos, a CVP desempenha um papel importante ao influenciar a tomada de decisões sobre assuntos humanitários, junto dos decisores políticos e estratégicos. O nosso propósito é sempre a defesa da humanidade e da dignidade das pessoas.

A confiança é elemento essencial para todas as relações que estabelecemos na CVP e é o garante do nosso acesso às comunidades e às parcerias, bem como fomenta e incentiva uma base produtiva e saudável de voluntários e trabalhadores. A nossa responsabilidade é para com as comunidades com quem trabalhamos, para com os nossos parceiros, doadores e também para com a rede de voluntários e trabalhadores.



**Defendemos e promovemos uma cultura de prática ética e colocamos a responsabilidade pessoal e institucional no centro do nosso trabalho, em linha com os nossos Princípios Fundamentais.**



A construir  
futuros.  
Todos os dias.

Linhas de Orientação  
da Cruz Vermelha  
Portuguesa



“Que continuemos a colocar o ser humano no centro das nossas preocupações, promovendo a sua dignidade e bem-estar e que cada vez mais pessoas se juntem a nós, contribuindo com tempo, recursos ou competências, para fortalecer a nossa capacidade de responder aos desafios e tornar a sociedade mais resiliente e justa.”

## Enquadramento

A Cruz Vermelha Portuguesa é uma das mais antigas organizações portuguesas que tem sabido resistir aos desafios e às enormes dificuldades que o mundo, e em particular o nosso país, têm enfrentado nos últimos 160 anos.

Essa história de resistência e adaptação às mudanças deve-se ao mérito de todos os que se envolveram na nobre missão da CVP, mantendo o rumo fiel aos 7 princípios fundamentais da organização: Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade.

Em cada período foram definidas orientações estratégicas e ações que permitiram que a CVP fosse fiel à sua Missão de "prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana".

A atual Direção Nacional tomou posse a 6 de julho de 2023, e neste período tem procurado conhecer a organização, os principais problemas, as dificuldades, os constrangimentos e as ambições, procurando responder ao que é mais emergente e importante para a CVP e para todos os que beneficiam do seu apoio, razão de ser da organização. Contudo, as opções e as ações a desenvolver em 2025 deverão ser enquadradas num Plano de Atividades que procura traduzir o resultado da reflexão entre a situação atual e os objetivos a atingir.

Para a CVP continuar a assegurar a sua Missão, desenvolvida em todo o país por 159 Estruturas Locais e dos 8 Organismos Autónomos, com diferentes focos e tipo de assistência, há 8 objetivos que importa destacar como fundamentais nas opções a seguir:

**Garantir a sustentabilidade financeira da CVP e dos investimentos a realizar, pois as necessidades superam os recursos;**

**Auxiliar ou complementar os poderes públicos, sem prejuízo da sua independência e autonomia, mas subordinando essa intervenção à análise da sustentabilidade financeira de cada projeto, no momento do investimento ou da sua exploração;**

**Concentrar os recursos nas ações de menor custo que possam beneficiar o maior número possível dos que mais precisam;**

**Reorganizar a CVP e otimizar a gestão da organização, a fim de poder fazer mais com menos recursos;**

**Ampliar o número de Voluntários e dos Membros Ativos, Contribuintes e Beneméritos;**

**Reforçar a área de Ensino e Formação;**

**Reforçar a presença da marca CVP na Sociedade;**

**Reforçar a capacidade de resposta da CVP na área da Emergência.**

# Linhas de Orientação

No atual quadro de atividades desenvolvidas pela CVP verifica-se uma elevada dispersão de ações, de projetos de investimento em curso e de propostas para novos investimentos, sem que exista uma linha de orientação que permita conciliar as necessidades a satisfazer com os meios existentes.

A proximidade das Delegações, Centros Humanitários e Organismos Autónomos à necessidade de apoio aos mais necessitados e o desejo de atender os pedidos dos poderes públicos presentes em cada local, tem levado a CVP a assumir compromissos que, só por si, sem apoio, é incapaz de manter sem comprometer o futuro da organização, que apesar da presença em todo o território, é una e sujeita ao escrutínio e às consequências de eventuais incumprimentos.

Neste contexto e sem perder o horizonte do mandato com 4 anos, a Direção Nacional entende que é necessária uma análise criteriosa das ações em curso e dos investimentos a realizar, para que a Missão seja assegurada de forma segura e eficaz.

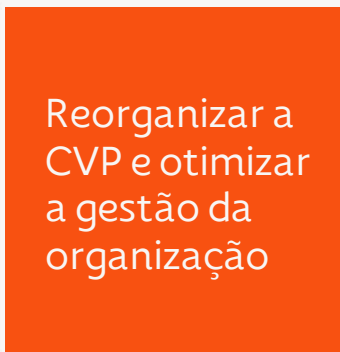
**Tendo em conta esta reflexão, entende-se definir as seguintes Linhas de Orientação da CVP:**




# Linhas de Orientação



Garantir a Sustentabilidade Económico-Financeira da CVP




Reorganizar a CVP e otimizar a gestão da organização



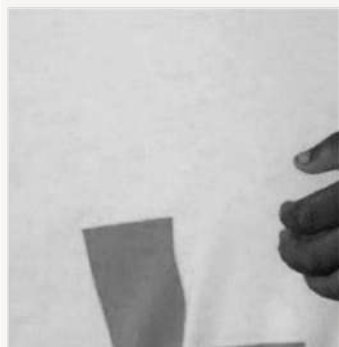
Ampliar o número de Voluntários e dos Membros Ativos, Contribuintes e Beneméritos




Reforçar a área de Ensino e Formação



Reforçar a presença da marca CVP na sociedade



Reforçar a resposta de emergência da CVP




Fortalecer a intervenção social e humanitária da Rede Cruz Vermelha

# Garantir a Sustentabilidade Económico-Financeira da CVP

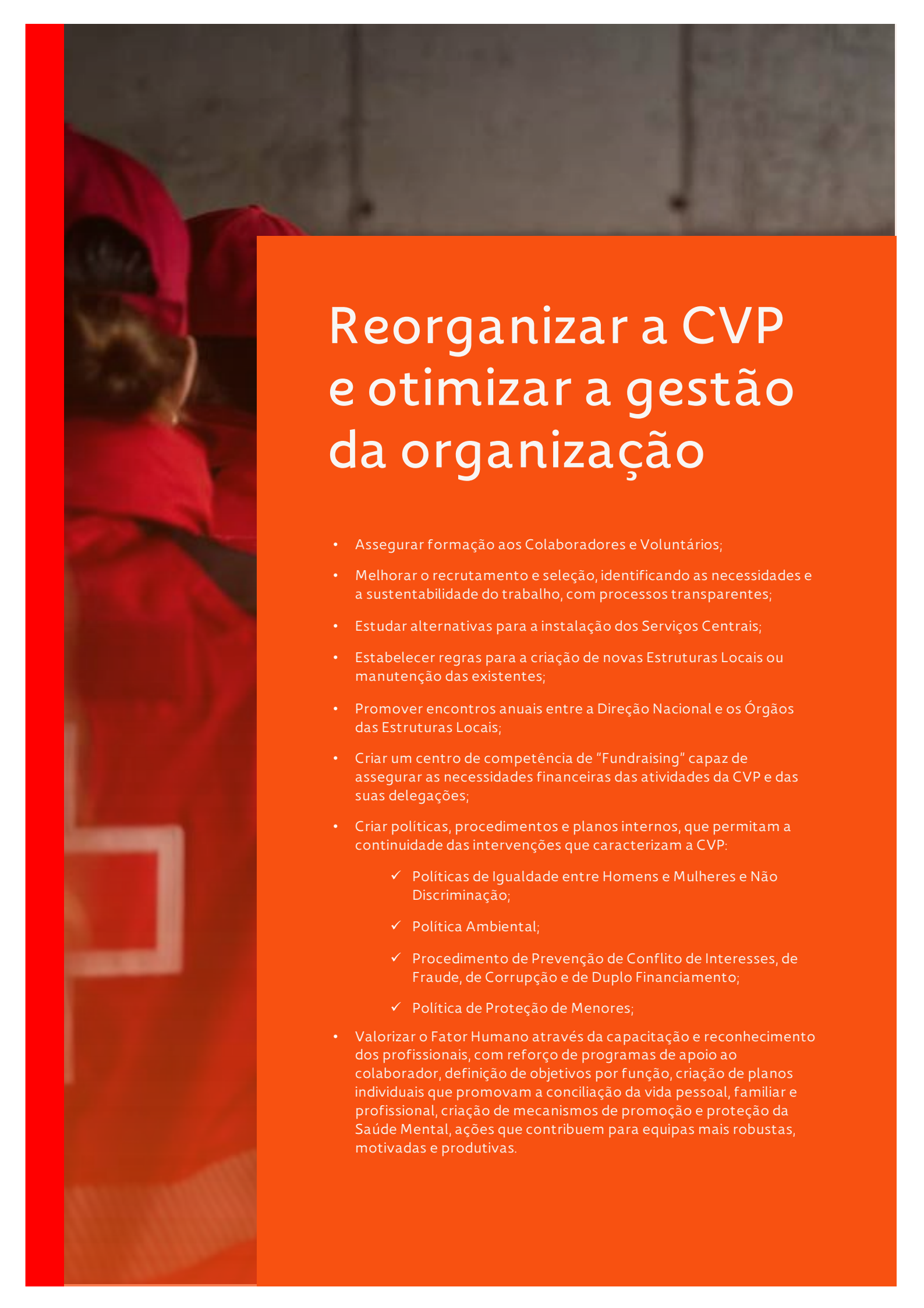
- Reduzir custos de todos os serviços que possam ser contratados abrangendo o universo da CVP;
- Reduzir ao mínimo os custos de financiamento da atividade;
- Assegurar que qualquer serviço prestado aos poderes públicos é justamente remunerado;
- Reformular a estratégia de "Fundraising";
- Criar um Fundo Solidário para apoiar, com critério, as Estruturas em situação económica e financeira difícil, a partir de contributos das Estruturas Locais com resultados positivos e com mais meios financeiros;
- Analisar os resultados de todas as Unidades de Saúde, Escolas de Formação, Creches, Residências de Idosos, Unidades de Cuidados Integrados, Centros de Acolhimento e outras prestações de serviços e, caso estes sejam negativos, estudar soluções para inverter a situação;
- Cancelar todos os investimentos em fase de projeto, sem que previamente seja efetuada uma criteriosa análise custo-benefício;
- Valorizar e rentabilizar o património existente;
- Racionalizar a frota de viaturas da CVP;
- Reforçar as campanhas de angariação de fundos.





# Reorganizar a CVP e otimizar a gestão da organização

- Reorganizar os Serviços Centrais, dotando-os de mais competências, eficácia e eficiência, a fim de assegurar a gestão global centralizada da CVP;
- Elaborar regulamentos por áreas de intervenção, que permitam uniformizar e assegurar a implementação de boas práticas a nível Central e das Estruturas Locais;
- Implementar um sistema de controlo de gestão global que monitorize o controlo dos objetivos, custos, receitas, regulamentos e outros procedimentos a uniformizar;
- Desenvolver um processo de planeamento e gestão orçamental global para a CVP, quer a nível central, quer ao nível das delegações;
- Desenvolver um processo colaborativo de gestão financeira e de tesouraria entre as delegações e os serviços centrais assegurando a gestão centralizada das responsabilidades e das disponibilidades financeiras de forma a garantir a otimização dos seus recursos e a redução dos riscos inerentes;
- Rever os Estatutos da CVP, seguindo as orientações da Federação Internacional das sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho;
- Promover a transformação digital.



# Reorganizar a CVP e otimizar a gestão da organização

- Assegurar formação aos Colaboradores e Voluntários;
- Melhorar o recrutamento e seleção, identificando as necessidades e a sustentabilidade do trabalho, com processos transparentes;
- Estudar alternativas para a instalação dos Serviços Centrais;
- Estabelecer regras para a criação de novas Estruturas Locais ou manutenção das existentes;
- Promover encontros anuais entre a Direção Nacional e os Órgãos das Estruturas Locais;
- Criar um centro de competência de "Fundraising" capaz de assegurar as necessidades financeiras das atividades da CVP e das suas delegações;
- Criar políticas, procedimentos e planos internos, que permitam a continuidade das intervenções que caracterizam a CVP:
  - ✓ Políticas de Igualdade entre Homens e Mulheres e Não Discriminação;
  - ✓ Política Ambiental;
  - ✓ Procedimento de Prevenção de Conflito de Interesses, de Fraude, de Corrupção e de Duplo Financiamento;
  - ✓ Política de Proteção de Menores;
- Valorizar o Fator Humano através da capacitação e reconhecimento dos profissionais, com reforço de programas de apoio ao colaborador, definição de objetivos por função, criação de planos individuais que promovam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, criação de mecanismos de promoção e proteção da Saúde Mental, ações que contribuem para equipas mais robustas, motivadas e produtivas.

# Ampliar o número de Voluntários e dos Membros Ativos, Contribuintes e Beneméritos

- Promover campanhas para mobilizar a angariação de Voluntários dos diversos grupos etários;
- Promover a adaptação pela CVP de novas tendências de voluntariado;
- Promover iniciativas para aumentar o número de Membros da CVP.





## Reforçar a área de Ensino e Formação

- Analisar com as Direções das Escolas de Ensino as condições para ampliar a capacidade das escolas, sua sustentabilidade e valências.

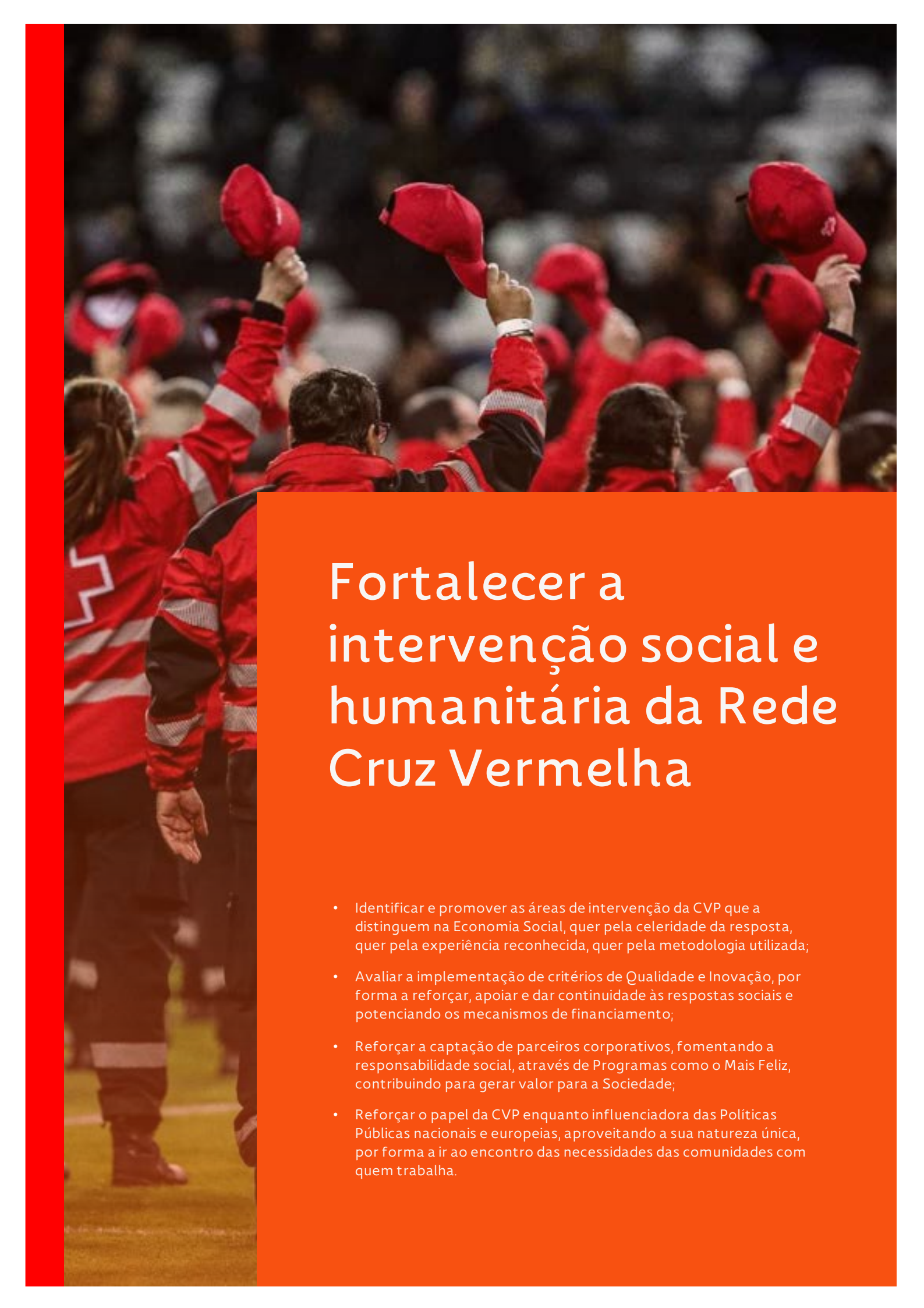
## Reforçar a presença da marca CVP na Sociedade

- Promover iniciativas para divulgar a presença da CVP na Sociedade;
- Assegurar a promoção do Cartão Cruz Vermelha e sua adoção como cartão solidário por excelência;
- Aumentar a presença nas redes sociais.

# Reforçar a resposta de emergência da CVP

- Desenvolvimento do campus de comando, logística e formação da emergência;
- Capacitação e acreditação internacional (IFRC/WHO) do Hospital de Campanha;
- Otimização da gestão do transporte de doentes;
- Digitalização da gestão e controle da emergência;
- Reforçar a capacidade da CVP na coordenação e logística para realojamento de emergência a nível nacional;
- Investir em mecanismos de procura ativa de financiamento próprio, seja através da implementação de projetos, seja através de fundos de resposta a emergências.



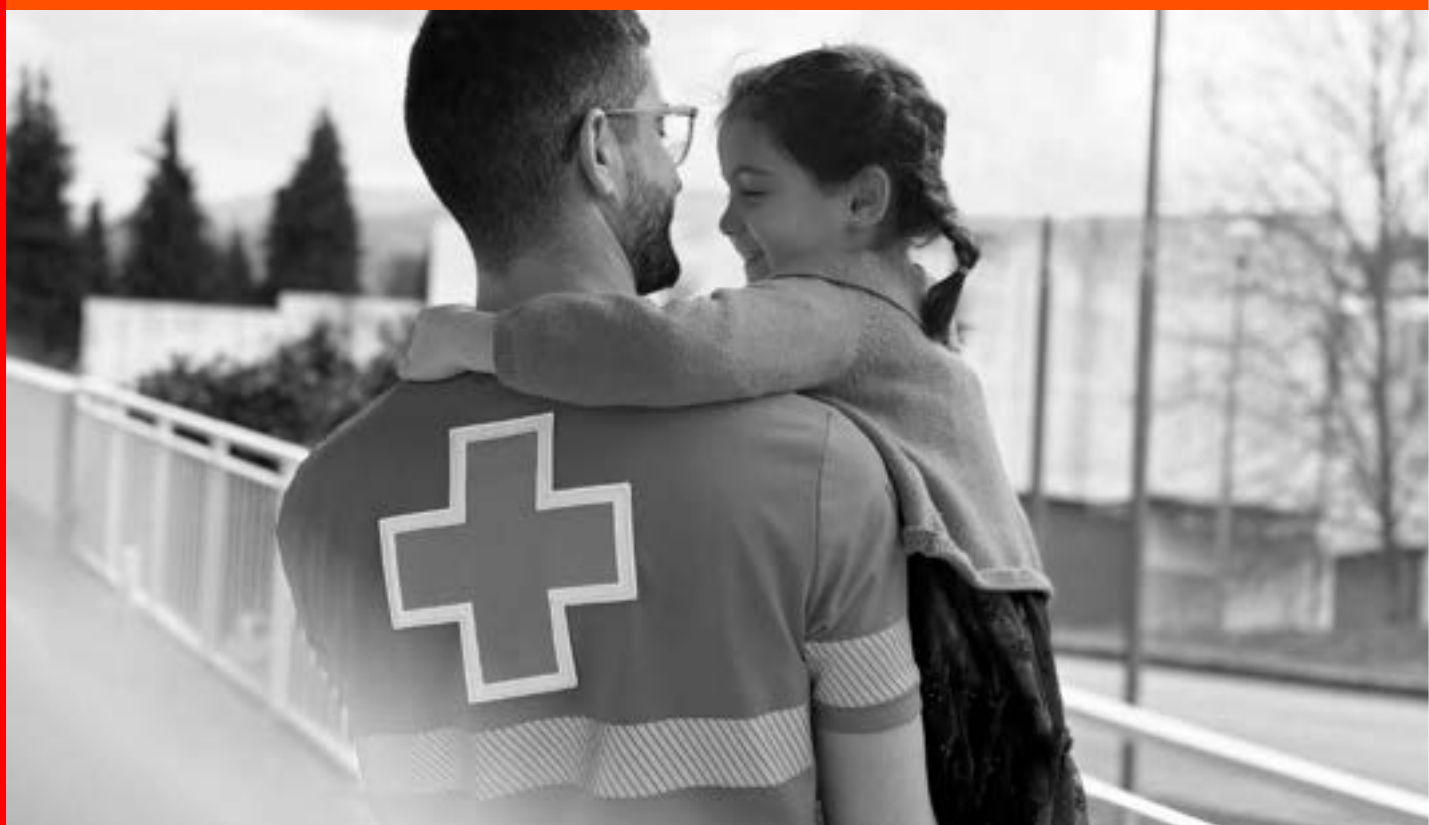
A photograph of a group of people, likely a sports team or a group of supporters, wearing red jackets and caps. They are seen from behind, with their arms raised in the air, holding their caps high. The background is a blurred crowd of people, suggesting a stadium or a large gathering. The overall mood is one of excitement and celebration.

# Fortalecer a intervenção social e humanitária da Rede Cruz Vermelha

- Identificar e promover as áreas de intervenção da CVP que a distinguem na Economia Social, quer pela celeridade da resposta, quer pela experiência reconhecida, quer pela metodologia utilizada;
- Avaliar a implementação de critérios de Qualidade e Inovação, por forma a reforçar, apoiar e dar continuidade às respostas sociais e potenciando os mecanismos de financiamento;
- Reforçar a captação de parceiros corporativos, fomentando a responsabilidade social, através de Programas como o Mais Feliz, contribuindo para gerar valor para a Sociedade;
- Reforçar o papel da CVP enquanto influenciadora das Políticas Públicas nacionais e europeias, aproveitando a sua natureza única, por forma a ir ao encontro das necessidades das comunidades com quem trabalha.

Relatório de Atividades  
da Cruz Vermelha  
Portuguesa 2025

# Introdução



O Relatório de Atividades e Contas de 2025 apresenta, de forma integrada, a evolução da Cruz Vermelha Portuguesa ao longo de um exercício marcado pelo reforço da sua capacidade de intervenção, pela consolidação de processos internos e pela continuidade de um percurso de modernização institucional orientado para maior eficácia, sustentabilidade e impacto.

A atividade desenvolvida durante o ano evidencia uma organização que respondeu de forma abrangente às necessidades das comunidades, mantendo uma presença relevante nas áreas da emergência, da saúde, da ação social, do ensino e formação, do voluntariado, da juventude e da cooperação internacional. A diversidade e intensidade das respostas asseguradas demonstram não apenas a amplitude da missão da CVP, mas também a capacidade de adaptação da Instituição perante contextos sociais e humanitários em rápida transformação.

Em 2025, assumiram particular relevo o fortalecimento da resposta operacional em situações de emergência, a ampliação de respostas sociais dirigidas a vulnerabilidades persistentes e emergentes, a consolidação de serviços de saúde e apoio especializado e o investimento na qualificação de pessoas, equipas e estruturas.

No Ensino, Formação, Voluntariado, Juventude e na dimensão Internacional, a CVP reforçou a capacitação, a mobilização cívica e a cooperação no seio do Movimento. Estes desenvolvimentos traduzem uma atuação cada vez mais orientada para combinar proximidade, competência técnica e capacidade de coordenação em rede.

Paralelamente, prosseguiu o esforço de robustecimento organizacional. A crescente integração de sistemas de gestão, o aprofundamento da harmonização de procedimentos, a melhoria da qualidade da informação disponível e a consolidação de mecanismos de acompanhamento e reporte constituíram aspetos centrais do trabalho realizado.

Estes progressos são particularmente relevantes numa Instituição com a escala, dispersão territorial e diversidade funcional da Cruz Vermelha Portuguesa, permitindo reforçar a coerência global da atuação e a capacidade de decisão sustentada.



No centro de toda esta ação encontra-se o **Voluntariado**, princípio fundamental e força motriz da Cruz Vermelha Portuguesa.

O exercício de 2025 foi igualmente caracterizado por uma evolução económico-financeira favorável. A atividade registou crescimento, os níveis de eficiência melhoraram e a Instituição apresentou sinais consistentes de reforço do seu equilíbrio financeiro.

A redução da pressão relativa dos gastos, a melhoria do desempenho global e os efeitos positivos de medidas de reorganização e gestão prudente confirmam a importância de manter uma estratégia de sustentabilidade assente em rigor, planeamento e responsabilidade.

A consolidação do reposicionamento da marca, o reforço da comunicação institucional e interna, a aposta na capacitação da rede e o desenvolvimento de iniciativas de fundraising mais estruturadas contribuíram para tornar a CVP mais próxima, mais reconhecível e mais capaz de mobilizar recursos, parceiros e cidadãos em torno da sua missão. Este trabalho foi acompanhado por uma crescente valorização da inovação, da segmentação e da utilização de ferramentas digitais de apoio à angariação e ao relacionamento com diferentes públicos.

#### **A leitura conjunta da atividade e das contas permite destacar seis grandes linhas de evolução em 2025:**


- **Reforço da intervenção humanitária**, com respostas mais abrangentes, qualificadas e ajustadas a necessidades sociais e operacionais complexas;
- **Consolidação da capacidade operacional e de resposta**, em Portugal e no plano internacional;
- **Modernização dos sistemas e processos de gestão**, com impacto positivo na qualidade da informação e no controlo organizacional;
- **Evolução económico-financeira favorável**, sustentada por crescimento da atividade, maior eficiência e reforço do equilíbrio global;
- **Investimento em infraestruturas, meios e competências**, fundamentais para assegurar continuidade, qualidade e capacidade de resposta;
- **Afirmação pública e reputacional da CVP**, suportada por uma comunicação mais próxima, maior mobilização social e fortalecimento da relação com parceiros e doadores.



O presente Relatório de Atividades e Contas evidencia, assim, uma organização em movimento: mais preparada para responder, mais qualificada na sua intervenção, mais exigente na gestão e mais consciente da necessidade de construir sustentabilidade para o futuro.

Mais do que um balanço de execução, este Relatório traduz a consolidação de um caminho: o de uma Cruz Vermelha Portuguesa que procura responder com eficácia ao presente, corrigir fragilidades estruturais, fortalecer a sua base de sustentabilidade e preparar-se, com responsabilidade e ambição, para os desafios humanitários dos próximos anos.





Chegamos  
primeiro para  
apoiar quem  
mais precisa.

# Emergência

A Emergência é um dos pilares fundamentais da ação da Cruz Vermelha Portuguesa, permitindo uma resposta rápida, eficaz e humanitária tanto em situações do quotidiano como em cenários de grande complexidade — catástrofes naturais, acidentes graves e crises de diversa natureza —, que exigem um trabalho contínuo de preparação, prevenção, organização e mitigação.

O planeamento, coordenação e execução desta resposta cabem à Coordenação Nacional de Emergência (CNE), peça central da capacidade institucional para enfrentar desafios humanitários cada vez mais frequentes, complexos e multidimensionais. Enquanto Agente de Proteção Civil reconhecido pelo Estado Português, a CVP tem vindo a consolidar a sua presença operacional através de uma rede de **84 Estruturas Operacionais de Emergência (EOE)** distribuídas por todo o território nacional.



As EOE asseguram um leque abrangente de áreas de atuação, nomeadamente:

### **Emergência pré-hospitalar**

com equipas e ambulâncias de socorro em resposta a acidentes e situações críticas;

### **Alojamento de emergência**

incluindo a instalação de centros temporários para populações deslocadas;

### **Distribuição de kits de higiene e alimentação**

garantindo apoio básico imediato a pessoas afetadas por emergências;

### **Apoio a unidades de saúde**

com equipas e recursos complementares para reforço em situações de exceção;

### **Apoio psicossocial**

a indivíduos e comunidades em crise ;

### **Logística operacional e apoio em teatro de operações**

incluindo transporte, abastecimento e suporte técnico a ações no terreno;

### **Tecnologias de informação e comunicação**

garantindo conectividade, comando e coordenação em ambientes operacionais adversos;

### **Apoio à recuperação e avaliação de necessidades**

com suporte direto às comunidades afetadas e identificação de vulnerabilidades para reconstrução e estabilização pós-evento.

O ano de 2025 ficou também marcado pelo fortalecimento das relações institucionais com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), através da participação ativa da CVP em fóruns nacionais, regionais e sub-regionais, garantindo a sua integração plena e permanente no sistema nacional de proteção civil.



Em 2025, a Cruz Vermelha Portuguesa registou **87 244 ocorrências** de emergência médica em todo o território nacional, com a maior concentração na Região Norte (46%), seguida do Algarve (23%) e de Lisboa e Vale do Tejo (16%) — distribuição que reflete a forte implantação operacional da rede de EOE e a articulação com o Sistema Integrado de Emergência Médica.

Entre as principais operações nacionais desenvolvidas em 2025, destacam-se:

A participação no exercício internacional EU MODEX, a Operação Fátima e a participação no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), esta última distinguida pela implementação inovadora do projeto RestSpace.

A resposta ao Apagão do dia 28 de abril.



# Apagão 28 abril

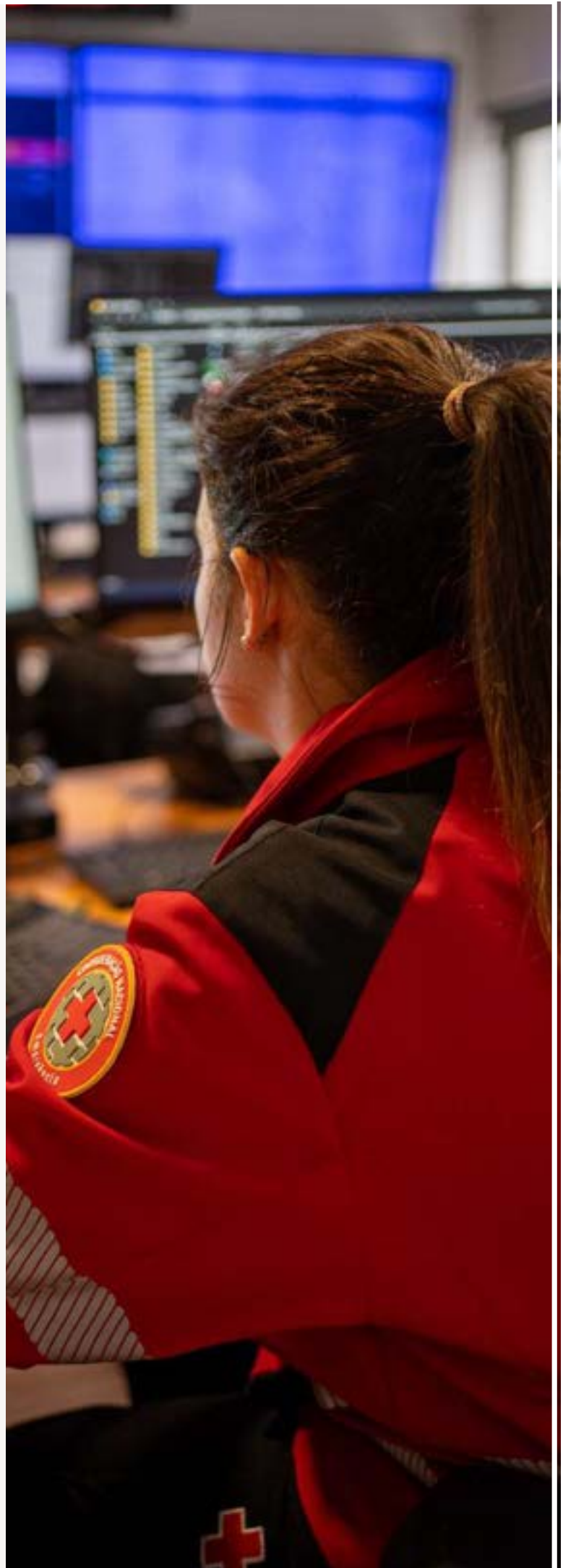
Na sequência da falha energética que afetou Portugal, Espanha e França, a CVP desencadeou de imediato os seus mecanismos de resposta, ativando a Sala de Crise e reforçando a **Sala de Operações Nacional (SALOP)**, em apoio à rede nacional da Cruz Vermelha.

O dispositivo integrou, em permanência, um coordenador no Comando Nacional da ANEPC, um médico para apoio diferenciado à rede de ambulâncias – face à dificuldade de contacto com o CODU/INEM – e três operadores, assegurando monitorização contínua.

As comunicações e o funcionamento mantiveram-se ininterruptamente, demonstrando a resiliência das infraestruturas e a capacidade de apoio às restantes entidades.

Em simultâneo, a CVP garantiu presença no Centro de Coordenação Nacional da ANEPC, mantendo articulação permanente com a Sala de Crise do INEM, e mobilizou Oficiais de Ligação à Proteção Civil em todas as regiões.

No período crítico, foi instalada uma zona de apoio à população no Aeroporto de Lisboa, que assegurou abrigo e condições de conforto temporário a cerca de 540 pessoas afetadas pelo cancelamento de voos, tendo ainda sido mobilizados três geradores para duas estruturas residenciais para pessoas idosas e uma unidade hospitalar de psiquiatria.





# Operação Fátima

A Cruz Vermelha Portuguesa esteve, uma vez mais, presente no acompanhamento e apoio aos peregrinos que se dirigiram ao Santuário de Fátima nas celebrações de maio.

Entre 1 e 13 de maio, a CNE assegurou um dispositivo composto por:

<b>2</b> Postos de Médicos Avançados	<b>4</b> Ambulâncias de Socorro
<b>66</b> Assistências	<b>28</b> Voluntários

Em paralelo, entre 1 e 12 de maio, foram instalados **12 Postos de Socorro** (10 fixos e 2 móveis) ao longo dos principais itinerários, de norte a sul do país, num total de **1707 assistências** aos peregrinos.

A localização dos postos foi disponibilizada através de uma plataforma digital divulgada nos canais oficiais da CNE.

Ao lado de quem precisa.

Todos os dias.



# Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR)

Reconhecendo a importância da resposta aos incêndios rurais, a CNE voltou a integrar o DECIR, coordenado pela ANEPC.



Entre 15 de maio e 15 de outubro de 2025, a CVP registou:

33

Ativações

54

Estruturas operacionais envolvidas

202

Meios

505

Operacionais

6.837

Horas dedicadas



Centrada no bem-estar dos operacionais, a implementação do projeto RestSpace constituiu uma resposta inovadora.

Estas Unidades, com possibilidade de instalação em qualquer parte do país, asseguram condições de descanso, alimentação, higiene e apoio médico e psicológico junto dos teatros de Operação.

Inicialmente concebido para acolher até 100 operacionais em simultâneo e cerca de 500 em regime rotativo, o projeto evoluiu ao longo do ano e foram operacionalizadas 6 unidades, com capacidade cumulativa para 760 operacionais e uma taxa média de ocupação de 48%.

Estes espaços contribuíram para a redução da fadiga, a mitigação de riscos e o reforço da eficácia operacional em cenários prolongados e exigentes, evidenciando a capacidade da CVP de integrar dispositivos nacionais de elevada exigência com inovação e sustentabilidade operacional.



# Exercício Internacional EU MODEX

No âmbito do reforço da cooperação internacional e da capacitação operacional, a CVP participou no exercício **EU MODEX 2025**, promovido pelo Mecanismo Europeu de Proteção Civil, que decorreu em janeiro de 2025 em Lisboa.

Este exercício tem como principal objetivo testar e validar a interoperabilidade entre equipas de diferentes Estados-Membros, promovendo a uniformização de procedimentos, a partilha de boas práticas e o reforço da capacidade de resposta conjunta em cenários de emergência complexos.

A participação da CVP destacou-se pela intervenção em múltiplas vertentes, assegurando não apenas o apoio operacional direto, mas também funções críticas de suporte à gestão do exercício, tendo mobilizado um total acumulado de cerca de **140 operacionais**.



Mobilização de um total acumulado de cerca de **140 operacionais**.

Em estreita articulação com a Guarda Nacional Republicana, através da UEPS, e com o Instituto Nacional de Emergência Médica, **a CVP assegurou:**

- A logística operacional (com a disponibilização de recursos humanos e a instalação e manutenção de tendas, torres de iluminação e geradores por uma equipa em permanência);
- A gestão integral do fornecimento de alimentação a todos os operacionais envolvidos, com apoio da cozinha de campanha da GNR UEPS, num total de 3 510 refeições fornecidas;
- A caracterização das 600 vítimas que integraram os vários cenários simulados; a operação de sistemas de aeronaves não tripuladas (UAS);
- O transporte de meios e equipas;
- Os sistemas de informação e redes de comunicação;
- O registo fotográfico e de vídeo de todo o exercício e respetiva pós-produção;
- O apoio com ambulâncias;
- A participação em cenários simulados de emergência pré-hospitalar.



**O envolvimento no EU MODEX 2025 constitui um contributo relevante para o fortalecimento da prontidão da CVP face a cenários de emergência complexos, reforçando simultaneamente o seu posicionamento como parceiro ativo no quadro europeu da Proteção Civil, com relevância direta para a articulação em cenários de apoio às autoridades nacionais, incluindo em contexto de colaboração com estruturas da Defesa.**

# Protocolo de colaboração CVP–GNR

Em 2025 foi celebrado o protocolo de colaboração entre a CVP e a Guarda Nacional Republicana, formalizando uma cooperação que já vinha a ser desenvolvida de forma regular.

O acordo reflete o compromisso na partilha de conhecimento e recursos e abre caminho à criação de equipas mistas para uma resposta mais eficaz em situações de emergência.



## NATO Tiger Meet

Entre 15 de setembro e 3 de outubro, a CVP assegurou presença no exercício internacional **NATO Tiger Meet** através de um dispositivo contínuo de prevenção.

Ao longo do evento foram empenhadas 17 ambulâncias, distribuídas pelos vários dias, garantindo uma resposta permanente e adequada às necessidades identificadas.

# Exercício Fénix

Entre 17 e 21 de novembro, a CVP participou no Exercício Fénix 2025, conduzido pelo Exército Português em Lisboa, integrando um cenário simulado de resposta a um sismo de grande magnitude.

A intervenção decorreu em articulação com as restantes entidades de proteção e socorro e abrangeu várias áreas — apoio psicossocial às vítimas simuladas, distribuição de kits alimentares, reforço do apoio médico-sanitário e caracterização de todas as vítimas simuladas, contribuindo para o realismo do cenário operacional.

Foi ainda mobilizada uma equipa especializada em Aeronaves Não Tripuladas (UAS), responsável pela recolha de informação crítica para apoio à decisão e coordenação das operações.

**Durante os cinco dias, a CVP empenhou:**

**5**

**Ambulâncias**

**5**

**Coordenadores**

**3**

**Psicólogos**

**22**

**Socorristas**

**250**

**Horas de  
Empenhamento  
Operacional**





## Apoio a eventos

Em 2025, a CVP assegurou o apoio sanitário a 156 eventos nacionais, com destaque para o Carnaval de Torres Vedras, o Carnaval de Ovar, o EVILLIVE Festival, o Concerto Guns N' Roses, a Maratona da Europa, a Meia Maratona Douro Vinhateiro, a Final da Taça de Portugal e a Supertaça Cândido de Oliveira (Algarve).

## Exercício ATEMPO

A 3 de dezembro de 2025, a CVP participou no Exercício Multirrisco ATEMPO 2025, desenvolvido em ambientes simulados de elevada complexidade, com o objetivo de testar procedimentos, avaliar competências e treinar a atuação conjunta em contextos multirrisco.

Em colaboração com a Guarda Nacional Republicana, através da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS), a intervenção da CVP cobriu Emergência Pré-Hospitalar, Logística, Caracterização em Cenários de Emergência, Logística Alimentar, Comunicação e Imagem, bem como uma Equipa Mortuária e uma equipa de aeronaves não tripuladas (UAS).

A operação, que teve lugar na Guarda, contou com o acompanhamento do Coordenador Regional do Centro da CVP, que assegurou no terreno a articulação entre as diferentes valências envolvidas, reforçando a cooperação, coordenação e interoperabilidade essenciais a uma resposta eficaz a situações de grande emergência.



# Transportes

A CVP presta, em todo o território nacional, um serviço essencial de Transporte de Doentes Não Urgentes (TDNU), garantindo a milhares de utentes o acesso a cuidados de saúde com segurança, conforto e qualidade.

O serviço é assegurado pelas diversas Estruturas Locais, cada uma com os seus próprios meios e protocolos de atuação, adaptados às necessidades da comunidade e às parcerias locais existentes.

Ao nível dos protocolos nacionais, em 2025 foram realizados **2 537 transportes** por 54 Estruturas Locais, envolvendo **197 VDTD** e **2 340 ambulâncias**. Globalmente, a CVP efetuou mais de **25 000 transportes** de doentes não urgentes ao longo do ano.

Para além do TDNU, a Instituição assegura ainda um conjunto de transportes especializados de elevado impacto social, incluindo o apoio a vítimas de violência doméstica e de tráfico de seres humanos, a migrantes e a situações de emergência social, conforme detalhado:



Transporte de Migrantes

665

Transportes

1.108

Pessoas Transportadas

Transporte de Emergência Social

783

Transportes

1.189

Pessoas Transportadas

Transporte de Vítimas de Violência Doméstica

956

Transportes

1.740

Pessoas Transportadas

Transporte de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

97

Transportes

130

Pessoas Transportadas

# Transportes Internacionais

Estes transportes consistem, maioritariamente, em repatriamentos de utentes que necessitam de acompanhamento médico durante o trajeto de regresso a Portugal ou ao seu país de origem.

# 12

Pessoas  
Transportadas



# NRDT

## National Response Disaster Teams

Pelos seus elevados níveis de prontidão e mobilização, as NRDT estão preparadas para intervir em curto espaço de tempo, assegurando uma presença eficaz nas fases iniciais da resposta.

As NRDT constituem equipas nacionais especializadas de resposta a emergências, com formação técnica diferenciada em áreas críticas, permitindo uma atuação multidisciplinar e integrada.

A sua principal missão consiste no reforço da capacidade de resposta nacional em situações de emergência e catástrofe, contribuindo para uma intervenção mais célere, coordenada e alinhada com os princípios humanitários, bem como para a resiliência das comunidades.

### Atualmente, cobrem 9 áreas:

- Logística Operacional
- Alojamento de Emergência
- Resposta Médica
- UAS (Aeronaves Não Tripuladas)
- NRBQ (Nucleares, Radiológicos, Biológicos e Químicos)
- Resgate Aquático
- Medicina de Montanha
- Logística Alimentar
- Caracterização em Cenários de Emergência



# Caracterização em Cenários de Emergência

A equipa de Caracterização desempenhou um papel fundamental na preparação operacional, através da criação de simulações realistas de vítimas e ferimentos, recorrendo a técnicas de moulage e representação. Este trabalho consiste na reprodução fiel de cenários de emergência — diferentes tipos de lesões, estados clínicos e contextos de acidente —, permitindo recriar condições o mais próximas possível da realidade. O principal objetivo da equipa é proporcionar aos operacionais experiências de treino imersivas e realistas, que contribuam para o desenvolvimento de competências técnicas, a tomada de decisão sob pressão e a capacidade de atuação em ambiente operacional, expondo as equipas a situações complexas e dinâmicas sem os riscos associados a uma ocorrência real. Em 2025, a equipa participou em **13 exercícios** e ações de formação, num total de **1 103 caracterizações realizadas** — resultados que evidenciam a sua elevada capacidade de resposta e o contributo significativo para a qualidade e o realismo dos treinos operacionais.



## UAS (Aeronaves Não Tripuladas)

Em 2025, a equipa UAS, constituída por 6 elementos, registou **13 ativações**, distribuídas por operações de proteção civil — designadamente incêndios e catástrofes naturais —, exercícios operacionais e eventos académicos e lúdicos.

# Logística de Emergência

Trata-se de um eixo fundamental na resposta a situações de crise, que integra de forma articulada o armazenamento, a gestão, a distribuição e a montagem do material indispensável às operações no terreno — designadamente a montagem **de Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP) e Postos Médicos Avançados (PMA)**, e o apoio energético com geradores. Estes processos, devidamente coordenados, asseguram rapidez, eficiência e eficácia na assistência às populações afetadas e no apoio às equipas operacionais.

A par destas funções, destaca-se a **gestão da Reserva Estratégica Nacional de material e equipamentos**, concebida para responder de forma célere e autónoma a situações de emergência e catástrofe. Localizada em Coimbra, na Plataforma Logística de Emergência Nacional, esta reserva é instrumento essencial para a resiliência do sistema da CVP, permitindo antecipar necessidades, reduzir vulnerabilidades e reforçar a capacidade de intervenção em momentos críticos.



Em 2025, a Logística de Emergência afirmou-se como dimensão estratégica da atuação da CVP, sustentada por um reforço continuado do investimento institucional e pela consolidação da sua função transversal de apoio às operações de proteção e socorro.

# Formação e Exercícios

Ao longo de 2025 foi também feito investimento na formação de elementos da CVP, sobretudo no catálogo formativo da IFRC na área de resposta à emergência, com a participação de voluntários em ações desenvolvidas em estreita colaboração com outras entidades e Sociedades Nacionais.



Em 2025:

**680**  
Horas de  
Formação

**536**  
Formandos  
Certificados

## Destaques de Ações de Formação do Catálogo Formativo Nacional

A nível nacional, deu-se primazia à criação e reestruturação de ações, das quais se destacam novas formações em:

- Disaster Victim Identification (DVI);
- Intervenção em Emergências em Ambientes Remotos;
- Suporte Imediato de Vida (SIV);
- Suporte Avançado de Vida (SAV);
- Saúde Mental e Apoio Psicossocial;
- Abordagem de Públicos Específicos no âmbito da ZCAP;
- Logística em Proteção Civil;
- Noções Básicas de Farmacologia para Socorristas;
- Condução de Atrelados e Primeiros Socorros Veterinários.



# Operações Humanitárias e Resposta Internacional

A dimensão internacional da Emergência da CVP consolidou-se em 2025 com o reforço das parcerias com a IFRC e outras Sociedades Nacionais, com particular destaque para as ações desenvolvidas com a Cruz Vermelha de Cabo Verde e para a participação no mecanismo Surge.



## Sistema de Emergência Pré-Hospitalar de Cabo Verde

No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre a CVP e a Cruz Vermelha de Cabo Verde (CVCV) — que visa fortalecer a capacidade de resposta em emergência médica pré-hospitalar no arquipélago —, uma equipa multidisciplinar de médicos e enfermeiros da CVCV deslocou-se a Lisboa em outubro de 2025 para uma missão técnica centrada na formação de formadores, com certificação em PHTLS e SIV.

Foram igualmente promovidos momentos de partilha de boas práticas, com visitas técnicas e sessões de networking junto da ANEPC e do INEM. Como etapas seguintes, prevê-se o envio de uma ambulância doada pela CVP para Cabo Verde e a realização de ações de formação prática no terreno, dirigidas às equipas da CVCV.

## Surge System — Cheias de Cabo Verde

Em agosto de 2025, chuvas torrenciais associadas a uma perturbação tropical provocaram cheias de elevada intensidade em Cabo Verde, afetando sobretudo as ilhas de São Vicente e Santo Antão, com impactos adicionais em São Nicolau.

Foi ativado o Apelo de Emergência Internacional da IFRC e a Cruz Vermelha Espanhola convidou a CVP a integrar a Unidade de Resposta de Emergência (ERU) na área de WASH — Household Water Treatment and Safe Storage (HWTS), focada no tratamento e armazenamento seguro de água a nível doméstico. No âmbito do mecanismo Surge, a CVP empenhou 3 delegados internacionais e 1 ambulância, reforçando a resposta à emergência.

Entre outubro e dezembro de 2025, o contributo destes delegados foi particularmente relevante na promoção da saúde comunitária, em estreita articulação com as autoridades locais, os serviços nacionais de saúde e a equipa da IFRC.

As principais atividades incluíram ações de capacitação e sensibilização comunitária, avaliações de necessidades, distribuição de bens essenciais e apoio técnico ao funcionamento de laboratórios de análise da qualidade da água.

## Grupos de Trabalho Internacionais

A CVP tem atualmente representação na Civil Protection Task Force da Red Cross EU, no Emergency Health Technical Working Group da IFRC, no Pre-Hospital Emergency Care Technical Working Group do CICV, no Disaster Management Working Group da Red Cross EU e no Climate Action Working Group da IFRC.

**A cuidar de si.  
Todos os dias.**



# National Society Preparedness and Response Capacity Strengthening (PER)

O **National Society Preparedness and Response Capacity Strengthening (PER)**, ou Reforço da Capacidade de Preparação e Resposta das Sociedades Nacionais, constitui um dos mais relevantes processos estratégicos de fortalecimento institucional atualmente em desenvolvimento na CVP, em estreita articulação com a IFRC.

Mais do que um mecanismo de avaliação operacional, o PER é uma abordagem estruturante e transversal de desenvolvimento organizacional, destinada a reforçar de forma integrada a capacidade da Instituição para prevenir, preparar, coordenar e responder eficazmente a situações de emergência, crise ou desastre, em alinhamento com os padrões e boas práticas internacionais do Movimento.

A sua metodologia permite à CVP realizar uma análise abrangente e estruturada do seu Mecanismo de Resposta, através de uma autoavaliação que incide sobre 37 componentes organizados em cinco áreas-chave:

Política

Estratégia e Normas

Capacidade Operacional

Apoio Operacional

Coordenação

Análise e Planeamento

Num contexto marcado pelo aumento da complexidade das crises humanitárias, pelos eventos climáticos extremos e pelas emergências de saúde pública, o PER assume-se como ferramenta estratégica essencial para consolidar a capacidade institucional da CVP, promovendo uma resposta mais preparada, coordenada, eficiente, interoperável e sustentável



Pela sua natureza transversal, envolve todas as áreas da organização — desde a emergência, a saúde, a ação social e a logística até aos recursos humanos, à formação, às telecomunicações, à gestão de voluntariado, à comunicação e às estruturas territoriais — constituindo uma oportunidade para reforçar a articulação interna, harmonizar processos, consolidar capacidades e promover uma visão integrada da preparação e resposta.

**O processo desenvolve-se em cinco fases:**

orientação, avaliação, análise e priorização, desenvolvimento do plano de trabalho e implementação.

Permitindo assim, uma evolução progressiva e sustentada da capacidade institucional. A CVP iniciou formalmente este processo em outubro de 2025, com a realização de um workshop nacional de orientação facilitado pela IFRC, que envolveu diferentes áreas da Sede Nacional.

**A fase de avaliação está prevista para 2026 e permitirá identificar prioridades estratégicas de desenvolvimento e melhoria contínua, contribuindo para a modernização, a resiliência e a sustentabilidade da resposta humanitária da CVP.**



2,50  
4,25  
4,75  
1,75  
4,20  
4,80  
4,20  
8,5

Capacitamos  
pessoas, para  
preparar o  
futuro.

# Ensino e Formação

O Ensino e a Formação são um dos pilares estratégicos da Cruz Vermelha Portuguesa, traduzindo o compromisso da Instituição com a qualificação de profissionais de saúde, com a formação contínua dos seus quadros e voluntários e com a capacitação da população para a resposta em situações de emergência.

Esta missão é assegurada por **três estruturas** que atuam de forma complementar: a Escola Superior de Saúde da CVP de Lisboa (ESS CVP Lisboa), a Escola Superior de Saúde do Norte da CVP (ESS Norte CVP) e a Escola de Socorrismo (ESO).

Em 2025, e no ano letivo 2024/2025 quanto ao Ensino Superior, as três Escolas envolveram mais de **14 000 alunos** e formandos, mais de uma centena de projetos de investigação ativos e cerca de três centenas de publicações científicas, consolidando a CVP como referência nacional na formação na área da saúde e do socorrismo.



**1.937**

Ações de formação

**14.057**

Formandos envolvidos

**110**

Projetos de investigação

**86**

Mobilidades internacionais



## Ensino Superior

O compromisso do Ensino Superior da CVP é formar profissionais da área da saúde com elevados padrões de qualidade e ética.

Em 2024/2025, esteve presente nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, através da ESS CVP Lisboa e da ESS Norte CVP, oferecendo formações conferentes e não conferentes de grau, com forte componente de investigação aplicada e de internacionalização.

Em simultâneo, promove o envolvimento da comunidade académica em projetos de investigação que contribuam para o enriquecimento do conhecimento científico e empoderamento dos profissionais de saúde, motivando o envolvimento em projetos de sustentabilidade e responsabilidade social com vista à transmissão do conhecimento à comunidade local, à melhoria dos cuidados de saúde na comunidade e à promoção da literacia em saúde e do bem-estar da população.

# ESS CVP (Lisboa)

Em 2024/2025 funcionaram 31 cursos, distribuídos por seis licenciaturas, três mestrados (57), sete pós-graduações (162) e 22 cursos de curta duração (485). Foi acreditado pela A3ES o curso de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica na área de Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória (30 vagas).

31  
Cursos

1.796  
Alunos

No domínio da internacionalização, a ESS recebeu, em 2025, 13 estudantes e 13 docentes estrangeiros, ao mesmo tempo que 21 estudantes e 2 docentes da Escola tiveram oportunidade de frequentar instituições no estrangeiro.

Estiveram em curso três projetos internacionais: o projeto **METAHEFO** (KA220-HED), o **BIP in Advanced Critical Care** (KA131, com a ESS CVP Lisboa como promotora) e o **BIP in Global Perspectives in Nursing Education** (com a University of South-Eastern Norway como promotora).

A Clínica Académica realizou 1 201 consultas, distribuídas por Podologia (871), Osteopatia (301) e Psicologia (29).

É objetivo da Escola reforçar o seu compromisso com a qualidade do ensino, quer no que diz respeito aos índices de melhoria da aprendizagem, quer no que tange aos resultados dos alunos e respetivos percursos escolares.

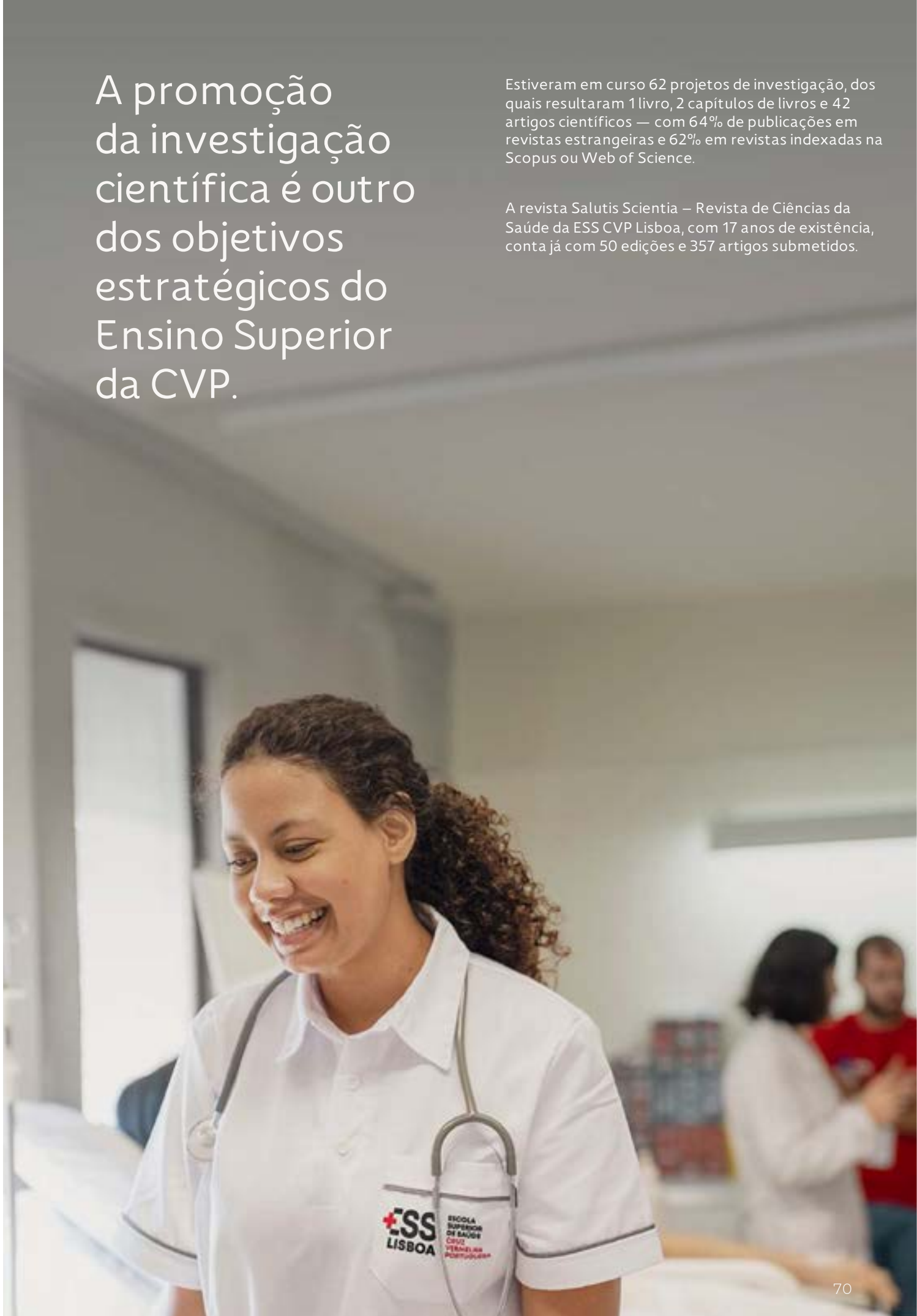
Os dados de 2025 confirmaram taxas de empregabilidade de 100% nas seis licenciaturas.



A promoção da investigação científica é outro dos objetivos estratégicos do Ensino Superior da CVP.

Estiveram em curso 62 projetos de investigação, dos quais resultaram 1 livro, 2 capítulos de livros e 42 artigos científicos — com 64% de publicações em revistas estrangeiras e 62% em revistas indexadas na Scopus ou Web of Science.

A revista *Salutis Scientia* – Revista de Ciências da Saúde da ESS CVP Lisboa, com 17 anos de existência, conta já com 50 edições e 357 artigos submetidos.



# ESS CVP (Norte)

Em 2025, a ESS Norte CVP assegurou 721 alunos matriculados em ciclos de estudos conferentes de grau e pós-graduações, distribuídos por quatro licenciaturas (Enfermagem, Acupuntura, Osteopatia e Fisioterapia, com 335 alunos), sete mestrados em Enfermagem nas áreas de especialização Médico-Cirúrgica (em quatro vertentes), Reabilitação, Saúde Mental e Psiquiátrica e Comunitária (249 alunos), e sete pós-graduações (137 alunos). A oferta de Formação Contínua abrangeu 12 cursos financiados (492 formandos) e 4 cursos autofinanciados (283 formandos).

12  
Cursos

721  
Alunos

Na vertente de internacionalização, a Escola acolheu 22 estudantes e 5 docentes no âmbito do BIP "Social Transformation" (Finlândia, Roménia, Espanha e Bélgica) e participou em mobilidades outgoing nos BIP "Creating Digital Approaches for equitable access to mental Health" e "Patient handling in safe and rehabilitating way" (OAMK), bem como em estadias formativas em Espanha, Finlândia e Chipre (KA220-HED EHECADI).

Integra ainda os projetos europeus **Prevention in Action** e a parceria com o **NURSID**.



Estiveram em curso 48 projetos de investigação, organizados em quatro linhas estratégicas — Resposta humana ao processo de saúde/doença (24), Educação em Saúde (6), Saúde da Família e Comunidade (12) e Sistemas e Tecnologias da Informação & Simulação (6).

A produção científica totalizou 236 contributos: 82 artigos científicos, 53 comunicações orais, 90 posters e 11 capítulos de livro.



Foram organizados dois eventos:

A VII Conferência Internacional de Investigação em Saúde, em abril, e o 8.º Congresso Internacional de Infeção Associada aos Cuidados de Saúde, em outubro, que reuniram, respetivamente, 233 e 1200 participantes.



Saiba mais aqui



## Escola de Socorrismo (ESO)

A Escola de Socorrismo da Cruz Vermelha Portuguesa (ESO), cuja missão é o ensino dos primeiros socorros, detém a responsabilidade técnica, pedagógica e científica do ensino do socorrismo, competindo-lhe assegurar a definição dos padrões qualitativos, a validação, o controlo de qualidade e a certificação do ensino.

A formação da ESO encontra-se certificada pela DGERT, pelo [Global First Aid Reference Centre](#) e pelo INEM.

No âmbito do protocolo CVP/IEFP de formação em emergência, foram realizadas:

**52** Ações de Formação

**333** Formandos

**28** Estruturas Locais

Em 2025, a ESO reforçou também a sua bolsa de formadores e atualizou competências dos quadros existentes:

- 2 ações de integração para 8 novos formadores (Primeiros Socorros Psicológicos e Suporte Básico de Vida com DAE)
- 1 ação de formação de formadores em Primeiros Socorros Psicológicos (7 formandos)
- 9 ações de atualização International First Aid Attestation (IFAA) com 75 formadores
- 1 Laboratório de SBVD em contrato programa com o INEM (8 formandos).

Em síntese, os dados apresentados confirmam o papel da CVP como instituição de referência na formação na área da saúde e do socorrismo em Portugal.

Tanto ao nível do ensino superior, com 2 517 alunos, **taxas de empregabilidade de 100%**, nas licenciaturas da ESS CVP Lisboa, 110 projetos de investigação ativos e quase três centenas de publicações científicas, como ao nível da formação de socorristas e da capacitação de profissionais de saúde, com mais de 11 500 formandos certificados pela ESO em 2025.

A internacionalização, traduzida em mais de 80 mobilidades de estudantes e docentes e na participação em projetos europeus financiados pelo Erasmus+ (KA131 e KA220-HED), reforça o posicionamento estratégico da CVP no espaço europeu do ensino superior em saúde.

**Consigo.  
Todos os dias.**




O Dia Mundial dos Primeiros Socorros decorreu a 13 de setembro de 2025, com o tema primeiros socorros e as alterações climáticas.

A divulgação realizada pela ESO decorreu nas redes sociais tendo abrangido um alcance de:

**4.000** pessoas.

e o Restart a Heart Day (16 de outubro), com alcance de 1 400 pessoas.



Cuidar da  
saúde é cuidar  
da dignidade  
humana.

# Saúde

A área da Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa afirma-se como um eixo estruturante da sua missão humanitária, assegurando respostas integradas, qualificadas e de proximidade ao longo de diferentes fases do ciclo de vida e em contextos de particular vulnerabilidade.

Em 2025, a atuação da instituição consolidou-se através de uma rede diversificada de cuidados continuados integrados, respostas residenciais para pessoas idosas, cuidados de ambulatório, apoio domiciliário e estruturas especializadas, como o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa e o Complexo de NeuroIntervenção.

Esta intervenção combina assistência clínica, reabilitação, acompanhamento psicossocial e apoio às famílias e cuidadores, respondendo a necessidades crescentes associadas ao envelhecimento demográfico, à dependência funcional e à complexidade dos percursos de cuidado.

Através das suas Estruturas Locais, a CVP reforça diariamente a articulação com o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social e as redes comunitárias, contribuindo para a continuidade dos cuidados, a promoção da autonomia e a dignidade das pessoas apoiadas. Os resultados alcançados em 2025 evidenciam não apenas a dimensão assistencial desta área, mas também a sua capacidade de adaptação, inovação e especialização, procurando garantir respostas humanizadas, tecnicamente consistentes e ajustadas às necessidades concretas dos utentes e das comunidades.





Saiba mais aqui



## Unidades de Cuidados Integrados

A CVP integra a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), dispondo de 178 lugares distribuídos pelas tipologias de Convalescença (UC), Média Duração e Reabilitação (UMDR) e Longa Duração e Manutenção (ULDM), em cinco Estruturas Locais: Delegação de Vila Viçosa (30 lugares de UC), Delegação da Maia (36 lugares de UC), Centro Humanitário de Elvas (15 de UC e 20 de ULDM, num total de 35), Centro Humanitário de Tavira (20 de UMDR e 34 de ULDM, num total de 54) e Delegação de Estremoz (23 de UMDR, com cessação de atividade a 31 de dezembro de 2025). No total, a CVP dispõe de 81 lugares de UC, 43 de UMDR e 54 de ULDM.

A referenciação dos doentes é efetuada exclusivamente pelas estruturas do Serviço Nacional de Saúde, através das Equipas de Gestão de Altas dos hospitais e das equipas referenciadoras dos Centros de Saúde. Os tempos máximos de internamento são de 30 dias na UC e 90 dias na UMDR; na ULDM, o internamento mantém-se até que o utente reúna condições para regressar ao domicílio ou ser transferido para uma ERPI, podendo até 10% das camas destinar-se a internamentos para descanso do cuidador, até 90 dias por ano. Em 2025, as UCCI da CVP acompanharam um total de 870 doentes — 656 em UC, 147 em UMDR e 67 em ULDM.

Em 2025, o Centro Humanitário de Elvas acompanhou 247 utentes nas suas três respostas — UC (15 lugares), ULDM (20 lugares) e ERPI (70 lugares). Verifica-se predominância do género feminino, transversal às três tipologias, em linha com o perfil etário elevado da população acolhida.

A elevada rotatividade na UC é coerente com a curta duração de internamento prevista. O expressivo número de utentes em prorrogação social na ULDM (24 em 40) traduz a dificuldade de reencaminhamento para respostas comunitárias adequadas. Na ERPI — e como é característico desta resposta social — os utentes permanecem desde a admissão até ao fim de vida, sendo as transferências raras.

110

Doentes  
Em UC

97

Na ERPI

30

Em ULDM



## Centro Humanitário de Tavira — UMDR e ULDM

O Centro Humanitário de Tavira disponibiliza 54 lugares (20 em UMDR e 34 em ULDM) e acompanhou 98 doentes — 71 na UMDR e 27 na ULDM. Na UMDR, os utentes (36 femininos e 35 masculinos) tinham idade média de 79 anos e permanência média de 100 dias, com 3 óbitos, 52 altas, 13 utentes em prorrogação social e 16 a aguardar transferência. À data de 31 de dezembro permaneciam ainda dois doentes a aguardar vaga em ULDM. Na ULDM (15 femininos e 12 masculinos), com idade média de 78 anos e permanência média de 242,2 dias, registaram-se 5 óbitos, 11 altas e 12 utentes a aguardar transferência, sobretudo para ERPI.



## Delegação de Estremoz – UMDR (encerramento de atividade)

Em 2025, a UMDR de Estremoz (23 lugares) acompanhou 76 doentes (48 femininos e 28 masculinos), com idade média de 77 anos e permanência média de 85 dias; registaram-se 6 óbitos, 76 altas, 11 utentes em prorrogação social e 5 a aguardar transferência. O número de altas foi superior ao de admissões em 2025 (54), por incluir doentes admitidos em anos anteriores. Atendendo à decisão de cessação de atividade, concretizada a 31 de dezembro de 2025, a admissão de novos utentes foi gradualmente suspensa e os doentes em internamento foram progressivamente transferidos para outras unidades da RNCCI.



## Delegação de Vila Viçosa – UC

A UC de Vila Viçosa (30 lugares) acompanhou 182 doentes (114 femininos e 68 masculinos), com idade média de 78,2 anos e permanência média de 55,9 dias. Foram concretizadas 186 altas — das quais 15 referentes a utentes admitidos ainda em 2024 — e registaram-se 12 óbitos, 79 utentes em prorrogação social e 7 a aguardar transferência. O elevado número de prorrogações sociais reflete a dificuldade na transição para respostas adequadas após a fase aguda. Por orientação da ECR e da ECL, e por decisão da equipa multidisciplinar, os utentes cujo tempo previsível de internamento se antevêja superior aos 30 dias passaram a iniciar o processo de transferência de tipologia logo na 1.ª avaliação intermédia (15 dias de internamento).



## Delegação da Maia – UC (2.º semestre de 2025)

A UC da Maia (36 lugares), em atividade desde 1 de julho de 2025, acompanhou 364 utentes no segundo semestre (205 femininos e 159 masculinos), com idade média de 78,6 anos e permanência média de 33 dias, em linha com a tipologia. Foram dadas 282 altas, registou-se 1 óbito e 8 utentes ficaram em prorrogação social; à data de fecho do ano, 46 doentes aguardavam transferência para outra tipologia, sinal de uma elevada pressão de continuidade de cuidados. Em termos etários, 20 utentes situam-se na faixa dos 55–65 anos, 35 nos 66–75, 53 nos 76–86 e 35 nos 87–100. Quanto ao tempo de internamento, 297 utentes permaneceram entre 0 e 1 mês, 8 entre 3 e 4 meses, 1 entre 5 e 6 meses e 1 entre 7 e 8 meses.





## Cuidados de saúde de ambulatório nas Estruturas Locais

A Clínica de Ambulatório da Delegação de Estremoz dispõe de Medicina Física e Reabilitação, Imagiologia, diferentes terapias e meios complementares de diagnóstico, em instalações adaptadas ao efeito e com convenções com subsistemas de saúde.

Em 2025 foram realizadas:

**6 230 consultas, 42 006 exames** complementares de diagnóstico e terapêutica e **880 consultas de especialidade não médica** (nutrição, psicologia, osteopatia, terapia da fala e terapia familiar).

O Centro Humanitário de Elvas dispõe de resposta de ambulatório em consulta de Fisiatria e tratamentos em Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com convenções com seguros de saúde e colaboração com estabelecimentos de ensino na realização de estágios curriculares.

A Unidade de Medicina Física e Reabilitação de Vila Real, com convenções com subsistemas de saúde e cooperação ativa com estabelecimentos de ensino, registou **em 2024 4 991 consultas de Fisiatria e 3 847 utentes em programa de Fisioterapia**, com uma média diária de 245 utentes.

No **Centro Humanitário de Sabrosa** são prestados cuidados de ambulatório nas áreas de cardiologia, ortopedia, podologia e psicologia. Na área da reabilitação, em 2025, foram efetuadas **2 600 consultas de Fisiatria, 30 105 sessões de Fisioterapia** e 46 sessões de terapia da fala, tendo sido ainda realizadas 40 consultas de acupuntura.

Os cuidados de saúde prestados nas unidades e clínicas da CVP apresentam bons resultados clínicos e uma avaliação positiva por parte dos utentes, constituindo um eixo relevante de proximidade às comunidades.

# Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI)

A CVP dispõe de respostas sociais para a população idosa em ERPI situadas em Elvas (70 lugares), Macieira de Rates (35) e Valença (75), num total de 180 lugares. Em 2025, estas estruturas acolheram 207 utentes (146 femininos e 61 masculinos), com 54 óbitos no conjunto.

Os utentes permanecem nestas estruturas desde a admissão até ao fim de vida, sendo as transferências raras.

A ERPI de Elvas acolhe 97 utentes (67 femininos e 30 masculinos), com idade média de 88,6 anos e 20 óbitos no ano. A ERPI de Valença acolhe 75 utentes (56 mulheres e 19 homens), com idade média de 86 anos, permanência média de 365 dias e 24 óbitos.

A ERPI de Macieira de Rates ocupa a totalidade dos seus 35 lugares (23 femininos e 12 masculinos), com idade média de 82 anos, permanência média de 1 460 dias e 10 óbitos.

A Estrutura Local de Macieira de Rates dispõe ainda de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), em ambos os casos com 30 utentes acompanhados em 2025. No Centro de Dia, 21 utentes do género feminino e 9 do masculino, com idade média de 84 anos, permanência média de 1 095 dias e 6 óbitos/saídas. No SAD, 12 femininos e 18 masculinos, com idade média de 82 anos, permanência média de 930 dias e 8 óbitos/saídas.

Sempre presentes.  
Para quem mais precisa.



# Centro Humanitário de Lisboa — Centro de Dia e SAD

O Centro Humanitário de Lisboa presta apoio a pessoas idosas em três núcleos — São Francisco Xavier, Santa Isabel e Santo Eloy —, nas valências de Centro de Dia e SAD.

Estas respostas constituem um pilar fundamental do trabalho de proximidade desenvolvido pela CVP em Lisboa, contribuindo para o envelhecimento ativo, a manutenção da autonomia e a permanência das pessoas idosas no seu meio habitual de vida, em articulação com as redes familiares e comunitárias de apoio.



Em 2025:

44

Utentes em  
Centro de Dia

52

Utentes em  
SAD

96

O número total de pessoas apoiadas na cidade, pela CVP

Ao serviço  
da vida.  
Todos  
os dias.



Saiba mais aqui



## Lar Militar

O Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa (LMCVP), criado em 1971, foi inicialmente concebido com o propósito de acolher e reabilitar grandes deficientes militares. Ao longo das últimas décadas, a sua missão evoluiu, passando a abranger também a reabilitação e integração de pessoas com deficiência motora, sejam elas militares ou civis. Hoje, o LMCVP é uma infraestrutura indispensável no contexto da Saúde Militar em Portugal, assumindo-se como um polo de cuidados especializados e de elevada qualidade.

A missão principal da instituição é assegurar apoio residencial assistido, de forma permanente ou temporária, a deficientes das Forças Armadas que, em virtude de limitações funcionais ou problemas de saúde, não conseguem viver de forma autónoma. A resposta do LMCVP é orientada para a promoção da qualidade de vida dos residentes, centrando-se na reabilitação e no bem-estar físico, psicológico e social.

A par das respostas residenciais para a população idosa, a CVP assegura, através do LMCVP, uma resposta de referência nacional dirigida ao apoio assistido permanente a deficientes das forças armadas.

Em 2025 foram acompanhados, em média, 24 residentes, terminando o ano com 22 ativos, com idade média de 75 anos e predominância de incapacidade total (100%).

Foram também realizadas 10 visitas ao exterior pela Animação Sociocultural e cuidados clínicos permanentes prestados por 1 médico voluntário, 3 enfermeiros e 14 assistentes operacionais.

**Mantendo-se estruturado em quatro áreas funcionais (Administrativa e Financeira, Saúde, Serviços Sociais e Operações), o LMCVP assegurou:**

# 1.618

Sessões de Fisioterapia

# 97

Intervenções Individualizadas

# 11

Dinâmicas de grupo pelo Gabinete de Psicologia



Foi inaugurada uma nova ala residencial com 18 quartos adaptados a diferentes níveis de dependência, concluiu-se o Manual de Orientação e Procedimentos e prosseguiu o desenvolvimento do Manual de Prevenção e Atuação em Situações de Abusos e Maus-Tratos. Para 2026 estão previstas uma avaliação técnica para um plano faseado de modernização do edifício e a implementação de um sistema integrado de gestão clínica e funcional.

## Cuidamos de quem já cuidou de nós.



**CNI** CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

Saiba mais aqui



## Complexo de Neurointervenção

Em 2025, o Complexo de NeuroIntervenção da Cruz Vermelha Portuguesa (CNI-CVP) consolidou a sua atividade assistencial em torno de duas respostas já em funcionamento — o Centro de Estimulação e Capacitação Integrada (CECI) e os Serviços Domiciliários (SD) — enquanto preparava a abertura, em 2026, da Unidade Residencial (UR), que completará o modelo integrado de cuidados na área das demências.

A procura pelos serviços continuou a crescer, traduzindo-se em 63 pessoas e famílias referenciadas, mais 10,5% do que em 2024. O dado mais expressivo foi a reconfiguração das vias de acesso: as referências originárias de instituições de saúde (ACES e Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho) subiram de 8 para 39 (61,9% do total) e as da área social — designadamente IPSS e gabinetes de ação social — passaram de 9 para 19 (30,2%); em contrapartida, a procura espontânea recuou para apenas 5 casos (7,9%).

Esta evolução reflete uma maior integração do CNI-CVP nas redes formais de cuidados.

36

avaliações globais.

Mais 20% face a 2024 e 54 reuniões de equipa para análise multidimensional dos casos.

30

novas admissões

22 em CECI e 8 em SD.

51

Utentes apoiados

38 em CECI (76% da capacidade protocolada de 50) e 13 em SD (43% da capacidade de 30). A futura UR concentrou já um interesse significativo da comunidade, com 43 manifestações de interesse, todas alvo de avaliação social para enquadramento nos critérios de admissão.

O CECL, em funcionamento das 8h30 às 19h00, registou uma ocupação média mensal de 36 utentes, valor superior aos 34 do ano anterior, ainda que com 22 desistências sobretudo associadas a agravamento clínico, evolução do quadro demencial e integração em ERPI.

A intervenção concretizou-se em 528 sessões ocupacionais (528 horas) de estimulação social, cognitiva, sensorial, motora e psicoafetiva — incluindo musicoterapia, reminiscências e treino das atividades de vida diária —, dinamizadas por uma equipa multidisciplinar de psicomotricidade, neuropsicologia, terapia ocupacional e enfermagem.

A coordenação interna foi assegurada por 36 reuniões técnicas e 50 reuniões semanais de partilha de ocorrências, e a abertura à comunidade traduziu-se em 5 visitas externas e 5 atividades GISGAIA.

A Unidade de Reeducação Funcional Cognitiva para AVD (URFC-AVD) — um apartamento equipado com tecnologia de ambiente doméstico assistido — realizou 52 sessões de treino, com uma frequência média de 16 pessoas por semana.

Os SD, desenvolvidos no quadro do projeto **Aproxima(da) Mente — O Cuidar Social da Demência**, registaram um crescimento muito expressivo: as 8 referências foram todas convertidas em admissões e o número total de pessoas apoiadas atingiu as 13 (com 6 desistências).

A ocupação média mensal foi de 8,0 utentes, mais do dobro dos 3,86 de 2024 — um aumento superior a 100%, que evidencia a consolidação desta resposta. Foram realizadas 192 sessões individuais (192 horas) e 1 008 intervenções anuais (média de 84/mês) em higiene pessoal, habitacional e alimentação.

**Para 2026 prevê-se o alargamento da cobertura aos fins de semana.**

# Ao seu lado. Todos os dias.



Em 2025 consolidaram-se as condições logísticas, regulamentares e de recursos humanos necessárias à abertura em 2026, incluindo regulamentos, divulgação institucional, estudo económico-financeiro, Licença de Utilização (Gaiurb), acessibilidades (UTAE), Medidas de Autoproteção (ANEPC), acompanhamento das obras de requalificação, identificação de equipamentos e produtos de apoio, e recrutamento e formação dos profissionais.

A Unidade Residencial, com capacidade total para 28 utentes — 20 dos quais ao abrigo do protocolo com o Instituto da Segurança Social, I.P., assinado a 1 de janeiro de 2024 —, contemplará também alojamento temporário (1 a 6 meses) para descanso do cuidador. O apoio ao cuidador, transversal a todo o acompanhamento, materializou-se em 14 sessões dinamizadas no âmbito do Grupo de Suporte ao Cuidador e do Grupo Psicoeducacional, complementadas pela reavaliação social das famílias e cuidadores.

A Unidade de Conhecimento sustentou um trabalho contínuo de sensibilização sociocomunitária, com presença na Rede Social — CLAS, no Plano de Desenvolvimento Social e no Plano Concelhio de Saúde de Vila Nova de Gaia, no Núcleo de Apoio e Orientação em Saúde Mental da GAIURB, no protocolo com o Canil Municipal de Gaia (PATA) e em ações junto dos ACES Espinho-Gaia e Gaia Espinho.

# Saúde Mental

O Grupo de Intervisão de Psicólogos/as da Rede CVP, em parceria com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, realizou 10 sessões com 16 psicólogos, afirmando-se como espaço de partilha clínica e ética.

No plano internacional, a CVP integrou a organização do Fórum Anual da Rede Europeia e da Ásia Central para a Saúde Mental e Apoio Psicossocial, realizado em Sanliurfa (Turquia) sob o tema MHPSS in Emergencies, que reuniu 60 participantes de 30 Sociedades Nacionais, do Comité Internacional da Cruz Vermelha, da Federação Internacional e do MHPSS-HUB, encerrando um mandato de 4 anos da CVP no Steering Committee.

# 2.127

Consultas de Psicologia  
Realizadas, que representam  
um aumento de

# +31,5%

Face a 2024

A Equipa Central SMAPS marcou ainda presença no **1.º Congresso de Saúde Mental das Escolas Superiores de Saúde da CVP**, integrado nas celebrações dos 160 anos da Instituição. No segmento corporativo, foram apresentadas propostas a 3 novas empresas, alargando o Serviço de Apoio Psicológico (SAP).




O eixo da Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS), integrado na Área Social da CVP, consolidou em 2025 a sua resposta a colaboradores, voluntários, comunidade e empresas parceiras.

O projeto EU4Health, financiado pela União Europeia, encerrou em 2025 após 24 meses dedicados à promoção da saúde mental e ao combate ao estigma.

Concluiu-se o último mural — Autocuidado, em Lisboa — e realizaram-se 6 ações de relançamento do Guia de Etiqueta na Saúde Mental por todo o país. Os resultados finais traduziram-se na capacitação em primeiros socorros psicológicos de 3 899 pessoas (incluindo 630 professores) e na realização de 162 reuniões com parceiros estratégicos. No último trimestre foi definido o procedimento do Hub Mind 7, novo serviço especializado de formação em saúde mental, cuja turma piloto — 8 horas de primeiros socorros psicológicos certificadas pela DGERT — decorreu em Évora, a pedido do Serviço Municipal de Proteção Civil.





Acreditamos  
que nenhuma  
vulnerabilidade  
deve ficar sem  
resposta.

# Social

## //

**A dimensão social da CVP está em constante mutação, acompanhando os fenómenos e as realidades circunstanciais do mundo,**

tendo que se reinventar permanentemente, ajustando os recursos existentes, a forma como percebemos as realidades e nos posicionamos sobre elas, num exercício dinâmico e evolutivo, que exige diagnóstico, avaliação e adequação constante.

Num contexto marcado pela pobreza, pelas desigualdades, pelo envelhecimento demográfico e por novas dinâmicas migratórias, a Área Social estruturou em 2025 a sua intervenção em torno de uma resposta centrada nas pessoas, articulada a dois níveis: local, executado pelas Estruturas Locais com abordagem dirigida ao território; e central, conduzido pela Sede Nacional, com ações estratégicas de capacitação, monitorização e reforço da identidade Cruz Vermelha Portuguesa.



## Como funciona a estrutura da Área Social?

A Área Social intervém ao nível local e central. No primeiro nível, a intervenção social é executada pelas Estruturas Locais, e privilegia uma abordagem dirigida às problemáticas sociais identificadas, permitindo intervir em estádios diversos dos processos de exclusão ou de risco, priorizando a intervenção na crise (humanitária), a ação integrada, a prevenção e a advocacia. No segundo nível, a intervenção social é executada pela equipa social da Sede Nacional e caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações estratégicas com o objetivo de perspetivar, incentivar e monitorizar o desenvolvimento da área social nas Estruturas Locais num registo de proximidade, capacitando, fomentando a Unidade pela intervenção em rede e reforçando a identidade Cruz Vermelha, bem como melhorando a qualidade das respostas existentes.



# Apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica

As respostas sociais regulares (creches, pré-escolar, infantários, CAFAP, CAT, SAD e ERPI, entre outras) prosseguiram em todo o país, sendo **17% dos beneficiários menores de idade e 6% maiores de 65 anos**. No domínio da vulnerabilidade socioeconómica, o Apoio Alimentar abrangeu mais de **85 000 pessoas**, com o envolvimento de 84 Estruturas Locais, através da distribuição de géneros, vouchers e cartões alimentares.



Pela primeira vez desde a sua criação, o Cartão DÁ/CVP registou uma redução significativa do apoio prestado, perante a necessidade de conter a utilização da verba angariada — inferior às necessidades das famílias.

Foi necessário inibir, nos primeiros meses, a admissão de novos beneficiários e cancelar todos os apoios com duração superior a 6 meses. Ainda assim, foram abrangidas mais 728 novas pessoas e distribuídos 274 novos cartões, com recargas em 2 269 cartões num valor total de 164 165 € — **menos 73% que em 2024**.

As tipologias com mais apoios atribuídos são bens de 1.ª necessidade (15,6%) e apoio psicológico (15,4%), e os dados confirmam o fenómeno dos trabalhadores pobres: a maioria dos beneficiários encontra-se ativa no mercado de trabalho, mas o emprego não garante proteção contra a pobreza.

## 164.165€

Saldo recarregado em  
2.269 cartões

Dos novos beneficiários, **61% são mulheres e 39% são menores de 18 anos**.

Sendo os legumes frescos, mercearia diversa e carne são os produtos mais adquiridos pelas famílias que afirmam que sem este apoio não conseguiriam fazer face às suas necessidades básicas, apreciando a possibilidade de escolha que lhes confere autonomia e dignidade.

Já o **Programa Mais Feliz** registou tendência inversa, com **+39% nos casos apoiados** e 901 pedidos correspondentes a 2 130 pessoas (+66%), numa execução financeira de 354 944 € (+95% face a 2024).

Os titulares são maioritariamente mulheres (70%), refletindo a sobrecarga histórica do papel de cuidadora, e a faixa etária mais representada situa-se entre os 40 e os 49 anos (217 pedidos).

Os principais motivos identificados são o cuidado simultâneo a filhos dependentes e pais idosos, os empregos precários ou de baixos rendimentos agravados pelo custo de vida, os problemas de saúde (incluindo saúde mental, distúrbios do sono e doenças crónicas) e as dificuldades de acesso ao emprego de qualidade.

**"Mudou a minha vida em vários aspetos, ajudou na minha pior fase, de despejo de casa, de desemprego, e ainda ajuda nesta fase onde me encontro a morar numa casa onde pago o dobro da casa anterior, onde somente o meu ordenado é contabilizado, para casa e criação de uma menor, mas o valor atribuído já me ajuda e muito."**

Testemunho de beneficiário

As famílias monoparentais permanecem como o grupo mais exposto ao risco de pobreza.

Estes números refletem mais do que uma crise conjuntural, revelam uma transformação estrutural no perfil da pobreza em Portugal.

Atendendo a que cerca de **21% da população portuguesa está afetada por pobreza energética** – colocando o país entre os mais expostos a este risco na Europa –, manteve-se, em conjunto com parceiros estratégicos, um programa de eficiência energética que combinou kits pedagógicos para promover a literacia e apoios económicos para custos com serviços essenciais.



# Violência doméstica

Prioridade estratégica desde 2007, em alinhamento com a CIG e com diversas Secretarias de Estado, a violência doméstica continua a ser entendida pela CVP como uma das mais graves violações dos direitos humanos.

**A Instituição é hoje uma das que apresenta maior cobertura nacional nas respostas a vítimas de violência doméstica (VVD), assegurando:**

- 7 Estruturas de Atendimento e acompanhamento
- 7 Respostas de Acolhimento de Emergência
- 1 Casa Abrigo
- 5 equipas de Acompanhamento Psicológico a Crianças e Jovens.

**Em 2025 foram realizados 6 407 atendimentos presenciais (+4%) e 10 719 não presenciais (+18%).**



## Em 2025, foram acompanhadas

92,5%  
mulheres

1.549  
pessoas

1.991  
Processos

838  
VVD

Foram  
ainda  
acolhidas

341  
menores

Destaque também para o aumento no número de consultas de apoio psicológico que mantiveram tendência crescente: **+9%** em **adultos** e **+26%** em **crianças e jovens**.

# Migrantes e refugiados

Há mais de duas décadas que a CVP desenvolve intervenção direta no acolhimento, integração e proteção de migrantes e refugiados, no âmbito de programas nacionais e europeus.

Em 2025, o CLAIM e GIP Imigrante de Braga acompanhou 2 339 migrantes, face a 937 em 2024, evidenciando o forte crescimento da procura.

A Estrutura de Acolhimento Temporário de Fátima manteve capacidade para 36 pessoas em situação de extrema vulnerabilidade — vítimas de redes de tráfico e exploração laboral e requerentes de proteção internacional ou temporária.



No âmbito da nova **Rede Nacional de Acolhimento criada pela AIMA**, a CVP assumiu o compromisso de acolher e integrar **41 pessoas** durante 18 meses em 4 Estruturas Locais (das quais 11 abandonaram durante o ano).

Foram ainda mantidas respostas em **13 Estruturas Locais**, incluindo Estruturas de Acolhimento de Emergência, Centros de Acolhimento Temporário, Apartamentos de Autonomia e Gabinetes de Atendimento Especializado.

**A Casa do Monte Estoril** — Unidade Residencial Especializada criada em 2024 — viu o seu protocolo terminado em 2025 por insustentabilidade financeira e técnica, tendo **acolhido 30 jovens**, maioritariamente originários da Gâmbia e do Senegal.



## Pessoas em Situação de sem-abrigo

No apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, 12 Estruturas Locais centraram a sua atividade em respostas de acolhimento, equipas de rua e refeições.

Apesar da perda de uma resposta de acolhimento por insuficiência de financiamento e da descontinuação de 2 equipas de rua, os acolhimentos prestados cresceram +4% face ao ano anterior.

Embora 73% dos acolhidos sejam homens, o número de mulheres acolhidas em 2025 foi muito superior ao registado em 2024.

A insuficiência das respostas habitacionais — pela inexistência de habitações ou pela inadequação das respostas tradicionais às especificidades do grupo-alvo (perda gradual de autonomia funcional, elevados consumos, problemas de saúde mental e envelhecimento da população) — mantém-se como o principal constrangimento.

Destaca-se neste domínio o impacto do modelo **Housing First**, que prioriza o acesso imediato a habitação estável e promove a autonomia e a inclusão social através de acompanhamento personalizado em saúde, emprego e integração comunitária.



Saiba mais aqui



## Teleassistência

A Teleassistência da Cruz Vermelha Portuguesa assume-se como uma resposta dirigida a pessoas de todas as idades, com ou sem vulnerabilidades associadas, que necessitam de acompanhamento permanente — 24 horas por dia, todos os dias do ano — para garantir a sua autonomia e bem-estar.

Em 2025, num contexto sociodemográfico marcado pelo envelhecimento da população e pela pressão crescente sobre as áreas social e da saúde, a estratégia de crescimento desta resposta consolidou-se como diferenciadora no panorama nacional, tendo como objetivo central tornar o envelhecimento em casa — ageing in place — uma possibilidade de escolha real, sem deixar de servir o universo alargado de beneficiários.

A concretização deste objetivo assentou em seis vetores de transformação:

- Maior visibilidade institucional, com reforço da presença nas redes sociais, dos contactos institucionais e da assinatura de novos protocolos de cooperação;
- Apoio integrado e integral a cada pessoa, através da criação de uma equipa especializada em análise de casos sociais;
- Maior articulação da rede CVP, com multiplicação dos contactos de proximidade com Estruturas Locais;
- Reforço da colaboração com a Academia em investigação aplicada e formação;
- Avaliação de impacto, materializada na aprovação de uma escala de bem-estar das pessoas mais velhas a aplicar anualmente;
- Inovação social e tecnológica, com a introdução de novos equipamentos nos serviços.

O objetivo é sempre o da melhoria contínua, antecipando necessidades e promovendo as necessárias respostas, adequadas e inovadoras.



Em 2025, a Teleassistência acompanhou **11 670 pessoas, o que representa um crescimento de 15,4% face a 2024 e de 27,0% relativamente a 2023**, transversal aos três segmentos de origem. A componente CIG — destinada a vítimas de violência doméstica, no quadro da parceria com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género — representou **71,8%** do universo total, enquanto os segmentos privado e de protocolos, orientados sobretudo para o apoio a pessoas mais velhas em ageing in place, somaram 3 290 pessoas (28,2%), refletindo a capilaridade da rede de Estruturas Locais e dos protocolos firmados com municípios, juntas de freguesia e entidades empresariais.

A coexistência das duas grandes lógicas de intervenção marca fortemente o perfil sociodemográfico.

**92,1%**  
mulheres

**7,9%**  
Homens

**86,7%**  
Têm 75 anos ou mais



Em 2025, o Centro de Atendimento geriu 522 688 chamadas, o equivalente a uma média de cerca de 1 432 chamadas por dia, 60 por hora e aproximadamente uma chamada por minuto, em regime contínuo de 24 horas por dia, sete dias por semana.

Deste universo, 64,6% (337 823) corresponderam a agendamentos — chamadas proativas efetuadas pelos operadores no quadro do acompanhamento das pessoas — e 35,4% (184 865) a alarmes — chamadas recebidas, originadas pelas pessoas beneficiárias ou pelos seus equipamentos.

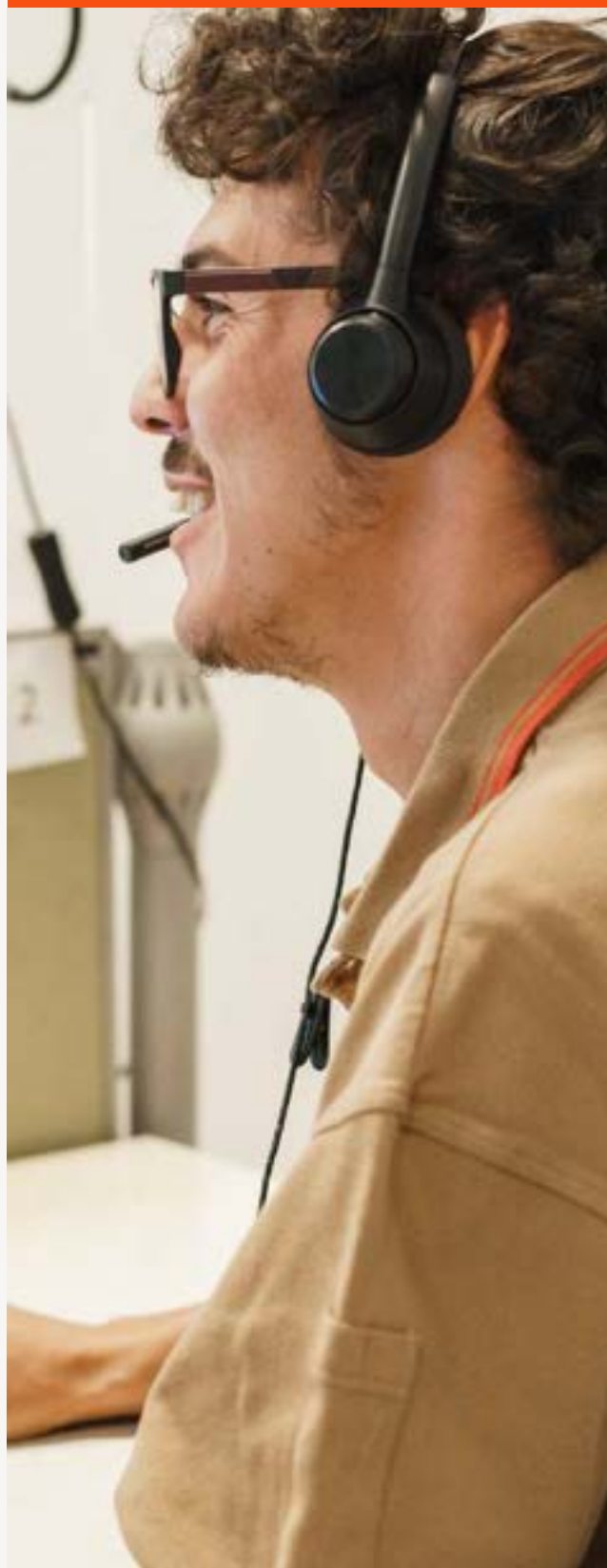
Nos particulares (privados e protocolos), os agendamentos representaram 81,1% das 153 988 chamadas, contra 18,9% de alarmes; no segmento CIG, os agendamentos foram 57,8% das 368 700 chamadas e os alarmes 42,2%.

A cada minuto que passa, uma chamada é atendida pela Cruz Vermelha Portuguesa.

O peso significativamente mais elevado dos alarmes na CIG reflete a natureza da intervenção em situações de violência doméstica, em que a iniciativa do contacto compete com maior frequência à pessoa em risco; o predomínio dos agendamentos no acompanhamento das pessoas mais velhas evidencia, por contraste, o modelo contínuo, especializado e proativo do serviço, alinhado com a missão da CVP.

# 522.688

Chamadas Recebidas e efectuadas ao longo do ano 2025





## Internacional

A Área de Relações Internacionais (ARI) da Cruz Vermelha Portuguesa assegura a gestão e o acompanhamento das relações institucionais com os diferentes componentes do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, bem como com outras entidades internacionais. Integra o Serviço de Restabelecimento de Laços Familiares (RLF), a Área de Direito Internacional Humanitário (DIH) e a Área de Projetos Internacionais — esta última suportada por apoios do Movimento, designadamente o Capacity Building Fund (CBF), o Empress Shoken Fund e o Fundraising Investment Fund.

É também responsável pela interlocução institucional, designadamente junto da Comissão de Finanças da Federação (no âmbito das contribuições estatutárias da CVP) e da Statutes Joint Commission, e pela produção dos relatórios partilhados com os serviços e departamentos estratégicos do Movimento, nomeadamente para o FDRS — Federation Data Reporting System e o Ukraine and Impacted Countries Financial and Indicator Tracking Tool, em colaboração com as áreas funcionais e técnicas da CVP.

Em 2025, o Serviço de Restabelecimento de Laços Familiares apresentou os seguintes indicadores de atividade:

50

Casos ativos de Pedido de Localização

21

Delegações Locais com Capacidade RLF

60

Pedidos de informação RLF

55

Elementos capacitados para a prestação do serviço

Sublinha-se, por fim, a assinatura da Safeguarding Pledge, que reforça o compromisso da CVP com os princípios de integridade, prevenção e proteção, incluindo a adoção de abordagens centradas nas vítimas e o fortalecimento dos mecanismos de resposta a situações de risco.



Em 2025 foi aprovada a participação da CVP, através do Serviço RLF, no projeto internacional TRUST — Transnational Response for the Unaccounted through Search and Tracing, financiado pela DG HOME. Com 24 meses de duração, este projeto tem como objetivo reforçar a capacidade dos países envolvidos para responder, a nível nacional e transnacional, à questão dos migrantes desaparecidos e às necessidades dos seus entes queridos.

A CVP acolheu o **Encontro Anual de Técnicos de RLF** das Sociedades Nacionais Europeias, evento que visa fortalecer o trabalho desenvolvido pelo Movimento na proteção dos laços familiares. O Serviço RLF marcou ainda presença no MHPSS (Mental Health and Psychosocial Support) Forum, na Turquia, a convite da SMAPS — Área de Saúde Mental e Apoio Psicossocial da CVP —, para apresentação do trabalho realizado durante os incêndios de Pedrógão Grande, em 2017.



# Área de Relações Internacionais (ARI)

Em 2025, através da ARI, a CVP manteve presença regular nos diversos grupos de trabalho e fóruns do Movimento, com destaque para o Grupo de Coordenação do Red Cross EU Office, o Grupo Informal das Sociedades Nacionais para o **Disaster Law Treaty**, o **Partner's Call for Complex Emergencies**, a **DREF (Disaster Response Emergency Fund) Pledge Conference** e a **Restoring Family Links Leadership Platform**.

Importa sublinhar que existem Pontos Focais CVP nos diversos departamentos e áreas técnicas, que mantiveram presença e contributos nos grupos de especialidade do Movimento que integram, entre outros, Civil Protection, MHPSS e Youth.

Em articulação com a Área de Angariação de Fundos e a CNE, a ARI acompanha os contributos da CVP para os Emergency Appeals da Federação Internacional, salientando-se em 2025 o Apelo de Emergência para Cabo Verde. Em colaboração com a CNE, contribuiu igualmente para o desenvolvimento da proposta de Política Ambiental da CVP. Representa ainda a CVP junto do Instituto Camões, no âmbito do Estatuto de ONGD.



A ARI manteve a sua participação regular na Formação Institucional da CVP e, em colaboração com a Federação Internacional e os departamentos CVP relevantes, desenvolveu uma proposta de formação e capacitação internacional para as Sociedades Nacionais de Língua Portuguesa da Cruz Vermelha.

Acompanha ainda as oportunidades de formação no Movimento Internacional para colaboradores e voluntários, com vista ao desenvolvimento de competências das equipas e ao fortalecimento da Sociedade Nacional — destacando-se, a título de exemplo, a participação do Gabinete de Auditoria e Controlo Interno da CVP na Formação de Formadores — **Branch Organizational Capacity Assessment (BOCA)**, no Regional Office da IFRC, em Budapeste.

## Direito Internacional Humanitário (DIH)

Tendo sido nomeada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para assumir o Secretariado da Comissão Nacional de Direito Internacional Humanitário (CNDIH), a CVP manteve em 2025 participação regular nas suas reuniões.

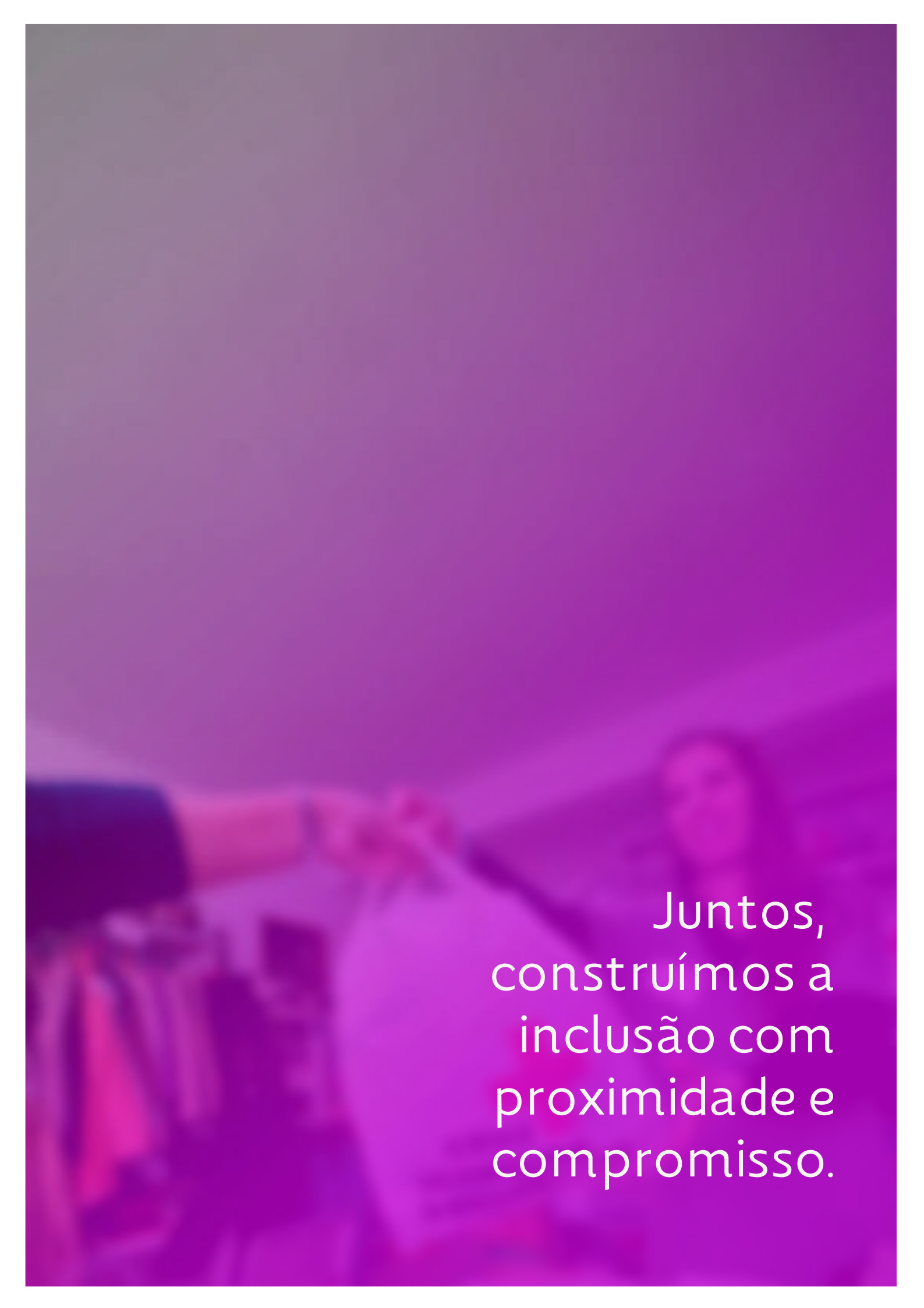
A área de DIH participou também nas reuniões regulares do European Legal Support Group (ELSG) – grupo que reúne Sociedades Nacionais Europeias da CV/CV para promover e implementar o DIH –, integrando ainda os subgrupos War in Cities e Nuclear Weapons.

Dos trabalhos desenvolvidos, destacam-se a Pledge outorgada pelo Estado Português e pela CVP para reativação da formação DIH junto dos PALOP o desenvolvimento do 1.º Relatório Voluntário de Portugal sobre o cumprimento do DIH.



Foi ministrada formação regular em DIH, designadamente no contexto da **Formação Anual do Colégio da Europa** e em formações às Forças Armadas, no **Regimento de Apoio Militar de Emergência** (Abrantes) e na **Escola de Armas** (Mafra).

Foi igualmente atualizado o portefólio de Formação DIH da CVP



Juntos,  
construímos a  
inclusão com  
proximidade e  
compromisso.



Saiba mais aqui



## Voluntariado

A consolidação do sistema de gestão de voluntariado é um dos eixos estruturantes da atividade da Cruz Vermelha Portuguesa. Em 2025 integraram-se mais 7 Estruturas Locais no módulo de gestão de voluntariado da CVP, faltando atualmente apenas 13 para completar a integração de toda a rede. Foram igualmente introduzidas melhorias significativas no sistema, em resposta às necessidades das Estruturas Locais, e procedeu-se à criação de um novo cartão de voluntário da CVP, em linha com o novo brandbook da Instituição.

No domínio da gestão administrativa do voluntariado, foram analisadas e despachadas 175 propostas de condecoração e 661 propostas de progressão de voluntários da área de Emergência. Foram ainda analisados, validados e registados 57 cursos de formação de equipas de Emergência (abrangendo 399 voluntários) e 10 cursos de formação de Juventude (abrangendo 105 voluntários).

**Em 2025 foram admitidos 613 novos voluntários e, a 31 de dezembro, a CVP contava com 4 769 voluntários ativos — um aumento de 2% face à mesma data do ano anterior.**

## Desenvolvimento voluntariado CVP

A capacitação dos coordenadores e o reforço da rede mantiveram-se como prioridades. Em 2025 foi criado um novo curso online de introdução à gestão de voluntariado, alojado na plataforma de aprendizagem da FICV, e, à semelhança de anos anteriores, realizou-se uma formação presencial em gestão de voluntariado com a duração de dois dias completos, que abrangeu 13 Coordenadores Locais de Voluntariado, de 8 Estruturas Locais da CVP.

Foram desenvolvidos 5 novos protocolos de colaboração com empresas — Cinemas NOS, Body Concept, Flixbus, Ginásios de Educação Da Vinci e Odisseias — totalizando atualmente 18 protocolos ativos com benefícios para os voluntários da CVP.



Em parceria com a organização estudantil 180 Degrees Consulting da Universidade Católica Portuguesa, realizou-se um estudo de análise da satisfação e motivação dos voluntários da CVP, que envolveu mais de 400 voluntários e coordenadores. Os resultados apontaram níveis de satisfação e motivação bastante satisfatórios — superiores aos do último estudo de 2022 —, destacando-se uma melhoria muito significativa da satisfação com as coordenações locais de voluntariado, dimensão que, em 2022, tinha sido apontada como o principal motivo de insatisfação. Com a mesma entidade desenvolveram-se ainda, ao longo de 2025, três outros estudos/projetos de consultoria: boas práticas de gestão de voluntariado; plano de comunicação para o Ano Internacional do Voluntariado 2026; e scaling da iniciativa dos teambuildings solidários para empresas.

Foram produzidos diversos materiais de apoio à rede e desenvolvidas campanhas de comunicação e promoção do Voluntariado da CVP, com destaque para a **Campanha do Dia Internacional do Voluntariado**, a 5 de dezembro, em colaboração com a área de Comunicação. Estruturou-se ainda um novo modelo de acompanhamento às Estruturas Locais em matéria de gestão de voluntariado, através do projeto **Conecta+ Voluntariado CVP**, que arrancou já em janeiro de 2026.

Foi dada resposta a diversas solicitações de mobilização de voluntários, quer para ações pontuais, quer para eventos geridos a nível central, realizando-se ações de formação internas e externas e dezenas de reuniões com coordenações de voluntariado e direções de Estruturas Locais. Assegurou-se ainda a representação institucional junto de entidades como a Confederação Portuguesa de Voluntariado, a Red Cross Red Crescent European Network for the Development of Volunteering e a IFRC Volunteering Alliance.



Foi realizada uma ação de formação de novos instrutores, na qual se formaram 14 novos instrutores de 12 Estruturas Locais, e uma ação de recertificação que abrangeu 21 instrutores da Bolsa Nacional. Tendo em vista a capacitação contínua, organizaram-se ainda 4 ações de formação contínua, com a participação de 154 instrutores. A 31 de dezembro de 2025, a Bolsa Nacional de Instrutores da Formação Institucional contava com 220 instrutores ativos.

Ao longo de 2025 desenvolveu-se um novo formato — a **Formação Institucional Avançada** —, composto por uma 1.ª fase em regime e-learning e uma 2.ª fase em regime presencial. Para o efeito, foram produzidos todos os conteúdos do curso e-learning e das sessões presenciais, bem como os respetivos Manuais do Instrutor e Manuais do Formando.



## Gestão do Voluntariado corporativo e teambuildings solidários

No âmbito da gestão de ações de voluntariado corporativo, proporcionou-se o envolvimento de centenas de colaboradores de diversas empresas em ações de voluntariado na CVP, enquadradas em necessidades previamente identificadas. No que concerne aos teambuildings solidários, foram coorganizados, em colaboração com 9 Estruturas Locais da CVP, um total de **13 teambuildings** solidários para empresas.

## Gestão da Formação Institucional (FI)

**89**

Cursos de formação institucional, destinados a

**874**

Formandos, envolvendo

**67**

Instrutores da bolsa nacional de instrutores da Formação Institucional, perfazendo

**386**

Horas de formação



# O papel fundamental da Juventude CVP

Em 2025, a Juventude Cruz Vermelha Portuguesa (JCVP) manteve a sua atuação estratégica assente em três C — **Capacitação, Comunicação e Consolidação** —, em alinhamento com a missão da Cruz Vermelha Portuguesa e com as orientações estratégicas nacionais e internacionais.

A Capacitação centrou-se na Rede JCV e, em particular, nos Coordenadores Locais de Juventude; a Comunicação desenvolveu-se nas suas dimensões interna e externa; e a Consolidação abrangeu o reforço orçamental e a intervenção específica de juventude.

Os jovens criam o futuro da nossa organização.

Capacitação

Comunicação

Consolidação



Durante 2025, o Gabinete Nacional de Juventude CVP coordenou projetos internacionais.

A internacionalização constituiu um eixo estruturante da atividade em 2025, traduzindo-se na coordenação de quatro projetos internacionais.

Nos projetos **Acting Local Changing Global II** (3.ª call) e **ALCG III** (1.ª call), financiados pela Comissão Europeia, foram acolhidas 37 pessoas jovens voluntárias europeias de poucas oportunidades em 5 Áreas Locais de Juventude da CVP.

O projeto **Taith II**, desenvolvido em parceria com a Cruz Vermelha Britânica, permitiu o acolhimento de 14 pessoas jovens britânicas de poucas oportunidades em 4 Áreas Locais de Juventude CVP.

A **Youth Leaders Academy**, parceria de cooperação Erasmus+ com Roménia, Itália, Kosovo, Ucrânia e Portugal, esteve focada no desenvolvimento de um modelo inovador de aprendizagem digital e de mentoria para jovens NEET.

A nível nacional, destaca-se o Projeto de Verão #OMeuSol (com o apoio L'Oréal)

**63.591**

Jovens sensibilizados para a exposição excessiva

**50**

Estruturas locais

**161**

Atividades dinamizadas entre maio e setembro

**274**

Voluntários envolvidos



Foram igualmente consolidadas as Academias J (financiamento FICV), um programa educativo nacional baseado na educação por pares e na capacitação de jovens enquanto líderes nas suas comunidades, cujas diferentes fases envolveram 10 Áreas Locais de Juventude, cerca de 80 pessoas jovens voluntárias e alcançaram aproximadamente 700 crianças e pessoas jovens beneficiárias.



Foi criado o **Youth Impact Roadmap** (financiamento Stellantis), um projeto de capacitação e empoderamento de jovens em situação NEET (not in employment, education or training) e jovens vulneráveis, promovendo a sua inclusão social.

Deu-se ainda continuidade ao programa **Academia J** nas Escolas (financiamento JD Sports), focado na consciencialização e prevenção do bullying e cyberbullying e suportado pela ferramenta pedagógica Play4Equality, que foi dinamizado por 20 pessoas jovens voluntárias de 4 Estruturas Locais da CVP e alcançou cerca de 700 adolescentes.

Criamos  
oportunidades  
para crescer,  
aprender e agir.

Em matéria de eventos nacionais de capacitação, realizou-se o **Encontro Nacional de Juventude da CVP**, em Vila Nova de Gaia, que reuniu cerca de 90 pessoas jovens voluntárias e colaboradoras de 26 Estruturas Locais.

A **Escola de Verão da JCV**, em Matosinhos, com 32 pessoas jovens voluntárias e beneficiárias.

O **Encontro de Capacitação J**, em Santo Tirso, que capacitou 7 responsáveis locais de juventude como facilitadores e 14 pessoas jovens voluntárias em estruturação de projetos e atividades.

## Capacitar e promover. Todos os dias.


Em formação interna, concretizaram-se 9 ações de formação da JCV (8 presenciais), com financiamento do IEFP, envolvendo 142 pessoas jovens colaboradoras e voluntárias.

Foram também realizadas 6 reuniões mensais online com Coordenadores Locais de Juventude (com participação média de 15 CLJ por reunião) e disseminadas 6 edições da newsletter bimestral Rede J a toda a Rede CVP.

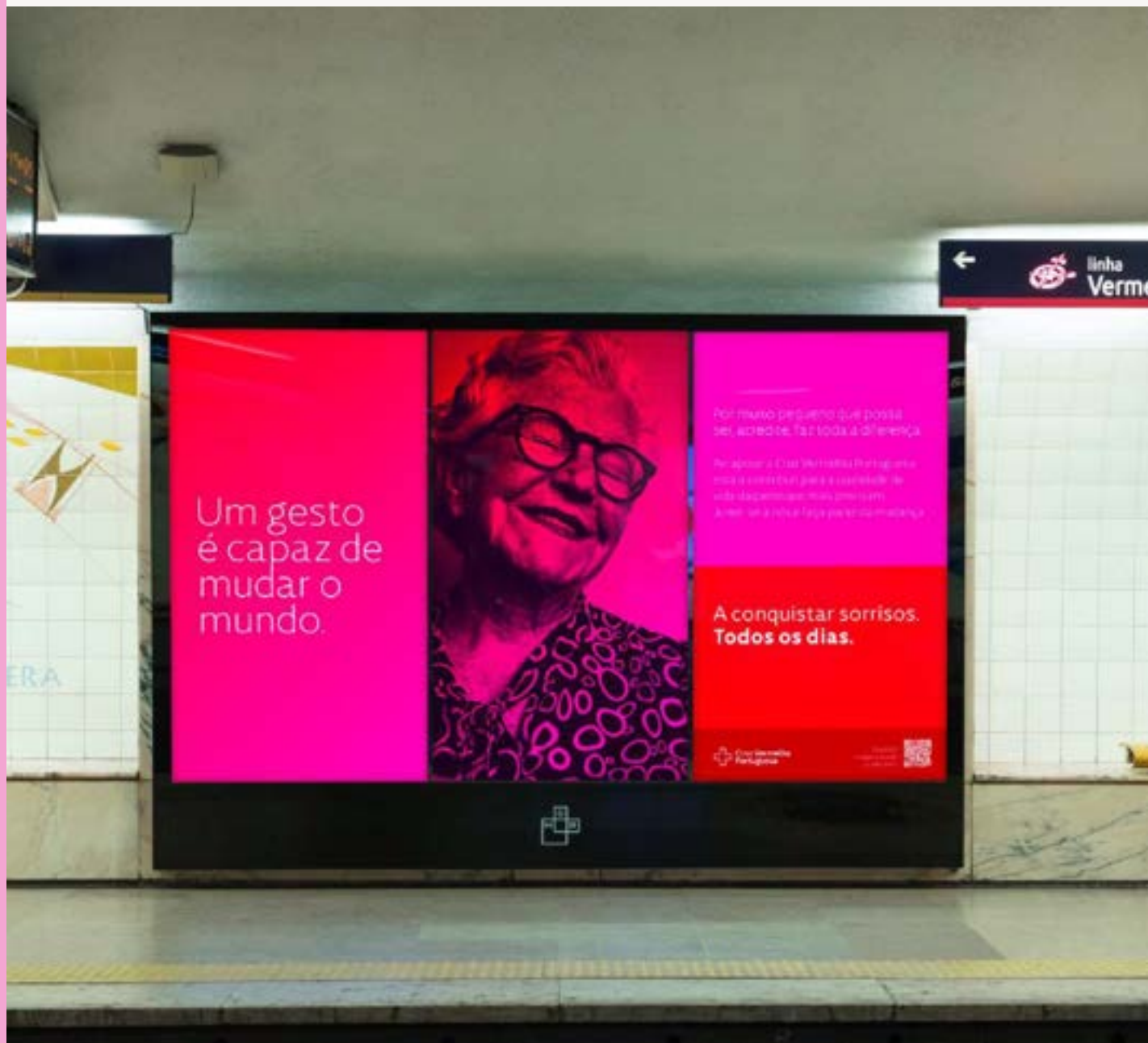


## Perspetivas de futuro

Durante 2026, a JCVP pretende consolidar as Academias de Juventude e reforçar o recrutamento de voluntários e a capacitação da Rede, através de três pilares — Identidade, Capacitação e Sustentabilidade —, promovendo uma intervenção cada vez mais estruturada, sustentável e centrada nas pessoas jovens.

A photograph of three women standing in front of a red backdrop. The backdrop features the logo of the Portuguese Red Cross (Cruz Vermelha Portuguesa) and the text "Cruz Vermelha Portuguesa". The women are dressed in red, and the entire image has a red overlay. The text "Comunicamos com impacto, junto da comunidade que apoia a nossa missão." is overlaid in white at the bottom right.

Comunicamos com  
impacto, junto da  
comunidade que apoia  
a nossa missão.



## Comunicação e Fundraising

Em 2025, a área de Comunicação e Fundraising da Cruz Vermelha Portuguesa consolidou-se como um eixo estratégico de modernização institucional, de reforço da notoriedade pública e de diversificação das fontes de financiamento da Instituição.

A sua atuação desenvolveu-se de forma integrada em torno de três prioridades complementares:

- A afirmação de uma marca mais próxima, humana e mobilizadora;
- A transformação digital e integração de sistemas de suporte à comunicação e à angariação de fundos;
- O crescimento da capacidade de mobilização de cidadãos, empresas, parceiros e comunidades em torno da missão humanitária da CVP.

## Reposicionamento da marca e consolidação da nova identidade institucional

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação do processo de **reposicionamento** e **rebranding** da Cruz Vermelha Portuguesa, orientado para a construção de uma marca mais próxima das pessoas, mais atual na sua linguagem e mais capaz de comunicar a diversidade da sua intervenção, sem perder o capital de confiança, credibilidade e reconhecimento institucional que a caracteriza.

Este trabalho traduziu-se na progressiva implementação de uma comunicação mais humana, empática, clara e mobilizadora, reforçando a presença da CVP na vida quotidiana das comunidades e valorizando as suas múltiplas áreas de atuação – da emergência à saúde, da ação social ao voluntariado, da juventude à cooperação internacional.



O novo posicionamento procurou aproximar a Instituição das novas gerações, dos parceiros empresariais e da sociedade civil em geral, através de uma identidade mais coerente, contemporânea e agregadora.

Neste contexto, a assinatura de marca "Todos os dias." assumiu um papel central enquanto elemento transversal da comunicação institucional. A sua estrutura flexível permitiu adaptar a mensagem aos diferentes contextos de intervenção da CVP, expressando de forma simples e memorável a continuidade da sua presença junto das pessoas e comunidades.

Formulações como "A cuidar de si. Todos os dias.", "Por mais dignidade. Todos os dias.", "A construir futuros. Todos os dias." ou "A fazer a diferença. Todos os dias." reforçaram uma narrativa institucional assente na proximidade, permanência e compromisso.

## Criamos o futuro. Todos os dias.

## Comunicação institucional, campanhas e notoriedade pública

Ao longo de 2025, a área de Comunicação aprofundou o seu papel na valorização pública da missão da Cruz Vermelha Portuguesa, através da conceção e desenvolvimento de campanhas institucionais, projetos de sensibilização e iniciativas de reputação com elevado alcance social.

Entre as iniciativas de destaque, encontra-se a campanha **#APortaAoLado**, centrada na exposição de realidades sociais frequentemente invisibilizadas e na sensibilização da sociedade para situações de vulnerabilidade que coexistem no quotidiano das comunidades. Esta iniciativa contribuiu para afirmar a CVP como voz ativa na promoção da dignidade, da atenção ao outro e da responsabilidade coletiva.

No âmbito da intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo, foi desenvolvido o projeto **Banco de Memórias**, que procurou dar visibilidade às histórias, percursos e experiências de vida de pessoas em condição de elevada vulnerabilidade, valorizando a dimensão humana e combatendo representações simplificadoras ou estigmatizantes.

**A iniciativa conjugou sensibilização pública e angariação de fundos, reforçando a capacidade da CVP para mobilizar a sociedade em torno de causas humanitárias de grande exigência social.**



Na área da longevidade e da valorização do envelhecimento, a iniciativa **Super Avós** promoveu uma narrativa positiva sobre o papel séniores na sociedade e sobre o valor da experiência, da memória e das relações intergeracionais. Em paralelo, foram dados os primeiros passos para o desenvolvimento do **Conselho de Líderes, dedicado às temáticas da longevidade e isolamento sénior e da pobreza emergente e exclusão invisível**, enquanto espaço de reflexão, mobilização e construção de respostas colaborativas com empresas, academias e sociedade civil.

Esta orientação enquadra-se numa visão de inovação social e co-criação de soluções estruturais para desafios sociais crescentes, em particular o envelhecimento demográfico, a solidão e a emergência de novas formas de pobreza.

A campanha **Iluminar Portugal**, desenvolvida no âmbito das comemorações do 8 de Maio, Dia Mundial da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, constituiu outro momento relevante de afirmação institucional e envolvimento da sociedade, conferindo visibilidade pública à missão da CVP e aos valores humanitários que orientam a sua ação.



A notoriedade alcançada pela Instituição foi ainda reconhecida externamente através da nomeação da Cruz Vermelha Portuguesa na categoria ONG dos **Prémios Marketeer**, distinção que evidenciou o impacto do trabalho de comunicação, reputação e posicionamento desenvolvido.

No domínio da construção de novas linguagens de mobilização, destaca-se igualmente a **Música Todos os dias**, iniciativa que procurou traduzir a identidade e o compromisso da Instituição num registo cultural e emocional, reforçando a ligação afetiva da marca à sociedade.

O envolvimento de embaixadoras da causa – Fátima Lopes, Andreia Rodrigues e Sofia Castro Fernandes – permitiu ampliar o alcance de mensagens prioritárias, criar maior proximidade com diferentes públicos e reforçar a capacidade de disseminação de campanhas e causas sociais.



A presença digital da Cruz Vermelha Portuguesa manteve em 2025 uma trajetória de crescimento consistente, confirmando o papel estratégico das redes sociais na consolidação da reputação institucional, na mobilização de audiências e no apoio às campanhas de comunicação e fundraising.

**+10 500**

Seguidores no Instagram

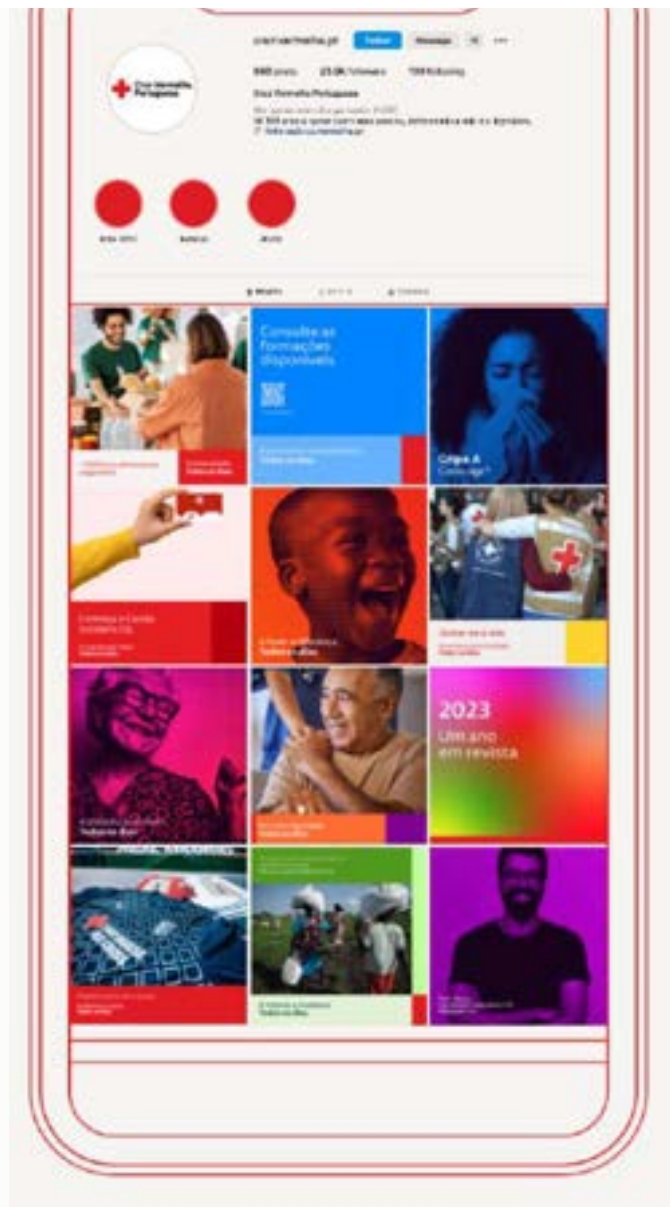
**+5 000**

Seguidores no LinkedIn

Destacou-se, em particular, a evolução registada no **LinkedIn** e no **Instagram**.

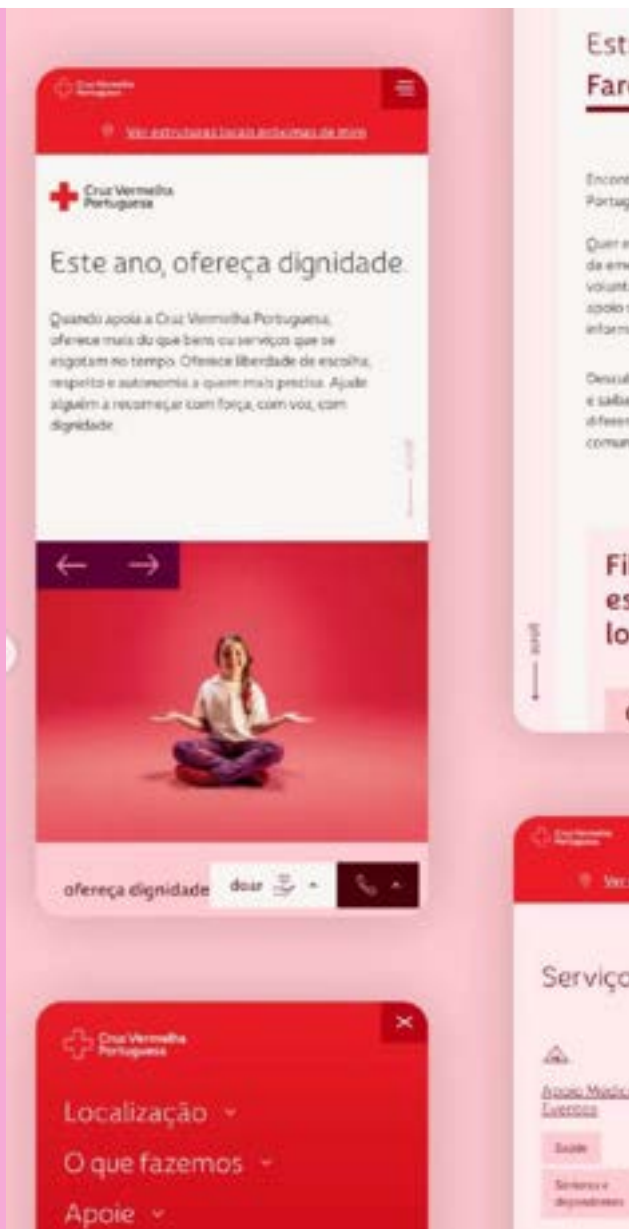
O LinkedIn afirmou-se como canal especialmente relevante para a comunicação institucional, corporativa e de liderança de pensamento, reforçando a relação com empresas, decisores, parceiros e profissionais.

O Instagram consolidou-se como espaço privilegiado para uma comunicação mais visual, próxima e emocional, com forte capacidade de envolvimento junto de públicos jovens, voluntários, doadores e comunidades.



O crescimento destas plataformas permitiu ampliar o alcance das mensagens da CVP, valorizar as suas diferentes áreas de intervenção, divulgar campanhas e iniciativas com maior eficácia e aproximar a Instituição de públicos estratégicos para a sustentabilidade da sua missão.





## Transformação digital e integração de sistemas

A transformação digital constituiu um dos principais avanços estruturais da área de Comunicação, Marketing e Fundraising em 2025. A integração progressiva de sistemas, plataformas e processos permitiu criar uma arquitetura mais robusta para a gestão da relação com doadores, parceiros e públicos estratégicos, bem como para a monitorização de resultados e a melhoria da eficiência operacional.

A **solução de CRM Salesforce** desempenhou um papel central neste processo, ao permitir organizar, qualificar e segmentar a base de dados de contactos e doadores, criar relatórios e dashboards de acompanhamento e suportar uma abordagem mais profissionalizada à gestão da relação com os diferentes públicos.

A sua articulação com plataformas como: **Easypay, StockCrowd, WooCommerce, PayPal e Mailchimp** reforçou a automatização dos fluxos de doação, confirmação de pagamento e comunicação.

A integração de sistemas permitiu ainda estruturar jornadas automatizadas de comunicação para diferentes perfis de doadores – **individuais e empresariais, pontuais e regulares** –, com fluxos dedicados. Esta evolução reforçou a capacidade da CVP para comunicar de forma mais oportuna, segmentada e orientada para a relação de longo prazo com os seus públicos.

Subsiste ainda trabalho a desenvolver ao nível das restantes automatizações de fluxos, essenciais para assegurar uma experiência do doador consistente, eficiente e alinhada com as melhores práticas.

A modernização tecnológica representou, assim, um contributo decisivo para a profissionalização da angariação de fundos, para a melhoria da experiência do doador e para o aumento da capacidade de análise e decisão baseada em dados.

## Comunicação interna, capacitação da rede e toolkit para angariação de sócios

Neste âmbito, registou-se um reforço da comunicação interna, com maior disseminação de orientações, informação institucional, materiais de apoio e conteúdos destinados a promover coerência na aplicação da marca e maior conhecimento das prioridades estratégicas da CVP.


Este trabalho contribuiu para consolidar um discurso comum e para aproximar a rede da estratégia nacional de comunicação, marketing e fundraising, através do desenvolvimento do **brandbook**, da **implementação da nova identidade institucional da CVP** e das respetivas **identidades das delegações**, bem como da criação de **toolkits** de comunicação de apoio à ação local.

Foram também desenvolvidas **ações de capacitação dirigidas à rede** nas áreas de comunicação, marketing e angariação de fundos, com o objetivo de reforçar competências técnicas, fomentar maior autonomia local e apoiar as delegações na criação de iniciativas de divulgação, mobilização comunitária, captação de apoios e relacionamento com parceiros. Estas ações foram particularmente relevantes para promover uma abordagem mais harmonizada, eficaz e alinhada com a identidade institucional da CVP.

Em 2025, foi igualmente reforçada a dimensão interna e colaborativa da comunicação, reconhecendo-se a importância de promover uma cultura institucional mais alinhada e uma relação de maior proximidade entre a Sede Nacional e as Estruturas Locais.



No domínio da mobilização associativa, foi desenvolvido um **toolkit de apoio à angariação de sócios**, concebido como instrumento prático de utilização pelas Delegações. Este conjunto de materiais visou disponibilizar mensagens-chave, orientações de comunicação, suportes de divulgação e argumentos de adesão, permitindo uma abordagem mais estruturada, coerente e replicável à captação de novos associados. O toolkit constitui, assim, um contributo relevante para o reforço da base social da CVP e para a valorização do vínculo de participação cívica e compromisso continuado com a Instituição.



## Comunicação orientada para resultados e captação de leads

A área de Comunicação reforçou também, em 2025, a utilização de estratégias digitais orientadas para objetivos de conversão e apoio ao crescimento de serviços.

Destaca-se, neste domínio, a captação de leads para o serviço de Teleassistência, através de campanhas e ações dirigidas a públicos com interesse potencial nesta resposta.

Esta atuação evidencia uma evolução importante do papel do marketing na CVP, cada vez mais orientado não apenas para notoriedade, mas também para a geração de oportunidades concretas de adesão, utilização de serviços e impacto social.

## Em 2025, a estratégia de Fundraising da Cruz Vermelha Portuguesa consolidou-se em torno de três dimensões centrais:



Dirigidas a 3 segmentos prioritários:

Individuais + Empresas + Fundações

O objetivo foi reforçar a capacidade de mobilização de recursos, diversificar as fontes de financiamento e promover uma base de receita mais sustentável, com especial enfoque no crescimento dos donativos regulares e na expansão do fundraising corporate.

As campanhas de fundraising dirigidas ao público individual mantiveram um papel de relevo, com destaque para a Consignação do IRS, a Campanha Vale+ e outras iniciativas de mobilização pública.

Paralelamente, a CVP reforçou a sua capacidade de angariação de fundos em contextos de emergência, nomeadamente durante os incêndios, demonstrando prontidão para transformar solidariedade pública em apoio efetivo às operações e às populações afetadas.

O ano foi ainda marcado pela realização do **Charity Legends Game**, uma das iniciativas de maior visibilidade e impacto na angariação de fundos da CVP, combinando mobilização mediática, envolvimento de parceiros e contribuição financeira significativa para a missão humanitária da Instituição.

No domínio da sustentabilidade financeira e do investimento em modelos inovadores de captação, importa destacar a execução do apoio obtido pela CVP no âmbito do Capacity Building Fund, destinado ao desenvolvimento e consolidação do projeto Face to Face.

O financiamento de cerca de 100 mil CHF, conquistado pela Instituição, apoiou a implementação de uma estratégia de recrutamento de doadores regulares.

Os resultados demonstraram a relevância deste investimento: **em 2023 foram captados 256 novos** doadores regulares, com um custo médio de aquisição de 175,89 € por doador e um donativo médio anual de 171,60 €, projetando um ponto de equilíbrio no 14.º mês e um retorno crescente nos anos seguintes. **Em 2025: 531 novos doadores regulares**, donativo médio anual de 177,84 €, com um custo médio de aquisição de 184,56€.

Acresce ainda que a Cruz Vermelha Portuguesa foi distinguida como primeira Sociedade Nacional a beneficiar do apoio do **Virtual Fundraising Hub**, posicionando Portugal como projeto-piloto de inovação na transformação da angariação de fundos. Este apoio, **no montante de 200 mil CHF, foi atribuído para o desenvolvimento do Programa Face to Face, cuja execução se iniciou em 2026**. Esta distinção representa um reconhecimento internacional da maturidade da estratégia da CVP e do seu potencial de liderança na inovação em fundraising no contexto do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

# Evolução da Receita de Fundraising

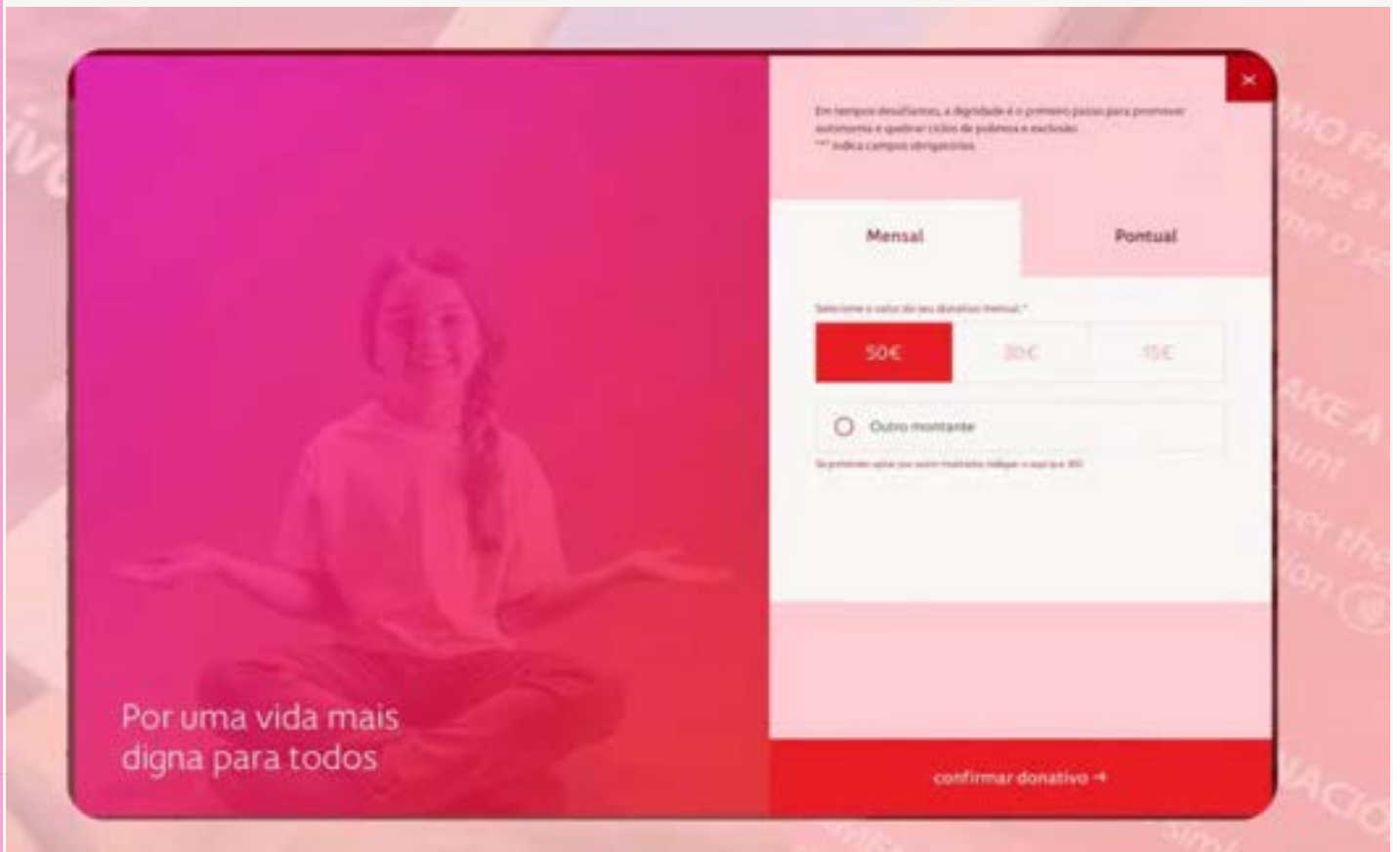
Em termos de compromisso da sua atribuição, a receita total de fundraising registada em 2025 ascendeu a 1 404 887 €, representando um **crescimento de 50,67%** face a 2024, ano em que o valor total se situou em 932 434 €. Esta evolução confirma o reforço da capacidade de captação de recursos e a consolidação de um modelo de angariação mais diversificado.

A receita proveniente do segmento Individuais totalizou 734 290 €, mantendo-se globalmente estável face a 2024. Ainda assim, a análise interna da sua composição revela tendências positivas: os **donativos regulares** aumentaram de 30 742 € para 89 169 €, correspondendo a um **crescimento superior a 190%**, enquanto os **donativos pontuais** passaram de 103 645 € para 132 792 €, **aumentando cerca de 28%**. Esta evolução é particularmente relevante do ponto de vista da sustentabilidade, uma vez que os donativos regulares permitem maior previsibilidade financeira, melhor planeamento e uma relação mais duradoura com os doadores.

As campanhas dirigidas a indivíduos continuaram a gerar receita significativa, com a Consignação do IRS a atingir 208 227 €, acima dos 189 916 € registados em 2024, e a Campanha Vale+ a alcançar 300 215 €.

O segmento **Corporate** apresentou o crescimento mais expressivo. A receita empresarial passou de 196 465 € em 2024 para 670 598 € em 2025, representando uma **subida de aproximadamente 241%**. Este desempenho alterou de forma substancial a estrutura global da receita: enquanto em 2024 a componente corporate representava cerca de 21% do total, em 2025 passou a corresponder a 48%, assumindo um peso equivalente ao do segmento individual.

O trabalho desenvolvido em 2025 cria, assim, bases sólidas para aprofundar, nos anos seguintes, uma comunicação mais próxima, uma relação mais qualificada com doadores e parceiros e uma angariação de fundos mais sustentável, ao serviço da missão humanitária da Cruz Vermelha Portuguesa.



## Recursos Humanos

Em 2025, a Cruz Vermelha Portuguesa consolidou o processo de integração dos trabalhadores no **Acordo de Empresa**, com o respetivo enquadramento nas carreiras, índices salariais e demais normativos aplicáveis, reforçando a harmonização das práticas de gestão de recursos humanos em toda a organização.

Em paralelo, prosseguiu o trabalho de integração do universo dos trabalhadores no ERP Quidgest, permitindo uma gestão mais estruturada, fiável e transversal da informação laboral, com ganhos relevantes ao nível do acompanhamento, do reporte e do suporte à decisão.

Foram igualmente lançadas as bases para a efetiva implementação do primeiro ciclo de Gestão e Avaliação de Desempenho, com início previsto em 2026 e cujos resultados produzirão efeitos futuros na progressão dos trabalhadores. Este processo assume particular relevância na promoção de uma cultura organizacional assente no rigor, na responsabilização, na valorização do desempenho e na meritocracia.

Em dezembro de 2025, a CVP contava com 2 820 trabalhadores com contrato de trabalho, mantendo-se estável o respetivo headcount global face a 2024.

A distribuição por carreiras evidencia o peso predominante da carreira de Assistente Operacional, que representou 61,02% do total, seguida pela carreira de Técnico Superior (27,01%), pela carreira de Assistente (7,81%) e pela carreira de Técnico Profissional (4,13%).



Importa ainda salientar a estabilidade dos vínculos laborais: 90,6% dos trabalhadores encontravam-se vinculados à organização através de contrato de trabalho sem termo, refletindo a relevância de relações laborais duradouras e estáveis no cumprimento da missão humanitária da Cruz Vermelha Portuguesa.

# Análise Económica e Financeira

# Análise Económica e Financeira

## Rendimentos

Do ponto de vista económico, o ano de 2025, esteve em linha com a tendência verificada em 2024, pois regista novamente um **crescimento de 7%** na receita gerada pela atividade da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

### Rendimentos CVP

	2025		2024		Var 24/25	%
Vendas e Prestações de Serviços	78 739 910		63 934 832		14 805 078	
Subsídios	26 957 003	94%	33 032 637	95%	(6 075 634)	6,8%
Donativos em numerário e em espécie	4 574 379		6 303 375		(1 728 995)	
Quotizações (MAC)	387 919	0,3%	381 389	0,3%	6 530	1,7%
Rendimentos Patrimoniais	1 382 090	1,2%	1 403 974	1,3%	(21 883)	-1,6%
Rendimentos Suplementares	742 986	0,6%	611 073	0,6%	131 913	21,6%
Outros Rendimentos	3 541 950	3,0%	3 017 242	2,8%	524 708	17,4%
Rendimentos de Juros	390 179	0,3%	412 263	0,4%	(22 083)	-5,4%
<b>Total</b>	<b>116 716 417</b>		<b>109 096 785</b>		<b>7 619 632</b>	<b>7,0%</b>

A principal fonte de receita, que depende diretamente da flutuação da atividade resulta das vendas e prestações de serviços, subsídios e donativos. Estas representaram, em 2025, 94% da estrutura da receita da CVP, sendo estas as responsáveis pelo aumento, de 7% face a 2024.

## Gastos

Em relação aos gastos verificou-se um **aumento de 3,8%** o que acompanha o aumento na receita, mas numa proporção significativamente inferior.

### Gastos CVP

	2025		2024		Var 24/25	%
CMVMC e FSE	38 445 577	90%	36 834 940	90%	1 610 638	4,1%
Pessoal	59 575 243		57 339 150		2 236 093	
Outros Gastos	3 691 039	3,4%	3 236 011	3,1%	455 028	14,1%
Gastos de Depreciação e de Amortização	5 561 677	5,1%	5 391 247	5,1%	170 429	3,2%
Gastos de Financiamentos	1 713 284	1,6%	2 191 354	2,1%	(478 070)	-21,8%
<b>Total</b>	<b>108 986 820</b>		<b>104 992 701</b>		<b>3 994 118</b>	<b>3,8%</b>

O efeito conjugado dos fatores acima referidos resulta na contabilização, no exercício de 2025, de um **resultado líquido positivo de 7.729.597€, mais 3,6M€** ou **88,34%** do que no exercício anterior.

O rácio gastos/rendimentos passou de 96% em 2024 para 93% em 2025. Este rácio manifesta a diminuição da necessidade de recursos para a obtenção do rendimento ou um melhor controlo dos custos.

Os gastos financeiros tiveram uma diminuição significativa em 478 070€ ou 21,8% do valor registado em 2024. Esta diminuição é reflexo do trabalho de reestruturação da dívida junto das Instituições Bancárias que começa a apresentar resultados visíveis neste exercício económico. Este fator é tanto mais notório quando aliado ao aumento do endividamento da CVP em 12%.

# Análise Económica e Financeira

## Balanço

A leitura do Balanço evidencia um **acréscimo no ativo não corrente líquido de 2,2M€**, o que representa uma **variação de 2,11% face ao exercício anterior**. Importa salientar o investimento expressivo efetuado durante o ano em viaturas de socorro e transporte de doentes, no valor aproximado de 2,2M€ (valores brutos).

O ativo corrente registou um **aumento de 9,4%** o que acompanha o aumento da atividade registada neste ano.

O rácio de liquidez corrente **progrediu de 1,40, em 2024 para 1,48 em 2025**, quer dizer que há maior liquidez para cumprir com as responsabilidades de curto prazo.

O rácio de endividamento **diminuiu de 0,44 em 2024 para 0,43 em 2025**, evidenciando uma autonomia financeira considerada adequada para a CVP.

Pelo acima exposto a Cruz Vermelha Portuguesa tem a 31 de dezembro uma situação financeira equilibrada.

Os Fluxos de Caixa manifestam uma atividade operacional com **meios libertos que ascendem a 8M€** e representam um **aumento em 121% do registado** em 2024.

Os fluxos libertos da atividade de financiamento **ascenderam a 2,7M€** o que cobre em mais de 1,2% do fluxo necessário para o investimento realizado, quer isto dizer que há um recurso ao crédito que aparenta ser desnecessário. Isto deve-se, nomeadamente, à dificuldade natural em gerir a Cruz Vermelha Portuguesa como uma única entidade. Verifica-se que, enquanto algumas estruturas locais têm disponibilidades imediatas significativas, outras estruturas necessitam do recurso ao crédito para manter a sua atividade.

O acima exposto denota um ano favorável para a Cruz Vermelha Portuguesa.

# Análise Económica e Financeira

Atendendo ao Resultado Líquido obtido, no valor de 7.729.597,51 euros, propõe-se a sua integração em Resultados Transitados.

Lisboa, 11 de maio de 2026

## A Direção Nacional



António Saraiva  
Presidente Nacional



Fernando Santo  
Vice-Presidente



José Miguel Leonardo  
Vice-Presidente



Madalena Ramalho  
Vice-Presidente



Marco Serronha  
Vice-Presidente



Cristina Siza Vieira  
Vogal



João Varandas Fernandes  
Vogal



Maria do Carmo Neves  
Vogal

Demonstrações  
Financeiras a  
31 de Dezembro

# Balanço

Balanço em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	Notas	31/12/25	31/12/24
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5.2	97 765 612,00	96 013 413,81
Bens do património histórico e cultural	5.1	3 155 599,64	3 155 599,64
Ativos intangíveis	6	4 887 744,68	4 961 517,09
Investimentos financeiros	7	204 216,59	170 843,76
Outros créditos e ativos não correntes	8	2 308 854,95	1 783 262,18
Total do ativo não corrente		108 322 027,86	106 084 636,48
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	1 062 084,86	1 363 613,11
Créditos a receber	10	23 040 313,04	23 331 150,11
Estado e outros entes públicos	11	1 377 854,40	1 495 131,51
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	48 264,33	102 368,96
Diferimentos	13	3 394 277,08	3 503 260,07
Outros ativos correntes	14	534 851,63	700 082,06
Caixa e depósitos bancários	15	56 556 171,20	48 096 952,07
Total do ativo corrente		86 013 816,54	78 592 557,89
<b>Total do ativo</b>		<b>194 335 844,40</b>	<b>184 677 194,37</b>
<b>Fundos Patrimoniais e Passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Resultados transitados	16	58 483 472,83	55 039 324,08
Excedentes de revalorização	17	19 989 958,28	19 989 958,28
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	18	25 499 032,81	24 400 248,71
Resultado líquido do período		7 729 597,51	4 104 083,27
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>111 702 061,43</b>	<b>103 533 614,34</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	20	163 222,57	164 128,97
Financiamentos obtidos	21	24 275 993,65	24 697 547,32
Total do passivo não corrente		24 439 216,22	24 861 676,29
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	22	6 251 834,68	6 279 504,01
Estado e outros entes públicos	23	2 080 398,99	1 678 330,36
Financiamentos obtidos	24	24 635 187,02	21 670 248,04
Diferimentos	25	9 422 878,11	11 160 912,00
Outros passivos correntes	26	15 804 267,95	15 492 909,33
Total do passivo corrente		58 194 566,75	56 281 903,74
<b>Total do passivo</b>		<b>82 633 782,97</b>	<b>81 143 580,03</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>194 335 844,40</b>	<b>184 677 194,37</b>

# Demonstração dos Resultados

## Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rendimentos e gastos	Notas	31/12/25	31/12/24
Vendas e serviços prestados	19.1	79 127 828,57	64 316 221,01
Subsídios, doações e legados à exploração	19.1	28 733 792,62	36 297 597,54
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, ass. e empr. conjuntos	19.1/ 19.2	33 372,83	65 381,53
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19.2	(3 552 784,86)	(3 777 991,30)
Fornecimentos e serviços externos	19.2	(34 892 792,33)	(33 056 948,34)
Gastos com pessoal	19.2	(59 575 242,60)	(57 339 149,98)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	19.1/ 19.2	(8 258,70)	(33 482,30)
Provisões (Aumentos/reducoes)	19.1/ 19.2		
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor	19.1/ 19.2	530 297,00	250 052,78
Outros rendimentos	19.1	7 899 867,25	7 746 059,82
Outros gastos	19.2	(3 682 349,71)	(3 193 967,82)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>14 613 730,07</b>	<b>11 273 772,94</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19.2	(5 561 027,82)	(5 390 598,60)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>9 052 702,25</b>	<b>5 883 174,34</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	19.1	390 179,23	412 262,53
Juros e gastos similares suportados	19.2	(1 713 283,97)	(2 191 353,60)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>7 729 597,51</b>	<b>4 104 083,27</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>19</b>	<b>7 729 597,51</b>	<b>4 104 083,27</b>

# Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

## Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025

Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído aos instituidores da empresa-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	1	16-19	55 039 324,08	19 989 958,28	24 400 248,71	4 104 083,27	103 533 614,34	0,00	103 533 614,34
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedente de revalorização			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	16-19	3 444 148,75	0,00	(638 373,02)	(4 108 763,33)	(1 302 987,60)	0,00	(1 302 987,60)
			3 444 148,75	0,00	(638 373,02)	(4 108 763,33)	(1 302 987,60)	0,00	(1 302 987,60)
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3	19				7 734 277,57	7 734 277,57	0,00	7 734 277,57
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3					3 625 514,24	6 431 289,97	0,00	6 431 289,97
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>									
Fundos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados			0,00	0,00	1 737 157,12	0,00	1 737 157,12	0,00	1 737 157,12
Distribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	1 737 157,12	0,00	1 737 157,12	0,00	1 737 157,12
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025</b>	<b>6 = 1 + 2 + 3 + 5</b>		<b>58 483 472,83</b>	<b>19 989 958,28</b>	<b>25 499 032,81</b>	<b>7 729 597,51</b>	<b>111 702 061,43</b>	<b>0,00</b>	<b>111 702 061,43</b>

# Demonstração de fluxos de caixa

## Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	Notas	(€)	
		31/12/25	31/12/24
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e utentes		82 433 846,19	71 353 628,06
Pagamentos de subsídios		341 309,09	85 267,53
Pagamentos de apoios		2 385,90	2 234,45
Pagamentos de bolsas		603 221,20	566 772,57
Pagamentos a fornecedores		40 443 103,77	38 803 333,04
Pagamentos ao pessoal		57 560 426,68	48 675 483,32
<b>Caixa geradas pelas operações</b>		<b>(16 516 600,46)</b>	<b>(16 779 462,85)</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	
Outros recebimentos/pagamentos		24 523 970,30	20 410 489,77
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>8 007 369,84</b>	<b>3 631 026,92</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		5 312 823,75	8 174 032,30
Ativos intangíveis		47 652,85	55 586,17
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		949 064,96	512 032,61
Ativos intangíveis		17 892,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	903 634,00
Outros ativos		0,00	136 933,28
Subsídios ao investimento		1 797 910,12	1 200 154,38
Juros e rendimentos similares		331 827,90	327 143,38
Dividendos		36,00	51,37
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(2 263 745,62)</b>	<b>(5 149 669,45)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		9 294 881,67	16 565 063,49
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		206 310,60	454 839,72
Outras operações de financiamento		611 124,76	643 171,30
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		5 907 871,38	10 910 241,23
Juros e gastos similares		1 391 529,72	2 078 103,26
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		97 321,03	219 412,37
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>2 715 594,91</b>	<b>4 455 317,65</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		<b>8 459 219,13</b>	<b>2 936 675,12</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		48 096 952,07	45 160 276,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		56 556 171,20	48 096 952,07

Anexo

# Anexo

O Anexo às Demonstrações Financeiras (DF), visa interpretar e enquadrar a informação financeira nelas contida, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas a nível global e outras divulgações exigidas pela **Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)**.

## 1. Identificação da entidade

### 1.1 Denominação da entidade

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) é uma pessoa coletiva com o número de identificação fiscal PT500745749, de direito privado e de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, com plena capacidade jurídica para a prossecução dos seus fins.

### 1.2 Lugar da Sede Social

A sede nacional da CVP situa-se no Jardim 9 de Abril, em Lisboa.

### 1.3 Natureza da atividade

A CVP é uma instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário e de interesse público, que desenvolve a sua atividade devidamente apoiada pelo Estado, no respeito pelo Direito Internacional Humanitário, pelos Estatutos do Movimento Internacional e pela Constituição da Federação da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

A CVP exerce a sua atividade em todo o território nacional como a única sociedade nacional da Cruz Vermelha e, fora do território nacional, no quadro de ação do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e em qualquer local onde a sua participação seja relevante.

A CVP assenta a sua organização territorial em serviços centrais e autónomos, delegações locais, centros humanitários e extensões de delegações locais.

### 1.4 Abrangência

As Demonstrações Financeiras da CVP incluem as Delegações Locais e as respetivas extensões, os Centros Humanitários, Organismos Autónomos (Lar Militar, Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Saúde Norte, Escola Superior de Enfermagem Alto Tâmega, Escola Profissional Almirante Domingos Tasso Figueiredo e Escola de Socorrismo, Complexo de Neuro-Intervenção e a Clínica de Vila Viçosa) e a Sede Nacional.

O perímetro de agregação de contas, em 2025 foi de 124 Delegações Locais, das quais 120 ativas e 4 inativas, 18 Centros Humanitários, 8 Organismos Autónomos e a Sede Nacional, o que corresponde à plenitude do universo Cruz Vermelha Portuguesa. As Estruturas que não apresentaram atividade são incluídas na agregação.

Assim, podemos dizer que as Demonstrações Financeiras do ano 2025, proporcionam informação integral, compreensível, relevante, fiável e comparável sobre a situação financeira da CVP à data de 31 de dezembro de 2025 e sobre o resultado das operações económicas realizadas durante o exercício findo nessa data.

# Anexo

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Identificação do referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/ 2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/ 2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso n. 8258/ 2015, de 29 de julho.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica) e no pressuposto de continuidade e contêm as seguintes características qualitativas: compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

### 2.2 Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Considerando o elevado número de unidades da CVP (120 Delegações Locais, 18 Centros Humanitários, 8 Organismos Autónomos e a Sede Nacional), a sua dispersão geográfica e a gestão descentralizada, a harmonização de políticas contabilísticas e práticas de gestão, tem havido um grande esforço da Sede Nacional, ao longo dos últimos anos, no sentido de garantir a desejada harmonização de políticas contabilísticas e práticas de gestão, com vista à melhoria da qualidade e fiabilidade da informação contabilística.

A decisão, adotada em 2023, de implementar um único ERP para toda a CVP em 2023 começou, em 2025, a ter uma expressão amplamente significativa, com a informação contabilística de 139 Estruturas Locais da CVP o que corresponde a 92% do universo da Cruz Vermelha Portuguesa. Este trabalho desenvolvido permite já uma maior qualidade das Demonstrações Financeiras, embora exista ainda um caminho a percorrer, visando sobretudo a análise de situações passadas e a sistematização de procedimentos uniformes por parte de todas as estruturas locais.

Deste modo, quaisquer derrogações que possam ainda ter ocorrido, pelo referenciado, são imateriais e não põem em causa a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da CVP.

## 3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

# Anexo

## 3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF-ESNL), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (*deemed cost*) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (anteriormente apelidado de quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções:	50 Anos
Equipamento básico:	5 a 15 Anos
Equipamento de transporte:	3 a 6 Anos
Equipamento administrativo:	3 a 10 Anos
Outros ativos fixos tangíveis:	3 a 4 Anos

Os gastos de conservação e reparação e as benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, efetuados após a data da sua aquisição ou construção, que aumentem o valor real ou a duração provável da vida dos ativos fixos tangíveis, são capitalizados.

Genericamente, as obras de adaptação, de beneficiação ou os melhoramentos efetuados em propriedade alheia relacionadas com estruturas não amovíveis, não são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, mas como gastos a reconhecer, sendo imputados numa base anual aos exercícios económicos durante os anos do contrato de arrendamento ou usufruto.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de bens que integram o ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas consoante aplicável.

# Anexo

## 3.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

Os bens do património histórico, artístico e cultural são bens de domínio privado que cumprem as condições exigidas por lei para serem classificados como tal.

Os bens do património histórico, artístico e cultural que foram atribuídos à Entidade a título gratuito ou que sendo adquiridos a título oneroso, foram reconhecidos pela primeira vez nesta classe de bens sem conhecer o seu custo histórico, devido à perda desses dados ou ao valor de compra à data ser irrelevante em virtude do tempo transcorrido desde a sua aquisição, encontram-se valorizados pelo valor patrimonial tributário (VPT).

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta de variações nos fundos patrimoniais.

A atualização para o VPT tem como contrapartida a rubrica de excedentes de revalorização.

As obras realizadas nestes bens são consideradas como obras de conservação e restauro e reconhecidas, desde que materialmente relevantes, como gastos a reconhecer, pelo que o aumento de valor destes bens apenas decorrerá de uma avaliação.

Estes bens não são objeto de depreciação, pelo que apenas haverá redução de valor quando se encontrarem em imparidade.

## 3.1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Excetuam-se os casos em que o reconhecimento inicial dos ativos intangíveis ocorreu até 2012 e para os quais a respetiva escritura era omissa no que respeita ao valor. Nesta situação os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) atual.

Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento só deverão ser reconhecidas quando seja possível demonstrar capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros.

As despesas de desenvolvimento que não cumpram os requisitos deverão ser registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida iniciámos a amortização no exercício de 2016 (pelo período de 10 anos) de acordo com o parágrafo 8.17 da NRCF-ESNL.

# Anexo

## 3.1.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para a CVP, substancialmente, todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo em ativo o valor atual das rendas futuras e em passivo, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## 3.1.5 Encargos financeiros com aquisição de ativos

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desse ativo somente quando se trata de um ativo que se qualifica. Isto é, quando necessita de um período substancial de tempo para estar disponível para uso.

A capitalização dos custos com empréstimos obtidos inicia-se quando tem início o investimento nesse ativo.

A capitalização termina quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso se encontram substancialmente concluídas.

## 3.1.6 Imparidade de ativos

Os ativos encontram-se em imparidade quando existem evidências objetivas de que, em consequência de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

# Anexo

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são revertidas sempre que exista evidência de que as mesmas já não existem ou diminuíram, sendo a reversão reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

## 3.1.7 Investimentos Financeiros

### 3.1.7.1 Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da CVP no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como "goodwill". O *goodwill* é registado como ativo e iniciámos a amortização no exercício de 2016 pelo período de 10 anos.

Anualmente, quando existem indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Caso a entidade conjuntamente controlada ou associada, venha a apresentar Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

# Anexo

## 3.1.7.2 Investimentos em subsidiárias e consolidação

### a) Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo diretamente atribuível à aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos Resultados.

As transações internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

## 3.1.8 Inventários

Os inventários ou existências são ativos detidos para venda no decurso ordinário da atividade ou para serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços. Fazem parte desta classe de ativos, os donativos em espécie atribuídos à instituição para consumo próprio ou distribuição a terceiros.

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

– As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos com a sua alienação).

– Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Quando os inventários são vendidos ou distribuídos a carenciados a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como gasto.

# Anexo

## 3.1.9 Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

# Anexo

## 3.1.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 3.1.11 Subsídios

Consideram-se subsídios as verbas recebidas do Estado para cumprimento de determinadas respostas sociais, previamente definidas, como tal, em protocolo.

Os Subsídios à exploração recebidos, conforme acima mencionado são reconhecidos como proveito no exercício na medida dos custos incorridos pela Entidade no cumprimento das condições estabelecidas no protocolo.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados em fundos patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Os Subsídios recebidos a título de adiantamento e ainda não executados são contabilizados como passivos.

Os Subsídios não monetários atribuídos pelo Estado, tomam a forma de transferência de um ativo, tal como terrenos ou outros recursos para uso da Entidade. Sempre que não é possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, tanto o ativo como o subsídio são registados pela sua quantia nominal. Estes subsídios são apresentados no balanço, em Fundos Patrimoniais.

# Anexo

## 3.1.12 Efeitos de alteração em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros, de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira, são incluídas no fundo patrimonial, na rubrica "Outras Reservas".

## 3.1.13 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalente de caixa, correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

b) Dívidas a receber

As dívidas de clientes, membros/associados e de outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal, deduzido das perdas por imparidade calculadas de acordo com seguintes critérios:

c) Dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal.

## 3.1.14 Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço, se materiais, são divulgados nas notas.

# Anexo

## 3.1.15 Alteração à contabilização dos Acordos de Cooperação

No exercício de 2025 procedeu-se à alteração da metodologia de contabilização das verbas provenientes dos acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social conforme definido na FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC) e comunicada pelo ISS.

A metodologia aplicada a partir do exercício de 2025 é a seguinte:

1. Sempre que a comparticipação mensal recebida do ISS, no âmbito dos acordos de cooperação, for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (respostas sociais com pagamento **apurado de acordo com a variação de utentes**), o valor recebido é registado contabilisticamente **na conta 72 – Prestações de Serviços**.

2. Sempre que a comparticipação mensal recebida do ISS, no âmbito dos acordos de cooperação, seja atribuída com vista a suportar os custos de funcionamento da entidade independentemente do número de utentes (**valor fixo da comparticipação**), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na **conta 75 – Subsídios à Exploração**.

## 4. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No exercício de 2025 não ocorreram alterações de estimativas contabilísticas.

Os erros foram corrigidos e reconhecidos atendendo à sua materialidade.

Tratando-se de um erro materialmente relevante respeitante ao exercício anterior reexpressa-se o comparativo nas demonstrações financeiras do exercício.

## 5. Ativos fixos tangíveis

### 5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os bens do património, histórico, artístico e cultural encontram-se registados pelo seguinte valor:

#### Ativo Não Corrente - Bens do património histórico e cultural

Rubricas	31/12/24	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	31/12/25	Varição
Ativo bruto							
Bens imóveis	3 155 599,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3 155 599,64	0,00 0,00%
<b>Total</b>	<b>3 155 599,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 155 599,64</b>	<b>0,00 0,00%</b>

Do valor acima referido 2.496.150,00 euros respeitam à Sede Social da CVP – Palácio dos Condes D'Óbidos em Lisboa e 659.449,64 euros ao Teatro Lethes em Faro.

# Anexo

## 5.2 Outros ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2025, as alterações ocorridas no valor dos outros ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram as seguintes:

### Ativo Não Corrente - Ativos Fixos Tangíveis

Rubricas	31/12/24	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Reclassificação/ Regularizações	31/12/25	Variação	
(€)							
<b>Ativo Bruto</b>							
Terrenos e Recursos Naturais	14 447 744,67	16 731,00	(1 325,00)	209 495,12	14 672 645,79	224 901,12	1,56%
Edifícios e Outras Construções	92 499 535,83	640 004,78	(156,10)	735 327,49	93 874 712,00	1 375 176,17	1,49%
Equipamento Básico	47 218 701,42	3 286 354,02	(331 355,97)	(2 272,23)	50 171 427,24	2 952 725,82	6,25%
Equipamento de Transporte	6 961 873,96	607 951,72	(9 750,00)	7 001,15	7 567 076,83	605 202,87	8,69%
Equipamento Administrativo	7 813 749,96	306 952,58	(34 060,58)	(798,49)	8 085 843,47	272 093,51	3,48%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 670 879,00	105 299,66	(3 421,68)	0,00	2 772 756,98	101 877,98	3,81%
Investimentos em Curso	15 388 603,09	2 154 920,69	0,00	(1 037 121,37)	16 506 402,41	1 117 799,32	7,26%
<b>TOTAL</b>	<b>187 001 087,93</b>	<b>7 118 214,45</b>	<b>(380 069,33)</b>	<b>(88 368,33)</b>	<b>193 650 864,72</b>	<b>6 649 776,79</b>	<b>3,56%</b>
<b>Depreciações e Perdas Por Imparidade Acumuladas</b>							
Terrenos e Recursos Naturais	8 940,54				8 940,54	0,00	0,00%
Edifícios e Outras Construções	38 161 593,40	2 015 703,39	0,00	535,90	40 177 832,69	2 016 239,29	5,28%
Equipamento Básico	37 665 933,89	2 612 809,71	(329 386,55)	(54 567,13)	39 894 789,92	2 228 856,03	5,92%
Equipamento de Transporte	5 661 399,89	351 118,14	(5 484,43)	(5 243,02)	6 001 790,58	340 390,69	6,01%
Equipamento Administrativo	7 221 459,71	244 851,78	(33 370,13)	(5 337,22)	7 427 604,14	206 144,43	2,85%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 268 346,69	111 071,87	(2 810,89)	(2 312,82)	2 374 294,85	105 948,16	4,67%
<b>TOTAL</b>	<b>90 987 674,12</b>	<b>5 335 554,89</b>	<b>(371 052,00)</b>	<b>(66 924,29)</b>	<b>95 885 252,72</b>	<b>4 897 578,60</b>	<b>5,38%</b>
<b>Valor Líquido</b>							
Terrenos e Recursos Naturais	14 438 804,13				14 663 705,25	224 901,12	1,56%
Edifícios e Outras Construções	54 337 942,43				53 696 879,31	(641 063,12)	-1,18%
Equipamento Básico	9 552 767,53				10 276 637,32	723 869,79	7,58%
Equipamento de Transporte	1 300 474,07				1 565 286,25	264 812,18	20,36%
Equipamento Administrativo	592 290,25				658 239,33	65 949,08	11,13%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	402 532,31				398 462,13	(4 070,18)	-1,01%
Investimentos em Curso	15 388 603,09				16 506 402,41	1 117 799,32	7,26%
<b>TOTAL</b>	<b>96 013 413,81</b>				<b>97 765 612,00</b>	<b>1 752 198,19</b>	<b>1,82%</b>

À data de 31 de dezembro de 2025 o valor bruto dos ativos fixos tangíveis é de 193 650 864,72 euros.

A rubrica de edifícios e outras construções inclui edifícios relacionados com os direitos de superfície, ou usufruto associados. Isto acontece quando a CVP constrói edifícios em lotes de terreno sobre os quais detém direitos de superfície e procede à remodelação de edifícios sobre os quais detém direitos de usufruto ou superfície. Como tal, trata-se, de ativos com restrições permanentes, ou seja, com limitações quanto ao seu destino.

Esta rubrica apresenta, à data da divulgação, o valor bruto de 93 874 712 euros o que significa um aumento durante o exercício de 1,3M€, dos quais 735 mil euros relativos a obras que vinham em curso.

Em relação à rubrica do equipamento básico, à data de fecho, apresenta o valor bruto de 50 171 427,24 euros e que se traduz num aumento de 2,9M€ face ao ano anterior. Este aumento verificou-se nomeadamente no investimento em viaturas de socorro e transporte de doentes que ascendeu a 2,2 M€.

# Anexo

Abaixo divulga-se a composição relevante do equipamento básico:

- a) Viaturas de socorro e transporte de doentes regista 29 533 713,46 euros (27 266 463,20 euros, em 2024);
- b) Viaturas afetas à área Social 2 616 397,31 euros (2 386 348,21 euros, em 2024);
- c) Instalações sociais, designadamente: refeitórios, lavandarias e alojamento para os utentes 6 151 031,15 euros (5 983 869,28 euros, em 2024);
- d) Equipamento médico e hospitalar. 5 354 480,98 euros (5 174 486,26 euros, em 2024);
- e) Equipamento ligado ao ensino e formação 1 144 774,74 euros (941 969,08 euros, em 2024).

Em relação ao valor dos investimentos em curso, estes ascendem a 16 506 402,41 euros, dos quais 12 253 480,48 euros foram realizados na construção da Unidade de Cuidados Continuados da Portela.

No que respeita às depreciações adota-se, o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens de acordo com a política contabilística referida no ponto 3.2.1. deste anexo.

À data de balanço existem edifícios que servem de garantia a operações de financiamento bancário de médio e longo prazo associadas a investimentos:

## Edifícios associados a operações de financiamento MLP

(€)						
Imóveis	Reserva/Limitação	Início	Instituição Financeira	Operação Financeira Associada	Nº Anos	Montante Contratado
Braga	Hipoteca	Jun.2021	BPI	Empréstimos MLP	20	1 200 000,00
Elvas	Hipoteca	Jul.2009	Santander	Empréstimos MLP	25	2 790 924,67
Tavira	Hipoteca	dez.2014	CGD	Empréstimos MLP	13	400 000,00
Foz do Tejo	Hipoteca	Mai.2016	CGD	Empréstimos MLP	12	300 000,00
Valença	Hipoteca	fev.2014	CGD	Empréstimos MLP	13	350 000,00
Portela	Hipoteca	Set.2021	CGD	Empréstimos MLP	15	6 750 000,00
Valença	Hipoteca	Jun.2011	CGD	Empréstimos MLP	15	1 200 000,00
Alto Tâmega	Hipoteca	Jul.2022	CGD	Empréstimos MLP	5	636 071,00
Lisboa	Hipoteca	Fev.2012	MG	Crédito CP	-	2 500 000,00
Lisboa	Hipoteca	Dez.2013	MG	Crédito CP	-	1 000 000,00
Lisboa	Hipoteca	Jan.2012	MG	Empréstimos MLP	-	300 000,00
Évora	Hipoteca		MG	Empréstimos MLP	-	490 000,00
Maia	Hipoteca	Mai.2021	CCAM	Empréstimos MLP	3	3 678 000,00
Cartaxo	Hipoteca	Dez.2012	CCAM	Empréstimos MLP	15	300 000,00
Cartaxo	Hipoteca	Mai.2018	CCAM	Garantia Real	10	90 000,00

# Anexo

## 6. Ativos intangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2025, as alterações ocorridas nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi a seguinte:

### Ativo Não Corrente - Ativos Intangíveis

							(€)	
Rubricas	31/12/24	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Reclassificação/ Regularizações	31/12/25	Variação		
<b>Ativo bruto</b>								
<i>Goodwill</i>	235 265,80	0,00	0,00	0,00	235 265,80	0,00	0,00%	
Projectos de desenvolvimento	194 658,28	0,00	0,00	0,00	194 658,28	0,00	0,00%	
Programas de computador	1 733 452,42	108 414,81	(6 896,51)	185 580,15	2 020 550,87	287 098,45	16,56%	
Propriedade industrial	71 636,43	0,00	0,00	19 065,00	90 701,43	19 065,00	26,61%	
Outros ativos intangíveis	6 430 219,30	0,00	(5 985,57)	0,00	6 424 233,73	(5 985,57)	-0,09%	
Investimentos em Curso	289 310,05	49 910,94	0,00	(203 903,25)	135 317,74	(153 992,31)	-53,23%	
<b>Total</b>	<b>8 954 542,28</b>	<b>158 325,75</b>	<b>(12 882,08)</b>	<b>741,90</b>	<b>9 100 727,85</b>	<b>146 185,57</b>	<b>1,63%</b>	
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>								
<i>Goodwill</i>	225 132,57	23 526,42	0,00	(13 393,38)	235 265,61	10 133,04	4,50%	
Projectos de desenvolvimento	140 671,11	0,00	0,00	0,00	140 671,11	0,00	0,00%	
Programas de computador	1 700 414,45	112 031,03	(6 896,51)	14 381,86	1 819 930,83	119 516,38	7,03%	
Propriedade industrial	70 413,34	499,92	0,00	0,00	70 913,26	499,92	0,71%	
Outros ativos intangíveis	1 856 393,72	89 664,80	0,00	143,84	1 946 202,36	89 808,64	4,84%	
<b>Total</b>	<b>3 993 025,19</b>	<b>225 722,17</b>	<b>(6 896,51)</b>	<b>1 132,32</b>	<b>4 212 983,17</b>	<b>219 957,98</b>	<b>5,51%</b>	
<b>Valor líquido</b>								
<i>Goodwill</i>	10 133,23				0,19	(10 133,04)	-100,00%	
Projectos de desenvolvimento	53 987,17				53 987,17	0,00	0,00%	
Programas de computador	33 037,97				200 620,04	167 582,07	507,24%	
Propriedade industrial	1 223,09				19 788,17	18 565,08	1517,88%	
Outros ativos intangíveis	4 573 825,58				4 478 031,37	(95 794,21)	-2,09%	
Investimentos em Curso	289 310,05				135 317,74	(153 992,31)	-53,23%	
<b>Total</b>	<b>4 961 517,09</b>				<b>4 887 744,68</b>	<b>(73 772,41)</b>	<b>-1,49%</b>	

À data de 31 de dezembro de 2025 o valor bruto dos ativos intangíveis é de 9 100 727,85 euros.

# Anexo

## 7. Investimentos Financeiros

As empresas do Grupo, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes:

Denominação social	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	% capital detido			
				31/12/25		31/12/24	
				Directa	Efectiva	Directa	Efectiva
<b>Empresa-mãe:</b> CVP - Cruz Vermelha Portuguesa	Lisboa	Prestação de assistência humanitária e social					
<b>Subsidiárias:</b>							
Clinica Social Rainha Santa, ACE	Estremoz	Clinica social e cuidados continuados	CVP	100%	100%	100%	100%
Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	Cascais	Reabilitação física e fisioterapia	CVP	100%	100%	100%	100%

A rubrica investimentos em subsidiárias inclui as participações nos capitais da Clínica Social Rainha Santa, A.C.E – Estremoz (detida a 100%) e PARFISI, Lda (detida a 100%).

À data de 31 de dezembro de 2025, os investimentos financeiros ascendem 204 216,59 euros, conforme quadro que se segue:

### Ativo Não Corrente - Investimentos Financeiros

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	
Ativo Não Corrente - Investimentos Financeiros - (MEP - Método de equivalência patrimonial)				
Investimentos em subsidiárias				
Clinica Rainha Santa Isabel, A.C.E	0,00	0,00		
Parfisi - Gabinete de reabilitação física, LDA	204 216,59	170 843,76	33 372,83	19,53%
<b>Total - Investimentos Financeiros</b>	<b>204 216,59</b>	<b>170 843,76</b>	<b>33 372,83</b>	<b>19,53%</b>

Os investimentos financeiros são valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial segundo o qual as participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do capital próprio dessas entidades, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O valor da participação na Clínica Social Rainha Santa, A.C.E. é nulo em virtude do seu capital próprio ser negativo.

# Anexo

## 8. Outros créditos e ativos não correntes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o detalhe da rubrica outros créditos e ativos não correntes consta do quadro que se segue:

### Ativo Não Corrente - Outros créditos e ativos não correntes

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
<b>Ativo bruto</b>				
Condença Bitta Botta	2 493,99	2 493,99		
Sagies				#DIV/0!
Centro Clínico de Cascais	3 890,62	3 890,62		
Sociedade Meridiano, SA	9 000,00	9 000,00		
Títulos participação CCAM	4 000,00	4 000,00		
Portfolio Allspring & BlackRock	375 962,25	264 738,87	111 223,38	42,01%
Papeis Credito Bellard	3 213,42	3 022,59	190,83	6,31%
Papeis de credito Diversos	3 873,09	3 880,32	(7,23)	-0,19%
Metais Preciosos	1 251 105,49	846 156,82	404 948,67	47,86%
Ações BCP	19 157,17	9 933,43	9 223,74	92,86%
Fundo Compensação do Trabalho	571 041,77	584 579,57	(13 537,80)	-2,32%
Outros	34 394,35	20 843,17	13 551,18	65,01%
Investimentos financeiros em curso	34 613,42	34 613,42		
<b>Total</b>	<b>2 312 745,57</b>	<b>1 787 152,80</b>	<b>525 592,77</b>	<b>29,41%</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>				
Outros ativos financeiros	(3 890,62)	(3 890,62)		
<b>Total</b>	<b>(3 890,62)</b>	<b>(3 890,62)</b>		
<b>Valor liquido</b>				
Outros ativos financeiros	2 308 854,95	1 783 262,18	525 592,77	29,47%
<b>Total</b>	<b>2 308 854,95</b>	<b>1 783 262,18</b>	<b>525 592,77</b>	<b>29,47%</b>

À data de 31 de dezembro de 2024, os outros créditos e ativos não correntes (outros ativos financeiros) ascendem a 2 308 854,95 euros.

Os ativos registados nesta rubrica são valorizados ao justo valor a 31 de dezembro. No exercício de 2025 foram registados em resultados ganhos de 530 304,23 euros e perdas de 7,23 euros.

# Anexo

## 9. Inventários

A rubrica de Inventários à data de 31 de dezembro de 2025 apresenta o seguinte detalhe:

### Ativo Corrente - Inventários

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
Mercadorias	444 785,87	448 613,06	(3 827,19)	-0,85%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	561 640,39	862 706,39	(301 066,00)	-34,90%
Produtos acabados e intermédios	55 665,20	52 293,66	3 371,54	6,45%
Reclassificação e regularização	(6,60)			
<b>Total</b>	<b>1 062 084,86</b>	<b>1 363 613,11</b>	<b>(301 521,65)</b>	<b>-22,11%</b>

Os inventários reconhecidos ascendem a 1 062 084,86 euros, dos quais 530 896,56 euros correspondem a donativos em espécie a aplicar nas atividades que a CVP desenvolve e a distribuir a carenciados.

Não existem quaisquer perdas por imparidade acumuladas reconhecidas.

## 10. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

### Ativo Corrente - Créditos a receber

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
Cientes e utentes				
Cientes e utentes c/c	16 651 168,22	13 576 854,69	3 074 313,53	22,64%
Cientes e utentes - títulos a receber	13 172,24	13 196,24	(24,00)	-0,18%
Cientes e utentes - Cessão de créditos/ Factoring	574 144,44	560 798,06	13 346,38	2,38%
Cientes e utentes - Em Mora	1 275 431,70	1 369 192,43	(93 760,73)	-6,85%
Perdas Por Imparidade Acumuladas	(1 061 584,08)	(1 089 530,71)	27 946,63	-2,57%
<b>Total - Cientes e utentes</b>	<b>17 452 332,52</b>	<b>14 430 510,71</b>	<b>3 021 821,81</b>	<b>20,94%</b>
Outras Contas a Receber				
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	35 001,69	49 205,14	(14 203,45)	-28,87%
Devedores por acréscimos de rendimentos	4 765 423,53	6 967 361,86	(2 201 938,33)	-31,60%
Outros devedores	787 555,30	1 884 072,40	(1 096 517,10)	-58,20%
<b>Total - Outras Contas a Receber</b>	<b>5 587 980,52</b>	<b>8 900 639,40</b>	<b>(3 312 658,88)</b>	<b>-37,22%</b>
<b>Total - Créditos a receber</b>	<b>23 040 313,04</b>	<b>23 331 150,11</b>	<b>(290 837,07)</b>	<b>-1,25%</b>

As dívidas de clientes líquidas de perdas por imparidade, à data de encerramento do ano 2025, ascendem a 17 452 332,52 euros.

O aumento registado em clientes e utentes, de 3M€, justifica-se, nomeadamente por via da necessidade de emissão de faturação à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, dos serviços prestados pela CVP na resposta às Vítimas de Violência Doméstica, relativo aos anos de 2022, 2023 e 2024 que ascende a 1,899M€. Esta verba estava registada em devedores por acréscimo de rendimentos, justificando assim a redução ocorrida nesta rúbrica, e à data ainda não foi recebida.

No conjunto verificamos que há uma variação nos créditos a receber que corresponde a uma diminuição de 290 837,07 euros.

# Anexo

## 11. Estado e outros entes públicos (saldo devedor)

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica Estado e outros entes públicos, decompõe-se conforme quadro seguinte:

### Ativo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Varição	(€)
Imposto sobre o Rendimento	11 070,97	7 118,47	3 952,50	55,52%
Imposto sobre o valor acrescentado	1 363 194,23	1 484 180,72	(120 986,49)	-8,15%
Otras Tributaciones	3 589,20	3 832,32	(243,12)	-6,34%
<b>Total</b>	<b>1 377 854,40</b>	<b>1 495 131,51</b>	<b>(117 277,11)</b>	<b>-7,84%</b>

À data de 31 de dezembro de 2025 a CVP tem a receber do Estado 1 377 854,40 euros.

As dívidas do Estado à CVP derivam sobretudo dos pedidos de reembolsos de Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA), por via do direito à restituição de imposto suportado com a aquisição de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados, total ou principalmente, na prossecução dos fins estatutários bem como do imposto suportado referente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas (DL n.º 20/90, de 13 de janeiro e Decreto-Lei n.º 84/2017 de 21 de julho).

# Anexo

## 12. Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

### Ativo Corrente - Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	
Doadores - em curso		47 370,56	(47 370,56)	-100,00%
Quotas	337 843,55	355 561,62	(17 718,07)	-4,98%
Outras operações	126,35	(77,65)	204,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>337 969,90</b>	<b>402 854,53</b>	<b>(64 884,63)</b>	<b>-16,11%</b>
Perdas por imparidade				
Quotas	(289 705,57)	(300 485,57)	10 780,00	-3,59%
<b>Total</b>	<b>(289 705,57)</b>	<b>(300 485,57)</b>	<b>10 780,00</b>	<b>-3,59%</b>
Valor líquido				
Doadores - em curso		47 370,56	(47 370,56)	-100,00%
Quotas	48 137,98	55 076,05	(6 938,07)	-12,60%
Outras operações	126,35	(77,65)	204,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>48 264,33</b>	<b>102 368,96</b>	<b>(54 104,63)</b>	<b>-52,85%</b>

À data de 31 de dezembro de 2025, o valor líquido reconhecido referente a quotas de membros a receber é de 48 137,98 euros.

## 13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

### Ativo Corrente - Diferimento

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	
Gastos a reconhecer	3 394 277,08	3 503 260,07	(108 982,99)	-3,11%
<b>Total</b>	<b>3 394 277,08</b>	<b>3 503 260,07</b>	<b>(108 982,99)</b>	<b>-3,11%</b>

Em 31 de dezembro de 2024, os gastos a reconhecer ascendem a 3 394 277,08 euros.

Esta rubrica compreende os gastos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, por respeitarem a esses exercícios, mas cuja documentação de suporte é emitida neste exercício..

# Anexo

## 14. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o detalhe de outros ativos correntes é o abaixo relatado:

### Ativo Corrente - Outros ativos correntes

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	
Adiantamentos a Fornecedores				
Fornecedores Conta Corrente	207 543,76	345 429,29	(137 885,53)	-39,92%
Fornecedores de Investimento				
Imóveis	67 895,64	67 895,64	-	0,00%
Viaturas		10 000,00	(10 000,00)	-100,00%
Outros		22 049,13	(22 049,13)	-100,00%
<b>Total</b>	<b>275 439,40</b>	<b>445 374,06</b>	<b>(169 934,66)</b>	<b>-38,16%</b>
Instrumentos financeiros detidos para negociação				
Instrumento financeiros detidos para negociação	167 554,70	162 860,32	4 694,38	2,88%
<b>Total</b>	<b>167 554,70</b>	<b>162 860,32</b>	<b>4 694,38</b>	<b>2,88%</b>
Outros Ativos Financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	982,53	972,68	9,85	1,01%
<b>Total</b>	<b>982,53</b>	<b>972,68</b>	<b>9,85</b>	<b>1,01%</b>
Ativos não correntes detidos para venda				
Ativos fixos tangíveis	90 875,00	90 875,00	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>90 875,00</b>	<b>90 875,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total</b>	<b>534 851,63</b>	<b>700 082,06</b>	<b>(165 230,43)</b>	<b>-23,60%</b>

À data de 31 de dezembro de 2025, os adiantamentos a fornecedores ascendem a 275 439,40 euros.

A rubrica de Instrumentos financeiros detidos para negociação é constituída por aplicações de tesouraria e em 31 de dezembro de 2025 apresenta um saldo de 167 554,70 euros.

À data de relato, o montante de ativos fixos tangíveis detidos para venda, totalizam 90 875,00 euros relativos a:

- Fração autónoma na freguesia de Amarante recebida em doação, registada por 90 875 euros nas contas individuais da Delegação de Amarante.

# Anexo

## 15. Caixa e depósitos bancários

À data do relato existe em caixa e depósitos bancários 56 556 171,20 euros.

### Ativo Corrente - Caixa e Depósitos Bancários

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
Caixa	1 002 144,99	608 447,68	393 697,31	64,71%
Depositos à ordem	31 266 161,86	28 532 656,56	2 733 505,30	9,58%
Depositos a prazo	24 287 864,35	18 955 847,83	5 332 016,52	28,13%
<b>Total</b>	<b>56 556 171,20</b>	<b>48 096 952,07</b>	<b>8 459 219,13</b>	<b>17,59%</b>

Esta rubrica inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (depósitos à ordem) e aplicações de tesouraria no mercado monetário (depósitos a prazo) com maturidades de curto prazo que se encontram a vencer juros.

## 16. Resultados transitados

Os resultados transitados ascendem a 58 483 472,83 euros.

## 17. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

### Fundos Patrimoniais - Excedentes de revalorização

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	13 726 667,37	13 726 667,37	-	0,00%
Outros excedentes	6 263 290,91	6 263 290,91	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>19 989 958,28</b>	<b>19 989 958,28</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>

À data de encerramento, os excedentes de revalorização ascendem a 19 989 958,28 euros.

# Anexo

## 18. Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais apresentam o detalhe que se segue:

### Fundos Patrimoniais - Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
Relacionados com o MP				
Ajustamentos de transição	107 843,61	16 077,17	91 766,44	570,79%
Lucros não atribuídos		48 067,45	(48 067,45)	-100,00%
Decorrentes de outras variações de fundos patrimoniais		43 698,99	(43 698,99)	-100,00%
Subsídios (ao Investimento)	19 799 238,67	18 584 499,40	1 214 739,27	6,54%
Doações	6 469 408,91	6 729 636,17	(260 227,26)	-3,87%
Outras	(877 458,38)	(1 021 730,47)	144 272,09	-14,12%
<b>Total</b>	<b>25 499 032,81</b>	<b>24 400 248,71</b>	<b>1 098 784,10</b>	<b>4,50%</b>

Nas outras variações nos fundos patrimoniais, em 2025 a rubrica dos subsídios ao investimento ascende a 19 799 238,67 euros. Esta rubrica registou um aumento de 1,2M€, dos quais 963 373,01 euros foram recebidos do PRR a título de subsídio ao investimento, para a obra e para equipar a Unidade de Cuidados Continuados da Portela.

Os valores respeitantes a Subsídios ao Investimento são reconhecidos, numa base sistemática na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que são contabilizadas as depreciações do investimento a que respeitam. No exercício de 2025, foram reconhecidos rendimentos e ganhos na rubrica 7883 – Imputação de subsídios ao investimento no montante de 689 682,80 euros.

Da mesma forma as doações, de bens do ativo fixo tangível, de que a CVP beneficiou para o desenvolvimento das suas atividades e que não se destinam a ser distribuídos posteriormente a terceiros, ascendem a 6 469 408,91 euros à data de 31 de dezembro de 2025 e são reconhecidos como rendimento, numa base sistemática na conta 78862 – Donativos em espécie, à medida em que são contabilizadas, em gasto, as depreciações do investimento a que respeitam.

## 19. Resultado líquido

O resultado líquido do ano de 2024 é 7 729 597,51 euros

### Resultado do exercício

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
<b>Resultado Líquido</b>	<b>7 729 597,51</b>	<b>4 104 083,27</b>	<b>3 625 514,24</b>	<b>88,34%</b>

# Anexo

## 19.1 Rendimentos

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e ganhos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

### Rendimentos

Rubricas	31/12/25		31/12/24		Variação	
Vendas	186 466,40	0,16%	265 820,94	0,24%	(79 354,54)	-29,85%
Prestação de Serviços	78 941 362,17	67,64%	64 050 400,07	58,71%	14 890 962,10	23,25%
Quotizações e jóias	1 589 310,48	1,36%	1 752 232,88	1,61%	(162 922,40)	-9,30%
Rendimentos de Patrocinadores		0,00%		0,00%	-	
Serviços Principais	77 384 916,04	66,30%	62 340 143,20	57,14%	15 044 772,84	24,13%
Descontos e abatimentos	(32 864,35)	-0,03%	(41 976,01)	-0,04%	9 111,66	-21,71%
Subsídios, doações e legados à Exploração	28 733 792,62	24,62%	36 297 597,54	33,27%	(7 563 804,92)	-20,84%
Rendimentos e ganhos em sub., ass. e emp. conjuntos	33 372,83	0,03%	65 381,53	0,06%		
Reversões (depreciações, amortizações e perdas por imparidade)	1 072,34	0,00%	6 697,34	0,01%	(5 625,00)	-83,99%
Reversões de Provisões					-	0,00%
Ganhos por aumento de justo valor	530 304,23	0,45%	252 564,82	0,23%	277 739,41	109,97%
Outros Rendimentos	7 899 867,25	6,77%	7 746 059,82	7,10%	153 807,43	1,99%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	390 179,23	0,33%	412 262,53	0,38%	(22 083,30)	-5,36%
<b>Total</b>	<b>116 716 417,07</b>	<b>100%</b>	<b>109 096 784,59</b>	<b>100%</b>	<b>7 619 632,48</b>	<b>6,98%</b>

À data do relato, os rendimentos ascendem a 116 716 417,07 euros, o que representa um aumento de quase 7% face ao ano anterior.

A rubrica de Subsídios, doações e legados à Exploração apresenta uma diminuição de 7,5M€ que se justifica pela alteração à metodologia de contabilização dos acordos de cooperação estabelecidos com o ISS e conforme divulgado, neste anexo, no ponto 3.1.15 Alteração à contabilização dos Acordos de Cooperação.

Esta alteração também justifica parcialmente o aumento verificado de 14,8M€ nas Prestações de Serviço.

A análise de ambas as rubricas em conjunto, justifica o aumento registado em rendimentos.

A rubrica Quotizações e jóias apresenta o seguinte detalhe:

### Rendimentos - Quotizações e jóias

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	
Quotizações e jóias				
Membros Ativos Beneficiários (MAC)	387 919,02	381 389,32	6 529,70	1,71%
Cartão de Saúde	1 065 878,46	1 221 637,56	(155 759,10)	-12,75%
Cartão Membro Beneficiário HCVP	135 513,00	149 206,00	(13 693,00)	-9,18%
<b>Total</b>	<b>1 589 310,48</b>	<b>1 752 232,88</b>	<b>(162 922,40)</b>	<b>-9,30%</b>

A rubrica membros ativos beneficiários regista as quotas recebidas dos membros, conforme estabelecem os Estatutos da CVP, e registam um aumento 1,71% em relação ao ano anterior.

O cartão de saúde regista as contribuições recebidas para fazer face a prestações de cuidados de saúde não prestados pela CVP. A 31 de dezembro de 2025 apresenta o montante de 1 065 878,46 euros o que significa um decréscimo de 12,75% face ao ano anterior.

Também o cartão membro beneficiário do Hospital Cruz Vermelha Portuguesa (HCVP), que regista as contribuições recebidas para fazer face a prestações de cuidados de saúde exclusivamente no HCVP, a 31 de dezembro de 2025 apresenta um decréscimo de 9,18% face ao exercício anterior.

# Anexo

Os serviços principais realizados pela CVP a 31 de dezembro de 2025 apresentam o seguinte detalhe:

## Rendimentos - Serviços Principais

(€)

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	
<b>Serviços Principais</b>				
Ensino	10 245 581,66	9 668 091,95	577 489,71	5,97%
Ensino Superior	10 056 094,16	9 466 285,95	589 808,21	6,23%
Ensino Básico	189 487,50	201 806,00	(12 318,50)	-6,10%
Outras Prestações de Serviços de Ensino			-	-
Educação	7 432 395,54	2 006 355,13	5 426 040,41	270,44%
Infantários/Creches	4 908 105,75	812 556,20	4 095 549,55	504,03%
Pré-escolar/ Jardim Infância	1 729 742,90	663 286,53	1 066 456,37	160,78%
ATL S	523 392,87	335 738,98	187 653,89	55,89%
Outras Prestações de Serviços de Educação	271 154,02	194 773,42	76 380,60	39,22%
Formação	1 283 485,87	1 126 618,25	156 867,62	13,92%
Cursos de Socorrismo	1 137 184,07	1 084 871,62	52 312,45	4,82%
Entidade Formadora			-	-
Outras Prestações de Serviços de Formação	146 301,80	41 746,63	104 555,17	250,45%
Saúde	10 148 714,26	9 561 800,72	586 913,54	6,14%
Postos Socorros	77 481,93	85 726,70	(8 244,77)	-9,62%
Serviços Clínicos	1 526 382,00	1 454 582,54	71 799,46	4,94%
Clínicas de Reabilitação	1 335 425,01	1 502 816,94	(167 391,93)	-11,14%
Unidade de Cuidados Continuados	6 968 005,84	6 002 877,31	965 128,53	16,08%
Outras Prestações de Serviços de Saúde	241 419,48	515 797,23	(274 377,75)	-53,19%
Acção Social	14 056 865,93	8 895 586,99	5 161 278,94	58,02%
Apoio Domiciliário	5 383 965,80	1 874 833,85	3 509 131,95	187,17%
Lares	5 119 133,65	3 404 193,69	1 714 939,96	50,38%
Centro de Acolhimento Temporário	291 378,01	278 817,40	12 560,61	4,50%
Centros de Dia	932 497,73	520 631,53	411 866,20	79,11%
Refeitório e Cantinas	348 308,72	230 097,96	118 210,76	51,37%
Balneários - Lavandaria/Tratamento	232 137,59	271 202,74	(39 065,15)	-14,40%
Transporte Adaptados/Ajudas Técnica	522 980,10	1 079 215,59	(556 235,49)	-51,54%
Empresas de Inserção			-	-
Academia Sénior	198 026,25	185 649,60	12 376,65	6,67%
CECI	133 867,58	135 696,04	(1 828,46)	-1,35%
Apartamentos Partilhados	12 837,10	6 956,19	5 880,91	84,54%
Centro de Alojamento de Emergência Social			-	-
Outras prestações de Serviços de Acção Social	881 733,40	908 292,40	(26 559,00)	-2,92%
Emergência	31 832 576,99	29 093 125,85	2 739 451,14	9,42%
Socorro e Transporte	31 574 666,94	28 227 150,70	3 347 516,24	11,86%
Transporte de Doentes	29 038 833,07	25 195 800,67	3 843 032,40	15,25%
Apoio Actividades Culturais e Desportivas	1 984 793,52	2 002 165,48	(17 371,96)	-0,87%
Outros	551 040,35	1 029 184,55	(478 144,20)	-46,46%
Emergencia Social	257 910,05	865 975,15	(608 065,10)	-70,22%
TES/VVD	257 910,05	358 079,79	(100 169,74)	-27,97%
TRA/PI - Transp. a req. de asilo e proteção internac.		306 466,20	(306 466,20)	
Outros		201 429,16	(201 429,16)	-100,00%
Teleassistencia	2 385 295,79	1 988 564,31	396 731,48	19,95%
Outras Prestações de Serviços	0,00	0,00	-	-
<b>Total</b>	<b>77 384 916,04</b>	<b>62 340 143,20</b>	<b>15 044 772,84</b>	<b>24,13%</b>

Os serviços principais englobam os valores faturados a clientes: particulares ou coletivos, e as verbas recebida dos acordos de cooperação em que o valor é atribuído por utente, nas seguintes áreas:

- Ensino, Educação e Formação;
- Saúde;
- Acção Social;
- Emergência.

# Anexo

O aumento expressivo verificado nas rubricas de Educação e Ação Social deve-se nomeadamente à alteração da metodologia de contabilização dos acordos de cooperação.

A área da emergência registou um crescimento de 9,42% mais concretamente no transporte de doentes urgentes e não urgentes.

O rendimento resultante dos serviços prestados totaliza, em 2025, 77 384 916,04 euros, registando uma variação positiva de 15 044 772,84 euros, correspondente a um aumento de 24,13% face ao ano anterior. No entanto, este aumento não pode ser lido, neste exercício, como um aumento efetivo a sua leitura só é possível em conjunto com a rubrica de subsídios, devido à já referida alteração de critério de reconhecimento contabilístico.

À data de 31 de dezembro de 2025 os subsídios, doações e legados à exploração desdobram-se do seguinte modo:

## Rendimentos - Subsídios, doações e legados à Exploração

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	
Subsídios das entidades públicas	26 279 389,11	32 616 297,66	(6 336 908,55)	-19,43%
Ministérios	14 732 016,31	21 806 581,34	(7 074 565,03)	-32,44%
DN	1 564 200,00	1 422 000,00	142 200,00	10,00%
MTSS	10 643 740,66	18 250 270,48	(7 606 529,82)	-41,68%
Saúde	628 410,38	591 705,36	36 705,02	6,20%
Educação	1 490 562,33	1 368 540,49	122 021,84	8,92%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	190 358,31		190 358,31	
Outros	214 744,63	174 065,01	40 679,62	23,37%
Fundos Comunitários	2 642 211,80	2 462 133,85	180 077,95	7,31%
Autarquias	5 868 189,14	5 511 676,62	356 512,52	6,47%
Junta de Freguesia	103 750,73	64 046,66	39 704,07	61,99%
Outros	2 933 221,13	2 771 859,19	161 361,94	5,82%
Subsídios de outras entidades	677 613,85	416 339,67	261 274,18	62,76%
Doações e heranças	1 776 789,66	3 264 960,21	(1 488 170,55)	-45,58%
Donativos em dinheiro	1 776 789,66	3 264 960,21	(1 488 170,55)	-45,58%
Donativos em espécie				
Heranças		400,00	(400,00)	-100,00%
<b>Total</b>	<b>28 733 792,62</b>	<b>36 297 597,54</b>	<b>(7 563 804,92)</b>	<b>-20,84%</b>

A 31 de dezembro de 2025, esta rubrica regista o montante, de 28 733 792,62.

A redução de 7,6M€ registados na diminuição das verbas recebidas do Ministério do Trabalho e da Segurança Social estão sobretudo influenciadas pela alteração da contabilização dos acordos de cooperação, não correspondendo a uma diminuição efetiva.

O Ministério da Defesa Nacional aumentou em 10% a subvenção atribuída ao Lar Militar e à Coordenação Nacional de Emergência.

Por outro lado, a resposta social local as várias Estruturas Locais da CVP, tem vindo a aumentar o que se traduz no aumento das verbas recebidas através dos restantes Ministérios, Autarquias e Juntas de Freguesia.

Durante o exercício de 2025 foram angariados para Fins Institucionais o montante de 1 776 789,66 euros.

# Anexo

## Outros rendimentos

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
Rendimentos Suplementares	2 125 076,44	2 015 046,89	110 029,55	5,46%
Serviços sociais	4 887,00	6 993,00	(2 106,00)	-30,12%
Aluguer de equipamento	3 448,00	10 423,00	(6 975,00)	-66,92%
Aluguer de instalações	722 870,74	760 411,41	(37 540,67)	-4,94%
Imóveis arrendados	659 219,48	643 562,16	15 657,32	2,43%
Outros rendimentos suplementares	734 651,22	593 657,32	140 993,90	23,75%
Descontos de pronto pagamento obtido	39 593,15	13 656,90	25 936,25	189,91%
Ganhos em inventários	0,42	5 621,97	(5 621,55)	
Rendimentos e ganhos em sub., ass. e emp. conjuntos	33 372,83	65 381,53	(32 008,70)	-48,96%
Alienações AFT	55 358,84	20 848,80	34 510,04	165,53%
Sinistros	118 042,25	81 327,69	36 714,56	45,14%
Correcções relativas a períodos anteriores	715 688,78	355 826,69	359 862,09	101,13%
Imputação de subsídios para investimentos	689 682,80	878 830,19	(189 147,39)	-21,52%
Donativos	3 605 310,15	3 882 225,92	(276 915,77)	-7,13%
Outros rendimentos	551 114,42	492 674,77	58 439,65	11,86%
<b>Total</b>	<b>7 933 240,08</b>	<b>7 811 441,35</b>	<b>121 798,73</b>	<b>1,56%</b>

À data de 31 de dezembro de 2025 a rubrica outros rendimentos regista um total de 7 933 240,08 euros face a 7 811 441,35 euros registados no ano anterior.

Dos itens incluídos nesta rubrica, destacam-se os seguintes:

- Rendimentos provenientes de alugueres ou rendas de imóveis totalizam 1 382 090,22 euros face a 1 403 973,57 euros no ano anterior;
- O montante de 689 682,80 euros referente à imputação de subsídios ao investimento, efetuado na proporção das respetivas depreciações;
- O montante de 33 372,83 euros relativo ao proporcional da participação da CVP nos resultados líquidos da entidade subsidiária Parfisi;
- O montante de 3 605 310,15 euros relativo à execução das campanhas específicas que a CVP tem a decorrer e a donativos recebidos em espécie quer relativos a bens destinados a carenciados ou à Instituição ou a serviços prestados doados.

# Anexo

## 19.2 Gastos

A rubrica de gastos e perdas, em 2025 face a 2024, apresenta o seguinte detalhe:

### Gastos

Rubricas	31/12/25		31/12/24		Variação	
Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	3 552 784,86	3,26%	3 777 991,30	3,60%	(225 206,44)	-5,96%
Fornecimentos e Serviços Externos	34 892 792,33	32,02%	33 056 948,34	31,48%	1 835 843,99	5,55%
Gastos com o Pessoal	59 575 242,60	54,66%	57 339 149,98	54,61%	2 236 092,62	3,90%
Gastos de Depreciação e de Amortização	5 561 676,66	5,10%	5 391 247,43	5,13%	170 429,23	3,16%
Perdas por Imparidade	8 682,20	0,01%	39 530,81	0,04%	(30 848,61)	-78,04%
Perdas por Redução de Justo Valor	7,23	0,00%	2 512,04	0,00%	(2 504,81)	-99,71%
Provisões do Período	-	-	-	0,00%	-	#DIV/0!
Outros Gastos	3 682 349,71	3,38%	3 193 967,82	3,04%	488 381,89	15,29%
Gastos de Financiamento	1 713 283,97	1,57%	2 191 353,60	2,09%	(478 069,63)	-21,82%
<b>Total</b>	<b>108 986 819,56</b>	<b>100%</b>	<b>104 992 701,32</b>	<b>100%</b>	<b>3 994 118,24</b>	<b>3,80%</b>

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas registaram uma diminuição de 5,98%, totalizando 3 552 784,86 euros, no exercício de 2025.

Os fornecimentos e serviços externos totalizam 34 892 792,33, significando um aumento de 5,55% em relação ao ano anterior.

Em termos gerais os gastos apresentam um ligeiro aumento de 3,90% no exercício de 2025.

O detalhe da rubrica gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, é a seguinte:

### Gastos com pessoal

Rubricas	31/12/25		31/12/24		Variação	
Remunerações do pessoal	48 514 671,89	81,43%	46 348 933,55	80,83%	2 165 738,34	4,67%
Indeminizações	66 560,98	0,11%	340 825,52	0,59%	(274 264,54)	-80,47%
Encargos sobre remunerações	9 956 399,08	16,71%	9 274 535,68	16,17%	681 863,40	7,35%
Seguros acid trab doença profi	556 555,07	0,93%	507 268,32	0,88%	49 286,75	9,72%
Outros gastos com pessoal	481 055,58	0,81%	867 586,91	1,51%	(386 531,33)	-44,55%
<b>Total</b>	<b>59 575 242,60</b>	<b>100%</b>	<b>57 339 149,98</b>	<b>100%</b>	<b>2 236 092,62</b>	<b>3,90%</b>

Os gastos com pessoal totalizam 59 575 242,60 euros, no exercício de 2025, o que representa um aumento de 3,9%, justificado, no essencial, pelo aumento da remuneração mínima mensal garantida que foi de 6,1%.

A 31 de dezembro de 2025 a CVP tinha ao serviço 2 820 funcionários remunerados, e 4 669 voluntários.

# Anexo

A Direção Nacional da CVP é composta por:

- António Manuel Frade Saraiva – Presidente Nacional, não remunerado;
- Fernando Ferreira Santo – Vice-Presidente, não remunerado;
- José Miguel Piedade Leonardo – Vice-Presidente, não remunerado;
- Marco António Mendes Paulino Serronha – Vice-Presidente, não remunerado;
- Maria Madalena Jesus Marques – Vice-Presidente, não remunerado;
- Ana Cristina Correia Martins Siza Vieira – Vogal, não remunerado;
- João Manuel Varandas Fernandes – Vogal, não remunerado;
- Maria do Carmo Neves da Silva Ruas da Silva – Vogal, não remunerado.

## 20. Provisões

### Passivo não Corrente - Provisões

Rubricas	31/12/24	Aumentos	Reduções	31/12/25	Variação (€)	
Garantias a clientes	906,40	0,00	906,40	0,00	(906,40)	-100,00%
Processos judiciais em curso	159 069,32	0,00	-	159 069,32	-	0,00%
Outras provisões	4 153,25	0,00	-	4 153,25	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>164 128,97</b>	<b>0,00</b>	<b>906,40</b>	<b>163 222,57</b>	<b>(906,40)</b>	<b>-0,55%</b>

À data de encerramento do ano 2024, estão constituídas provisões no valor de 163 222,57 euros.

# Anexo

## 21. Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo apresenta o seguinte detalhe:

### Passivo não corrente - Financiamentos Obtidos

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	19 636 614,10	19 277 863,95	358 750,15	1,86%
Locações Financeiras	4 639 379,55	5 419 683,37	(780 303,82)	-14,40%
<b>Total</b>	<b>24 275 993,65</b>	<b>24 697 547,32</b>	<b>(421 553,67)</b>	<b>-2%</b>
<b>Total</b>	<b>24 275 993,65</b>	<b>24 697 547,32</b>	<b>(421 553,67)</b>	<b>-1,71%</b>

À data de relato, os financiamentos obtidos de médio e longo prazo (MLP) perfazem 24 275 993,65 euros.

Os empréstimos bancários ascendem a 19 636 614,10 euros.

As locações financeiras – Leasing, no montante de 4 639 379,55 euros, incluem o leasing imobiliário a liquidar no médio e longo prazo, respeitantes ao edifício da Av. Ceuta – instalações da Escola Superior de Saúde Lisboa (ESS).

## 22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

### Passivo Corrente - Fornecedores

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação (€)	
Fornecedores				
Fornecedores c/c	6 203 763,87	6 215 409,61	(11 645,74)	-0,19%
Faturas em recepção e conferência	48 070,81	64 094,40	(16 023,59)	-25,00%
<b>Total</b>	<b>6 251 834,68</b>	<b>6 279 504,01</b>	<b>(27 669,33)</b>	<b>-0,44%</b>

À data de 31 de dezembro de 2025 as dívidas a Fornecedores da CVP ascendem a 6 203 763,87 euros, a que acrescem mais 48.070,81 euros relativos a faturas em recepção e conferência.

# Anexo

## 23. Estado e outros entes públicos (saldo credor)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Estado e outros entes públicos apresenta a composição abaixo:

### Passivo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	
Imposto sobre o Rendimento				
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	313 672,92	309 375,87	4 297,05	1,39%
Imposto sobre o valor acrescentado	196 235,61	193 828,38	2 407,23	1,24%
Ouros impostos				
Contribuições para a Segurança Social	1 565 773,86	1 170 048,73	395 725,13	33,82%
Outras tributações	4 716,60	5 077,38	(360,78)	-7,11%
<b>Total</b>	<b>2 080 398,99</b>	<b>1 678 330,36</b>	<b>402 068,63</b>	<b>23,96%</b>

À data de relato, as dívidas ao Estado ascendem a 2 080 398,99 euros.

O montante a pagar ao Estado resultante da Retenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) ascende a 313 672,92 euros.

O montante a pagar ao Estado de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é de 196 235,61 euros.

O valor a pagar ao Estado referente a contribuições para a Segurança Social, cifra-se em 1 565 773,86 euros.

## 24. Financiamentos obtidos – Curto prazo

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de financiamentos obtidos de curto prazo apresenta o seguinte detalhe:

### Passivo corrente - Financiamentos Obtidos

Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	9 053 318,72	11 909 070,06	(2 855 751,34)	-23,98%
Descobertos bancários	14 025 828,07	8 796 287,37	5 229 540,70	59,45%
Loações Financeiras	912 041,77	463 844,99	448 196,78	96,63%
Cessão Factoring/ Factoring	643 998,46	501 045,62	142 952,84	28,53%
<b>Total</b>	<b>24 635 187,02</b>	<b>21 670 248,04</b>	<b>2 964 938,98</b>	<b>13,68%</b>

À data do relato, estes financiamentos obtidos ascendem a 24 635 187,02 euros, significa um aumento de 13,68% face ao ano anterior.

# Anexo

## 25. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta-se conforme detalhe abaixo:

### Passivo Corrente - Diferimentos

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	(€)
Rendimentos a reconhecer	9 422 878,11	11 160 912,00	(1 738 033,89)	-15,57%
<b>Total</b>	<b>9 422 878,11</b>	<b>11 160 912,00</b>	<b>(1 738 033,89)</b>	<b>-15,57%</b>

Em 31 de dezembro de 2025 os rendimentos a reconhecer ascendem a 9 422 878,11 euros, dos quais se destacam os donativos pecuniários afetos a campanhas específicas da CVP, no montante de 5 037 931,24 euros, que, de acordo com o princípio da especialização do exercício, só deverão ser reconhecidos como rendimentos e ganhos quando forem incorridos os gastos com os fins a que se destinam.

Durante o exercício de 2025 foram angariados para campanhas a decorrer donativos em numerário no montante de 676 527,85 euros.

## 26. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica outros passivos correntes apresenta a seguinte composição:

### Passivo Corrente - Outros passivos correntes

Rubricas	31/12/25	31/12/24	Variação	(€)
Outras contas a pagar				
Remunerações a Pagar	689 457,81	611 733,64	77 724,17	12,71%
Fornecedores de Investimento	860 425,64	810 277,63	50 148,01	6,19%
Credores por Acréscimo de Gastos	10 072 891,49	9 886 401,48	186 490,01	1,89%
Outros Credores	3 607 894,28	3 559 393,85	48 500,43	1,36%
Adiantamento de Clientes e Utentes	572 941,23	624 445,23	(51 504,00)	-8,25%
Adiantamento por conta de vendas	657,50	657,50	-	-
<b>Total</b>	<b>15 804 267,95</b>	<b>15 492 909,33</b>	<b>311 358,62</b>	<b>2,01%</b>

Em 31 de dezembro de 2025 existem outros passivos correntes no montante de 16 956 025,85 euros. À data do relato, o montante de 10 072 891,49 euros reconhecido na rubrica credores por acréscimo de gastos inclui os custos respeitantes à estimativa de remunerações, a pagar em 2026, relativas às férias e subsídio de férias cujo direito foi adquirido em 2025 que ascendem a 7 563 101,89 euros.

A estimativa de remunerações a liquidar, inclui as remunerações correspondentes ao período de férias, o subsídio de férias, as contribuições para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho, reportando-se o direito de gozo geralmente ao trabalho prestado no ano civil anterior e, por isso, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios ou acréscimo, estes gastos foram considerados em 2025 embora o pagamento efetivo só ocorra em 2026.

À data de 31 de dezembro de 2025 os adiantamentos de clientes por serviços prestados ascendem a 572 941,23 euros.

# Anexo

## 27. Acontecimentos após a data de balanço

Na presente data, a Direção Nacional não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2025 que justifiquem ajustamentos nestas demonstrações financeiras.

## 28. Outros assuntos

Dado que as duas empresas participadas, referidas na nota 7, não se apresentam como materialmente relevantes, quer individualmente quer em conjunto, para a realização do objetivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, a CVP optou pela sua exclusão, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Lisboa, 10 de maio de 2026

### A Direção Nacional



António Sarajra  
Presidente Nacional



Fernando Santo  
Vice-Presidente



José Miguel Leonardo  
Vice-Presidente



Madalena Baralho  
Vice-Presidente



Marco Serronha  
Vice-Presidente



Cristina Siza Vieira  
Vogal



João Varandas Fernandes  
Vogal



Maria do Carmo Neves  
Vogal

### O Contabilista Certificado



Paula Bock Gomes da Silva Santos

# Certificação Legal de Contas

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 194.335.844 euros e um total de fundos patrimoniais de 111.702.061 euros, incluindo um resultado líquido de 7.729.598 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

A Cruz Vermelha Portuguesa integra nas suas contas, para além da sede, 150 estruturas locais, incluindo delegações, centros humanitários e organismos autónomos, não dispondo ainda de um sistema contabilístico totalmente integrado, que permita a consistência e uniformidade necessária nos procedimentos contabilísticos adotados. Tendo sido iniciada em 2023 a transição para um novo software de contabilidade, com o objetivo de assegurar a integração da contabilidade elaborada a nível das estruturas locais, tendo sido assegurada, até ao final de 2025, a integração de cerca de 92% destas estruturas (70% em 2024), e faltando na presente data apenas a integração de sete estruturas locais, o processo carece ainda de uma análise exaustiva do detalhe dos saldos iniciais de integração, bem como da harmonização dos procedimentos contabilísticos instituídos, de forma a assegurar a disponibilização detalhada sobre o conteúdo de cada saldo agregado, bem como, em particular, dos movimentos em aberto relacionados com contas de terceiros.

Deste modo, e sem prejuízo da melhoria qualitativa da informação que se perspetiva que este processo venha a proporcionar no futuro, a situação atual ainda constitui uma limitação que condiciona a abrangência e suficiência dos procedimentos inerentes ao processo de encerramento contabilístico e, conseqüentemente, dos procedimentos de auditoria indispensáveis à validação de algumas rubricas que integram as demonstrações financeiras.

Face ao descrito, os resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, designadamente no âmbito da confirmação externa relacionada com os saldos de terceiros e com a análise dos movimentos em aberto nas reconciliações bancárias, afiguraram-se insuficientes para efeitos da produção de prova de auditoria considerada necessária e suficiente, apresentando-se também condicionada a extensão das verificações de auditoria, em relação às áreas de acréscimos e diferimentos, com possíveis impactos em resultados, não nos permitindo formular, com a necessária segurança, uma opinião sobre as respetivas áreas de balanço e demonstração dos resultados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

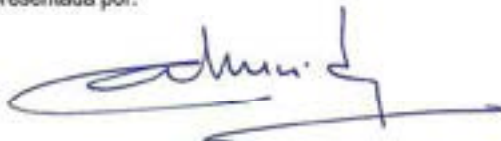
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de maio de 2026

**VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA**  
Representada por:



Vitor Manuel Balista de Almeida  
(inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

Parecer do  
Conselho Fiscal

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA**  
**EXERCÍCIO DE 2025**

**1. INTRODUÇÃO**

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, compete ao Conselho Fiscal *“examinar e dar parecer sobre o relatório e contas anuais, antes de serem submetidas à apreciação da assembleia geral”*.

Deste modo, o presente relatório, dando cumprimento àquele desiderato, expressa a posição do Conselho Fiscal da Cruz Vermelha Portuguesa sobre o Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2025, apresentadas pela sua Direção Nacional.

**2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA**

O Conselho Fiscal acompanhou de perto a atividade desenvolvida pela Cruz Vermelha Portuguesa no decurso do exercício de 2025, tendo reunido com regularidade e sempre que as circunstâncias o justificaram, atentas as questões que lhe foram colocadas pela Direção Nacional e pelos Serviços e a necessidade de acompanhar a atividade da Instituição.

Do mesmo modo, e sempre que solicitado pela Direção Nacional ou pelos Serviços da Cruz Vermelha Portuguesa, o Conselho Fiscal reuniu com estes, analisando as diversas matérias que foram sujeitas à sua apreciação.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o processo de encerramento e prestação de contas referente ao exercício de 2025, bem como a atividade de auditoria desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela certificação legal das contas da Cruz Vermelha Portuguesa, considerando por isso que está em condições de expressar a sua opinião sobre o Relatório de Atividades e demais documentos de prestação de contas anuais relativas a este exercício, apresentados pela sua Direção Nacional.

   
1/4

### 3. QUALIDADE E TEMPESTIVIDADE DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE GESTÃO

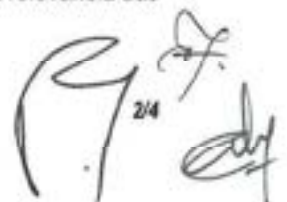
O universo da Cruz Vermelha Portuguesa é constituído, para além da sede nacional, por 150 delegações, centros humanitários e organismos autónomos, dispondo ainda algumas destas delegações de extensões. Estas estruturas encontram-se dispersas geograficamente por todo o país, e apesar da existência de algumas regras definidas centralmente, apresentam um elevado nível de autonomia contabilística.

No decurso do ano de 2025 foi desenvolvido um esforço muito significativo no sentido de assegurar a migração das contabilidades desenvolvidas a nível local para um ERP único, adquirido em 2023, o que permitiu assegurar que até ao final deste exercício 92% destas estruturas locais já estivessem integradas num software contabilístico único, o que compara com os 70% que se verificavam em 2024.

Apesar de se tratar de uma evolução muito positiva, e que contribui para a disponibilização, ao longo do ano, de uma visão agregada da situação económica e financeira da Instituição, permitindo, designadamente, a monitorização dos níveis de tesouraria, liquidez e saldos com terceiros, há ainda um trabalho profundo a desenvolver, de forma a assegurar que esta integração potencie os efeitos benéficos que daí podem resultar, o qual passa, designadamente, por uma análise exaustiva do detalhe dos saldos iniciais de integração de cada delegação, pela harmonização dos procedimentos contabilísticos instituídos, pelo reforço da capacitação e da exigência que deve recair sobre as estruturas contabilísticas locais, sobretudo ao nível dos gabinetes externos de contabilidade que prestam estes serviços, e pela disponibilização tempestiva de informação de suporte às operações contabilísticas aos Serviços da Sede Nacional.

Este processo é essencial para assegurar a compreensão e validação da informação financeira que suporta as demonstrações financeiras da Cruz Vermelha Portuguesa, designadamente ao nível da validação dos saldos de terceiros, da análise dos movimentos em aberto nas reconciliações bancárias e das operações de especialização relacionadas com acréscimos e diferimentos.

A este propósito importa salientar o trabalho que está a ser desenvolvido pela Direção Nacional, visando assegurar uma adequada articulação entre disponibilidades da Cruz Vermelha Portuguesa parqueadas no sistema financeiro e as responsabilidades da Instituição perante o mesmo sistema, com o objetivo de minimizar os gastos de financiamento que, recorde-se, em 2024 ascenderam a 2.191 milhares de euros. Estes gastos registaram um agravamento de 9% face ao ano anterior, num contexto em que o total das responsabilidades com financiamentos obtidos aumentou 16%, o que reforça a relevância das medidas que possam vir a ser adotadas neste domínio.



2/4

#### 4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O exercício de 2025 reflete os resultados de um esforço muito significativo de estabilização e consolidação da missão da Cruz Vermelha Portuguesa, que se refletiu num desempenho económico muito satisfatório ao nível de todos os indicadores de cariz económico habitualmente utilizados neste tipo de apreciação.

Assim, no final de 2025, o EBITDA atingiu os 14.614 milhares de euros, representando um crescimento de 30% face a 2024, tendo o resultado operacional registado uma melhoria de 54% face a 2024. Por sua vez, o resultado líquido ascendeu a 7.730 milhares de euros, evidenciando uma melhoria assinalável de 88% face ao ano transato, para o que contribuiu a redução do impacto gerado ao nível dos resultados pelos gastos de financiamento, que registaram uma quebra de 22% face a 2024, não obstante o aumento do endividamento bancário e equiparável em cerca de 5%.

Não obstante a evolução favorável registada, não pode deixar de se assinalar, à semelhança do que o Conselho Fiscal tem feito anteriormente, a coexistência de cerca de 48,9 milhões de euros de endividamento bancário e equiparável, com 56,6 milhões de euros de disponibilidades. Com efeito, se numa perspetiva de balanço tal situação é reveladora da solidez financeira da Cruz Vermelha Portuguesa, que apraz assinalar, numa ótica de eficiência económica não pode deixar de se referir alguma perda de valor que tal situação gera, sobretudo quando tem associada a geração de perdas financeiras líquidas de 1,3 milhões de euros.

No que se refere aos Gastos com Pessoal, registaram um aumento de 4% face ao ano anterior, o que compara com o acréscimo de 8% que se tinha verificado em 2024 face a 2023, aspeto que tem de ser encarado como muito positivo, invertendo assim uma tendência de crescimento acentuado que se vinha registando nos últimos anos.

No que se refere à situação financeira, a Cruz Vermelha Portuguesa evidencia, no final de 2025, um passivo total de 82.634 milhares de euros, o que reflete um aumento de apenas 1,8% face a 2024, o que, conjugado com o comportamento dos restantes agregados de balanço permitiu reforçar o peso dos fundos patrimoniais, que asseguram a cobertura de 57,5% do ativo, reforçando assim o nível de cobertura de 56,1% que se registava em 2024, o que evidencia uma robustez financeira assinalável.



3/4

## 5. AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenha as funções de Vogal ROC do Conselho Fiscal procedeu à auditoria às contas, tendo emitido a correspondente Certificação Legal das Contas, com uma reserva por limitação de âmbito, decorrente das fragilidades de que ainda padece a informação contabilística, conforme referido no ponto 3, do presente relatório.


No exercício das nossas competências, expressamos a nossa concordância com o teor da certificação legal das contas que foi emitida.

## 6. PARECER

Em cumprimento do disposto na a) do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, o Conselho Fiscal, atento o exposto nos pontos anteriores, bem como na Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenha as funções de Vogal ROC do Conselho Fiscal, expressa o seu parecer favorável à aprovação do Relatório de Atividades e dos demais documentos de prestação de contas da Cruz Vermelha Portuguesa, referentes ao exercício de 2025. Consequentemente, o Conselho Fiscal expressa o seu entendimento de que os mesmos se encontram em condições de ser aprovados pelos Senhores Associados, em sede de Assembleia Geral.

Finalmente, o Conselho Fiscal agradece toda a colaboração que lhe foi dispensada, quer pelos membros da Direção Nacional, quer pelos diversos Serviços com que teve a oportunidade de se relacionar, não podendo deixar de expressar um voto de sentido pesar pelo falecimento inopinado do seu Secretário-Geral, Dr. Miguel Cardoso e Cunha no final do mês passado, já num contexto em que estava em curso o processo de encerramento de contas do exercício de 2025, bem como dos esforços desenvolvidos pelos Serviços da CVP para, não obstante este imprevisto, terem assegurado que o processo de prestação de contas tenha sido assegurado dentro dos prazos legalmente previstos.

Elaborado em 20 de maio de 2026

  
Ernesto Ribeiro  
Vogal

O Conselho Fiscal

  
Francisco Soares  
Presidente

  
Vitor Almeida  
Vogal ROC

Há 161 anos  
a fazer  
a diferença.

Todos os dias.



Cruz Vermelha  
Portuguesa